



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FERNANDA BRITTO PINHEIRO CERQUEIRA**

**LUCINHA SILVA E JESUS MOURA:  
Trajetórias Individuais e Coletivas da Psicologia  
Negra e Antirracista no Brasil  
(1976-2023)**

**Brasília, outubro de 2024**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FERNANDA BRITTO PINHEIRO CERQUEIRA**

**LUCINHA SILVA E JESUS MOURA:**

**Trajetórias Individuais e Coletivas da Psicologia**

**Negra e Antirracista no Brasil**

**(1976-2023)**

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

**Brasília, outubro de 2024**

**LUCINHA SILVA E JESUS MOURA: TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DA  
PSICOLOGIA NEGRA E ANTIRRACISTA NO BRASIL (1976-2023)**

**Banca Examinadora**

Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto – PPGHIS/UnB  
(Orientadora)

Profa. Dra. Cláudia de Oliveira Alves – PPGPsiCC/IP/UnB  
(Membra)

Profa. Dra. Franciele Rocha de Oliveira – Arquivo Nacional  
(Membra)

Profa. Dra. Mariléa de Almeida– HIS/UnB  
(Suplente)

A todas as mulheres negras que movimentam suas trajetórias individuais para construir e visibilizar memórias coletivas que nos ensinam sobre autocuidado e amor entre pessoas negras em meio à luta contra o racismo.



## AGRADECIMENTOS

Homenageio, por meio deste espaço, meus primeiros amores, indicando suas ocupações profissionais, porque as compreendendo como lugares de reposicionamento social de pessoas negras no pós-abolição. Reverencio as minhas tias-avós Adelaide Nobre Britto (1931), datilógrafa no Tribunal de Contas do Estado da Bahia; Raquel Nobre Britto (1941), servidora pública da Secretaria de Educação da Bahia; Anita Nobre Britto (*in memorian*) coordenadora pedagógica; Almira Nobre Britto Pinheiro (*in memorian*), cirurgiã dentista; e minha avó Antoniêta Nobre Britto Pinheiro (1938), pedagoga e supervisora educacional. Irmãs que vivem/viveram no bairro do Garcia, Salvador, Bahia. Filhas de Guiomar Nobre Silva (1907-1980), datilógrafa e costureira, e Celestino Britto (1896-1982), linotipista cartorial e cirurgião dentista.



**Figura 1-** Meu bisavô Celestino Britto e minha bisavó Guiomar Nobre Silva. Arquivo da família.

Com elas aprendi sobre nós (família preta) com almoços aos sábados, mercado às sextas-feiras bem cedinho, diversão no fim de semana no bar de Nino, no clube Fantoches, no grito de carnaval no Aconchego da Zuzu, com o fofocar na janela e as celebrações das festas de rua e datas comemorativas religiosas em Salvador. Com elas entendi a importância do celebrar, cuidar e amar.



**Figura 2** – Brinde ao casamento dos meus avós. No centro meu avô Evandro Pinheiro, ao seu lado direito minha avó Antoniêta, tia Marlene Lima e minha tia-avó Adelaide. Ao lado esquerdo do meu avô está Eurico Celestino Leão, padrinho da minha mãe e esposo de tia Almira, ao lado dela, minha bisavó Guiomar e minha tia-avó Raquel. Arquivo da família.

À minha grande inspiração, minha mãe Isa Cristina Britto Pinheiro (1961), assessora parlamentar no poder legislativo em âmbito federal por 34 anos (1988-2022), agradeço pelo amor incondicional, amizade e incentivo.

À Lucinha Silva, sou grata pela generosidade em compartilhar seus saberes tanto nas entrevistas quanto nas supervisões clínicas que viraram também conversas sobre a vida. Obrigada pela amizade.

À Jesus Moura, pela partilha nas entrevistas e por nos ensinar por meio da sua trajetória de vida.

À minha orientadora Ana Flávia Magalhães Pinto, por inspirar, emocionar e incentivar a nós estudantes negras(os) através das suas falas, publicações e caminhada profissional.

À Calila das Mercês, por me incentivar a fazer essa pesquisa no mestrado em História, e pela poesia que inspirou essa escrita.

À Aline Maia, minha linda amiga, obrigada pela leitura, sugestões e amizade.

Ao meu amigo Humberto Santana, pelos papos acolhedores e leitura atenta.

À Isadora Brandão, agradeço os cuidados, partilhas afetuosas e parceria na reta final deste trabalho.

Ao bonde pesadão, grupo criado por minha orientadora que uniu todas(os) suas/seus orientandas(os), proporcionando-nos uma rede de apoio e troca de afetos durante essa caminhada acadêmica. Obrigada Janira Sodré, Mariana de Mesquita, Thaís Rocha, Keilla Vila Flor, Alexandre Magno e Ana Paula Oliveira.

Foi na infância que começou meu encanto pelas mulheres negras.

Meu modo de pensar é um pensar coletivo/  
antes de estar em mim já esteve nelas.  
Rosana Paulino



## RESUMO

Nesta dissertação, desenvolvo um esforço analítico acerca dos caminhos da formação de uma psicologia negra e antirracista tendo como pontos de referência as trajetórias das psicólogas Maria Lúcia da Silva (Lucinha Silva) e Maria de Jesus Moura (Jesus Moura). Recorro ao repertório metodológico da história oral, em articulação com princípios e perspectivas da história social, da psicologia e dos estudos das emancipações e do pós-abolição, a fim de dimensionar o impacto dos percursos individuais dessas duas intelectuais ativistas em experiências coletivas de amplo alcance e vice-versa. As entrevistas realizadas permitiram, uma vez articuladas com outras fontes documentais textuais e imagéticas, evidenciar desde memórias das suas vidas pessoais e seus processos subjetivos, até suas atuações no movimento social negro e em instituições ligadas à psicologia e à psicanálise no Brasil a partir da década de 1970 até atualidade. O estudo das trajetórias, no período analisado, acompanha processos que desencadearam no reconhecimento do racismo no campo científico-profissional, como também na divulgação da produção de conhecimento e do fazer profissional de psicólogas(os) e psicanalistas negras(os). Há nisso o interesse de demonstração da agência das mulheres negras aqui estudadas como sujeitos históricos que, em suas atuações, reposicionaram o lugar da população negra frente ao tema da saúde/saúde mental, a partir de ações políticas alinhadas às suas experiências no ativismo social negro.

**PALAVRAS-CHAVE:** trajetórias; psicólogas negras; psicologia antirracista; psicologia negra; história do Brasil.



## **ABSTRACT**

This dissertation presents an analytical effort to explore the formation of a Black and anti-racist psychology, focusing on the trajectories of psychologists Maria Lúcia da Silva (Lucinha Silva) and Maria de Jesus Moura (Jesus Moura). Utilizing oral history methodology alongside principles from social history, psychology, and studies on emancipation and post-abolition, this work examines the impact of these two activist intellectuals on collective experiences and vice versa. The interviews conducted, complemented by various textual and visual documents, reveal personal memories and subjective processes, as well as their involvement in the Black social movement and institutions related to psychology and psychoanalysis in Brazil from the 1970s to the present. The study tracks developments that contributed to the recognition of racism within the scientific and professional fields and highlights the dissemination of knowledge produced by Black psychologists and psychoanalysts. This research underscores the agency of the Black women studied as historical subjects who have redefined the position of the Black population concerning health and mental health issues through politically aligned actions rooted in their experiences in Black social activism.

**KEYWORDS:** trajectories; Black psychologists; anti-racist psychology; Black psychology; History of Brazil.

## LISTA DE SIGLAS

- ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social
- ANEPE - Articulação Negra de Pernambuco
- ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(os) de Relações Raciais e Subjetividades
- CDH-CFP - Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia
- CECAN - Centro Cultural de Arte Negra
- CECF - Conselho Estadual da Condição Feminina
- CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
- CNP - Congresso Nacional da Psicologia
- CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
- CPDOC-FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPUSP - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
- MNU - Movimento Negro Unificado
- PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
- PSINEP - Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) sobre Relações Raciais e Subjetividade no Brasil
- RHN - Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros
- SBP-SP - Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo
- SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial
- SEJUC - Secretaria de Justiça e Cidadania de Pernambuco
- UFBA - Universidade Federal da Bahia
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.
- USP - Universidade de São Paulo

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura 1-</b> Meus bisavós Celestino Britto e Guiomar Nobre Silva.....	v
<b>Figura 2-</b> Foto de família, Brinde ao casamento dos meus avós.....	vi
<b>Figura 3-</b> Folheto de divulgação da peça <i>E agora... falamos nós</i> .....	15
<b>Figura 4-</b> Jesus Moura e Lepê Corrêa.....	27
<b>Figura 5-</b> II Encontro Nacional de Mulheres Negras (II ENMN), 1991, Salvador/BA.....	39
<b>Figura 6-</b> Equipe do Projeto Construindo nossa Cumplicidade.....	41
<b>Figura 7-</b> 1ª Diretoria do Instituto AMMA Psique e Negritude, 2 de fevereiro de 2001-São Paulo.....	54
<b>Figura 8-</b> IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, em 2002.....	71
<b>Figura 9-</b> Lucinha Silva e Jesus Moura.....	79
<b>Figura 10-</b> I PSINEP (Lucinha Silva, Wade W. Nobles e Jesus Moura) .....	83
<b>Figura 11-</b> Atividade da ANPSINEP com a presença de Jesus Moura.....	87

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Autodescrição de raça segmentada por região geográfica do CFP.....	50
---	----



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - TORNAR-SE NEGRA E ATIVISTA</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Intelectuais negras(os) no campo psi e o ativismo social negro</b>	<b>18</b>
<b>1.2 O Movimento de Mulheres Negras por Lucinha Silva</b>	<b>30</b>
<b>1.3 O Movimento Negro de Pernambuco por Jesus Moura</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO 2 - UMA PSICOLOGIA BRASILEIRA ANTIRRACISTA</b>	<b>48</b>
<b>2.1 O Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades</b>	<b>51</b>
<b>2.2 O Instituto AMMA Psique e Negritude</b>	<b>53</b>
<b>2.3 Lucinha Silva no campo psicanalítico</b>	<b>55</b>
<b>2.4 Jesus Moura no Sistema Conselhos de Psicologia</b>	<b>68</b>
<b>CAPÍTULO 3 - ENCONTROS NAS TRAJETÓRIAS: LUCINHA SILVA E JESUS MOURA</b>	<b>78</b>
<b>3.1 A Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)</b>	<b>87</b>
<b>3.2 Outras confluências</b>	<b>95</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>103</b>
<b>FONTES</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO</b>	
<b>Parecer Consubstanciado do CEP</b>	<b>121</b>



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge do interesse em dimensionar e, até mesmo, tornar mais evidentes as contribuições das intelectuais ativistas negras Lucinha Silva e Jesus Moura para o desenvolvimento de uma psicologia brasileira antirracista.<sup>1</sup> Ainda que os debates sobre psicologia e relações raciais estejam se ampliando, as ações realizadas nesta área, principalmente por intelectuais ativistas negras(os), seguem invisibilizadas.<sup>2</sup> Assim, desenvolvo esse exercício de análise na confluência entre a história social e a história da psicologia, tendo como baliza as trajetórias individuais e articuladas dessas duas psicólogas negras, as quais remetem a experiências coletivas de amplo alcance.<sup>3</sup>

Analisar essas trajetórias contribui para ampliar a compreensão sobre os processos de reconhecimento do racismo no campo científico-profissional, como também a visibilidade das experiências de psicólogas(os) e psicanalistas negras(os) na contemporaneidade.

Considerando o campo *psi* no Brasil, área que engloba a psiquiatria, psicanálise e psicologia, verificou-se nos diversos materiais analisados no processo de pesquisa que a historiografia da psicologia no Brasil se concentrou na produção de conhecimento e de práticas profissionais referenciadas na visão europeia e estadunidense, deixando de lado reflexões acerca da formação da sociedade brasileira, principalmente do ponto de vista da presença de sujeitos históricos negros.

Os estudos historiográficos sobre a atuação de intelectuais e ativistas negras(os) nas últimas décadas vão na contramão dos processos de apagamento, de não citação de referência

---

<sup>1</sup> Neste trabalho utilizarei o nome Lucinha Silva, como ela ficou conhecida no ativismo e é chamada pelas pessoas que a conhecem. Porém em algumas citações de entrevistas e outras fontes, aparecerá seu nome de batismo, Maria Lúcia da Silva. Para me referir a Maria de Jesus Moura, usarei Jesus Moura, como é conhecida no contexto profissional.

<sup>2</sup> Na minha escrita utilizarei o feminino antes do masculino, já que escrevo sobre mulheres. O Sistema Conselhos de Psicologia também convencionou essa forma de escrita, se tratando do contexto de uma categoria profissional formada por maioria de mulheres.

<sup>3</sup> O termo trajetórias tem sido utilizado no campo do pós-abolição como uma perspectiva que colabora para os estudos de experiências sociais negras, de escravos e libertos após a abolição legal da escravidão. A compreensão do termo trajetória também passa pelo que propõe Paulo Renato Guérios: “Definimos aqui também o estudo de trajetórias como as conclusões a que o pesquisador de Ciências Sociais chega a partir do estudo dos materiais obtidos a partir das biografias e das histórias de vida”. Cf. Paulo R. Guérios, *O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas*. Campos 12: p.9, 2011.

em textos, da ocultação do gênero e da cor/raça de pesquisadoras(es), da ausência de documentação de entrevistas e textos, da indisponibilidade de seus materiais biográficos, e colaboram para evitar a supressão ou apagamento dessas personagens e de suas histórias. Correspondem a uma forma de enfrentamento do que a filósofa Sueli Carneiro chamou de epistemicídio. Em suas palavras:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender, etc.<sup>4</sup>

Sendo assim, a abordagem histórica no campo do pós-abolição, ao reconhecer a agência negra na esfera social, política, profissional e acadêmica, como investimento necessário para a desconstrução de narrativas estigmatizadas e racistas ligadas à população negra, contribui para aspectos relacionados às memórias e lutas contra o racismo no Brasil.

Na graduação em Psicologia, conheci o trabalho de Lucinha Silva e de Jesus Moura, ativistas e psicólogas negras, que obtiveram seu diploma na área na década de 1980, no Sudeste e no Nordeste do país, respectivamente. Entre suas diversas realizações, está o I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) sobre Relações Raciais e Subjetividade no Brasil – I PSINEP em outubro de 2010, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP).

Quando eu soube do I PSINEP e das ações preparatórias para o II Encontro, conheci a atuação de psicólogas(os) negras(os). Foram partilhas que me mostraram a importância dessas referências e do ativismo social negro, seus percursos e enfrentamentos no ambiente profissional. Ali percebi que eu, como mulher negra construindo uma caminhada profissional na psicologia, não estava sozinha. Ou melhor, havia um caminho sendo pavimentado para que eu pudesse pertencer, me espelhar e dar continuidade.

---

<sup>4</sup> Aparecida Sueli Carneiro. *A Construção do Outro como Não-Ser e como fundamento do Ser*. Tese (doutorado). FEUSP, São Paulo, 2005, p.97.

Os encontros de psicólogas(os) negras(os) e pesquisadoras(es) tiveram como um dos desdobramentos a criação da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(os) de Relações Raciais e Subjetividades (ANPSINEP). Esta organização se dedica a reflexões sobre subjetividades e relações raciais no Brasil, junto à ação política na luta contra o racismo, a promoção de saúde mental e o bem viver da população negra.<sup>5</sup>

Ficou evidente nos encontros que, na formação em psicologia, havia um apagamento sobre o tema das relações raciais no Brasil, como também da agência negra no desenvolvimento da área. Entendi que, assim como várias(os) colegas negras(os) universitárias(os), precisaria fazer uma espécie de “segunda graduação”. Ou seja, uma formação paralela em busca da diversidade epistemológica, produzida por ativistas, intelectuais, entre outros sujeitos históricos negros em diferentes espaços, dentro e fora da universidade, para aprender e elaborar conhecimentos e práticas, tendo em vista as coletividades da qual faço parte.

Passei a dialogar com colegas e referenciais negras(os) de outras áreas e de fora da universidade, e escrevi minha monografia, “Processos de Subjetivação e Saúde Mental de Mulheres Negras: o impacto do racismo”, tendo como orientador o antropólogo, José Bizerril Neto. Nesse trabalho, dediquei-me a pesquisar a história de vida de duas psicólogas negras e uma estudante de psicologia. A partir das entrevistas com essas mulheres, acessei a compreensão que elas tinham sobre seus percursos profissionais.

Realizada no ano de 2013, essa pesquisa expôs a urgência de uma maior participação de profissionais da psicologia nos estudos sobre raça e gênero, visto que a inserção do saber-fazer psicológico neste debate também é uma demanda de indivíduos negros que têm sofrido com a exclusão social e tido seus direitos violados historicamente. Na análise das entrevistas, destacaram-se os momentos em que a violência racial se fez presente em seus processos subjetivos, narrativas que retratam desde os empecilhos na busca de ascensão social e profissional até as vivências que auxiliaram na valorização de si, no reconhecimento da identidade racial e do sentimento de pertencimento a uma coletividade.

Quando encerrei o trabalho de conclusão de curso, vi a mim mesma nessas histórias que falavam das situações de racismo, dos cabelos, do tornar-se negra, e passei a me perguntar, diante da formação histórico-racial do Brasil e no que diz respeito à minha subjetividade e coletividade, o que me possibilitou, como uma mulher negra, nascida no início da década de

---

<sup>5</sup> Cf. Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(os) de Relações Raciais e Subjetividades ANPSINEP. Disponível em: <https://www.anpsinep.org.br/>. Acesso em: maio de 2021.

1980, desejar e assumir um cabelo *dreadlocks* (desde 2005), adentrar um espaço universitário, me formar em psicologia, e construir uma carreira como psicanalista clínica?

Nesse contexto, no ano de 2020, em meio à pandemia de Covid-19, comecei a acessar o arquivo digital desenvolvido pela Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros - RHN, cujos estudos possuem forte aproximação com o campo de emancipação e pós-abolição da História Social. Conheci caminhos teórico-metodológicos que privilegiam o reconhecimento das experiências negras na construção de campos sociais, políticos, profissionais e acadêmicos, um investimento necessário para a luta antirracista, como também para a produção de conhecimentos e práticas alinhada às demandas da população negra.<sup>6</sup>

Esses estudos, nos quais se dedica especial atenção às trajetórias de sujeitos históricos negros, possibilitam olhar para a história do ponto de vista das experiências negras, e não pela perspectiva do colonizador, como naturalizado na historiografia tradicional. Proporcionam a reflexão sobre dimensões das histórias de vida ou das biografias, que vão além de um caso único narrado de forma contínua, com unicidade, como se a vida do sujeito fosse linear, quase que determinada pelo destino. Como explica o sociólogo Pierre Bourdieu, a partir do uso do conceito de “trajetória”, em vez do termo “história de vida”:

Ela conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.<sup>7</sup>

Portanto, a análise das trajetórias de Lucinha Silva e Jesus Moura, como sujeitas/agentes históricas do seu tempo, permite identificá-las como estudantes, ativistas, psicólogas, entre outras possibilidades de posições socialmente instituídas em relação a atores ou grupos sociais, identificando suas redes de sociabilidade, as entidades que fundaram e/ou contribuíram e suas ações nos campos político, científico e profissional.

---

<sup>6</sup> Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros-RHN promove ações coletivas de divulgação de pesquisas e práticas de ensino antirracista na História. Desenvolvem a coluna semanal “Nossa Histórias”, por meio de artigos e vídeos em parceria com o Geledés e o acervo Cultne, e exposições virtuais “Nossas Histórias: vidas, lutas e saberes da gente negra”, abrigadas na plataforma Google Arts & Culture. Disponível em: <https://www.youtube.com/@HistoriadorxsNegrxs/featured>; <https://www.geledes.org.br/artigos-exclusivos/nossas-historias/>.

<sup>7</sup> Pierre Bourdieu. A ilusão biográfica. In: Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira (Org.) *Usos e abusos da história oral* (p. 236). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006. Edição do Kindle.

Desse modo, como demonstram as historiadoras Martha Abreu e Hebe Matos, torna-se importante pensar sobre uma perspectiva que recupere e amplie a historicidade dos contínuos processos de “produção social de identidades, hierarquias e categorias raciais a partir das experiências negras”. Segundo elas:

De fato, trata-se agora de recuperar a historicidade dos diferentes processos de desestruturação da ordem escravista e seus desdobramentos, seja no que se refere às relações de trabalho, às condições de acesso aos novos direitos civis e políticos para as populações libertas, de forma a conseguir historicizar também as formas de racialização das novas relações econômicas, políticas ou sociais.<sup>8</sup>

Trata-se, portanto, de compreender caminhos trilhados por pessoas negras, além do período temporal específico imediatamente posterior ao 13 de maio de 1888, apresentando um olhar que vai mais adiante, expondo as reconfigurações sociais forjadas por sujeitos históricos negros que levaram ao reposicionamento social na virada do século XIX e ao longo do século XX.<sup>9</sup> Conforme sinaliza, a historiadora Alessandra Tavares, na tese “A escola de samba tira o negro do local da informalidade: agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940)”:

Analisar a sociedade brasileira pelo viés do pós-abolição é uma perspectiva que visa aprofundar a compreensão de diferentes aspectos das relações raciais no Brasil. Considerando-se que, após a assinatura da lei que acabaria com o sistema de trabalho escravista, para a população negra se colocaria um cenário de permanências e rupturas que impactariam na sua inserção social. Não através de uma visão naturalizada que remetesse à escravidão como herança, de acordo com algumas produções das ciências sociais das décadas de 1950 e 1960, mas como processos que levassem ao reposicionamento de relações entre diferentes indivíduos na sociedade brasileira. Tais processos se deram em direção ao desenvolvimento da noção de direitos e às demandas por cidadania, por parte de indivíduos ou grupos descendentes de ex-escravizados que diante desse novo cenário, mantiveram ou ressignificaram suas formas de se relacionar política e socialmente.<sup>10</sup>

Tendo em vista os impactos do pós-abolição para pessoas negras, compreendo as mulheres aqui estudadas como sujeitos históricos que, em suas trajetórias, reposicionam o lugar da população negra frente ao tema da saúde/saúde mental, a partir de ações políticas alinhadas

---

<sup>8</sup> Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 191). Disponível em< <https://doi.org/10.1590/2237-101X005008005>> Acesso em: abril de 2020.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> Alessandra Tavares de Souza Pessanha Barbosa. *A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”: agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940)*. 2018. 234 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.p.8.

às suas experiências no ativismo negro. Nesse sentido, para a análise das trajetórias selecionei como recorte temporal os anos 1976 a 2023, por entender que é quando começa a maior parte das vivências e articulações individuais e coletivas de Lucinha e Jesus Moura, até chegar ao período de realização deste trabalho. Mais especificamente, a escolha se orientou pelo momento que Lucinha Silva assume a tesouraria do Centro de Cultura e Arte Negra de São Paulo (CECAN), em 1976, e a despedida de Jesus Moura da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP), em 2023.

Além disso, busquei analisar aspectos dessas histórias em diálogo com os estudos sobre as memórias da conjuntura política do período da redemocratização do país após a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). O protagonismo de lideranças e organizações negras que atuaram política, cultural e socialmente, principalmente entre os anos 1970 e 2000, como o CECAN, o Movimento Negro Unificado (MNU), o Geledés- Instituto da Mulher Negra, da Djumbay - Organização pelo Desenvolvimento da Comunidade Negra e o Observatório Negro de Pernambuco.

O trabalho de Sandra Martins, Togo Ioruba (Gerson Theodoro) e Flávio Gomes, *Redemocratizando na raça: sobre memórias, intelectuais negros e movimentos sociais contemporâneos (notas de pesquisa)*, ressalta a importância desse diálogo. Conforme argumentam:

Esta geração de intelectuais negros do período da redemocratização gastou uma energia considerável para refletir sobre a existência (e superação) da desigualdade racial e suas bases diante de uma sociedade – parte da qual produtora de pensamento social (acadêmico) hegemônico – que sequer admitia o racismo, para além do seu caráter não sistêmico. A suposta ideia da não coesão ou identidade racial era evocada. Neusa Santos destacava – uma voz quase isolada – como a suposta inexistência de barreiras de cor e de segregação racial associada à ideologia do embranquecimento eram transformados em ingredientes vitais para o desestímulo à solidariedade do negro, cuja referência de grupo de origem era sempre negativa.<sup>11</sup>

Portanto, partir da memória de lideranças negras parece um caminho fundamental para pensar e recuperar dimensões históricas, psicológicas e sociológicas que influenciaram gerações do movimento negro no período da redemocratização, por um viés diferente que o da “história oficial”.

---

<sup>11</sup> Sandra Martins, Togo Ioruba (Gerson Theodoro) e Flávio Gomes, *Redemocratizando na raça: sobre memórias, intelectuais negros e movimentos sociais contemporâneos (notas de pesquisa)*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 63, n.2, p. 195-210, jul./dez. 2015. Editora UFPR. p. 199. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/historia/issue/view/2156/showToc> > . Acesso em: março de 2023.

Além dos já citados, outros trabalhos serviram de orientação para a reflexão sobre os significados de trajetórias individuais para o movimento negro em sentido ampliado, a exemplo de: *Centro de Cultura e Arte Negra*, de Joana Maria Ferreira da Silva,<sup>12</sup> que a partir da trajetória da organização, analisa as duas fases de atividades desta associação de ativismo negro brasileira, fundada por Thereza Santos; e “Luiza bairros – uma ‘bem-lembrada’ entre nós, 1953-2016”, de Ana Flávia Magalhães Pinto e Felipe da Silva Freitas,<sup>13</sup> artigo que ressalta a importância das ações políticas e produção intelectual de Luiza Bairros a partir de sua trajetória.

Em se tratando de uma pesquisa baseada na construção de trajetórias a partir da história oral, o trabalho realizado por Verena Alberti e Amilcar Pereira, *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*,<sup>14</sup> foi norteador para a análise das relações entre narrativas individuais e uma rede de lideranças negras em todo o Brasil. Por meio da obra, foi possível acessar registros de memórias sobre acontecimentos sociais, políticos e econômicos na contemporaneidade, que impactaram principalmente a vida da população negra.

Sobre a presença do movimento negro e de ativistas da luta antirracista na área da psicologia, destaco a produção de Lia Vainer Schucman e Hildeberto Vieira Martins. Em “Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do ‘Objeto da Ciência’ ao Sujeito Político”,<sup>15</sup> a autora e o autor analisam historicamente os posicionamentos éticos e políticos da psicologia brasileira acerca das relações raciais.

Ainda no campo *psi*, há mais alguns trabalhos que não são referências diretas nesta dissertação, mas que considero relevantes pelo interesse em divulgar a atuação de intelectuais e profissionais negras(os) na área da saúde mental. Destaco a tese de Paulo Navasconi, “Os nossos passos vêm de longe: a contribuição de 4 autoras negras para a psicologia brasileira antirracista”,<sup>16</sup> trabalho com ênfase nas ideias das intelectuais Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida Silva Bento para a construção de uma psicologia antirracista. Os artigos “Virgínia Leone Bicudo: Pioneira da Psicologia e da Psicanálise no Brasil” e “Virgínia Leone Bicudo - Construindo e difundindo a psicanálise no

---

<sup>12</sup> Joana Maria Ferreira da Silva. *Centro de Cultura e Arte Negra*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

<sup>13</sup> Ana Flávia Magalhães Pinto e Felipe da Silva Freitas. Luiza bairros – uma “bem lembrada” entre nós, 1953-2016. *Afro-Ásia*, n. 55, 2017, pp. 216-256. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24316>>. Acesso em: abril de 2023.

<sup>14</sup> Verena Alberti e Amilcar A. Pereira. *História do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Editora Pallas e FGV. Rio de Janeiro. 2007. Edição do Kindle.

<sup>15</sup> Lia Vainer Schucman e Hildeberto Vieira Martins. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia ciência e profissão*. v. 37, n. spe, pp. 172-185, Brasília, 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-)> Acesso em: maio de 2022.

<sup>16</sup> Cf. Paulo Vitor Palma Navasconi. “Os nossos passos vêm de longe”: a contribuição de 4 autoras negras para a psicologia brasileira antirracista. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, 2022. 237 f.

Brasil”<sup>17</sup>, o psicólogo Jorge Abrão descrevem a trajetória e a produção dessa intelectual. A dissertação de mestrado do psicólogo William Pereira Penna, “Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: apagamentos e lembranças negras nas práticas *psis*”,<sup>18</sup> apresenta a vida e obra de Neusa Santos em diálogo com seu livro *Tornar-se Negro: as Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*.<sup>19</sup> O livro da historiadora Ynaê Lopes dos Santos,<sup>20</sup> *Juliano Moreira, um médico negro na psiquiatria brasileira*, é igualmente inspirador. Nele ela narra a trajetória deste médico negro nascido em 1873 na Bahia. Ressalto também os artigos “Encruzilhada e entrelinhas: a atualidade do pensamento de Neusa Santos Souza”, da psicanalista Suely Aires e da psicóloga Jeane Tavares,<sup>21</sup> “Contribuições de Virgínia Bicudo para o campo da Saúde Mental no Brasil: caminhos pela pesquisa, pela clínica e pela escola”, das psicólogas e psicanalistas Fabianna Villas Boas e Natália Parolin,<sup>22</sup> “Passos marcantes de Maria Lúcia da Silva pela psicologia, relações raciais e gênero”, da psicóloga Clélia Prestes e do sociólogo Deivison Faustino, presentes na publicação *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: o pioneirismo negro* – coletânea que apresenta as trajetórias e contribuições de ativistas e profissionais ao campo *psi*, principalmente de mulheres negras.<sup>23</sup>

São trabalhos que expõem as contribuições de profissionais negras(os) para o campo *psi* e para a formulação de políticas públicas em saúde, a exemplo da elaboração da Política

---

<sup>17</sup> Cf. Jorge Luís Ferreira Abrão. Virgínia Leone Bicudo: Pioneira da Psicologia e da Psicanálise no Brasil. *Interação em Psicologia*. Curitiba, v. 18, n. 2, p. 217-227, 2014 e Virgínia Leone Bicudo. Construindo e difundindo a psicanálise no Brasil. *Revista Brasileira de Psicanálise*. v. 54, p. 231-249, 2020.

<sup>18</sup> Cf. William Pereira Penna. *Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: apagamentos e lembranças negras nas práticas psis*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

<sup>19</sup> Cf. Neusa Santos Souza. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar. 171p. 2021.

<sup>20</sup> Cf. Ynaê Lopes dos Santos. *Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira* [livro eletrônico]. Niterói: Eduff, 2020. (Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 3).

<sup>21</sup> Cf. Suely Aires e Jeane Tavares. Encruzilhada e entrelinhas: a atualidade do pensamento de Neusa Santos Souza. In: Emiliano de Camargo David, Rachel Gouveia Passos *et alii* (orgs). *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: o pioneirismo negro*. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre(RS): Grupo de pesquisa Egbé, Projeto Canela Preta, 2021.

<sup>22</sup> Cf. Fabianna Villas Boas e Natália Parolin. Contribuições de Virgínia Bicudo para o campo da Saúde Mental no Brasil: caminhos pela pesquisa, pela clínica e pela escola. In: Emiliano de Camargo David, Rachel Gouveia Passos *et alii* (orgs). *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: o pioneirismo negro*. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre(RS): Grupo de pesquisa Egbé, Projeto Canela Preta, 2021.

<sup>23</sup> Os demais trabalhos publicados são: *Entre os sambas, os bambas e a loucura: o discreto protagonismo de D. Ivone Lara na saúde mental* de Rachel Gouveia Passos e Andressa da Silva Moraes; *Amefricanas: racismo, sexismo e subjetividade em Lélia Gonzalez*, de Miriam Alves, Tadeu de Paula e José Damico; *Diva Moreira: trajetória contra a repressão social e o controle na saúde mental brasileira*, de Emiliano de Camargo David; *As contribuições da professora Sônia Barros para a efetivação do direito social à saúde : uma entrevista*, de Caroline Ballan e Luís Eduardo Batista. Cf. Emiliano de Camargo David, Rachel Gouveia Passos *et alii* (orgs). *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: o pioneirismo negro*. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre(RS): Grupo de pesquisa Egbé, Projeto Canela Preta, 2021.

Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), a implementação de coleta da Raça/Cor nos Sistemas de Informação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Grupo de Trabalho “Racismo e Saúde Mental” no Ministério da Saúde.<sup>24</sup>

A influência dessa gama de referência e o desafio de compreender e evidenciar o que vem a ser uma psicologia brasileira antirracista, por meio das trajetórias de Lucinha Silva e Jesus Moura, me fizeram optar por métodos da história oral como ferramentas privilegiadas, na medida em que favorecem o acesso aos relatos de um mesmo acontecimento, a respeito de fatos muitas vezes não registrados em outros documentos, além de permitir o acesso a dados mais íntimos, subjetivos e até mesmo elucidativos.<sup>25</sup>

Segundo Júlia Matos e Adriana Senna, a história oral trabalha com o registro e a partilha das lembranças do entrevistado e de testemunhas disponíveis a relembrar dos acontecimentos que se aproximam da trajetória estudada. Assim:

Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. A escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente. As fontes orais não são meros sustentáculos das formas escritas tradicionais, pois são diferentes em sua constituição interna e utilidade inerente.<sup>26</sup>

As memórias trazidas ao presente por meio da narrativa oral e a análise de outras fontes, permitem ampliar o conhecimento de temas contemporâneos, recordações e esquecimentos que trazem pluralidade de perspectivas para a historiografia brasileira, como nos mostram as historiadoras Jaqueline Figueiredo e Marieta Ferreira, no livro *Usos e abusos da história oral*:

A ideia de que a história oral é constituída graças ao contato multidisciplinar leva-nos a reconhecer, nessa encruzilhada de caminhos e ofícios, a contribuição da psicologia e, em particular, da psicanálise, basicamente pela necessidade de considerar a existência de outras dimensões da realidade, como a inconsciente, especialmente no tratamento e na análise da informação oral. A partir da psicologia e suas derivações, desenvolveu-se um aspecto fundamental no ofício do historiador oral, que é a precaução metodológica mediante a utilização de certos controles sobre a geração e o tratamento da informação oral, assim como reflexões sobre a peculiar relação que se estabelece entre o informante

---

<sup>24</sup> Emiliano de Camargo David, Rachel Gouveia Passos *et alii* (orgs). *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: o pioneirismo negro*. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre(RS): Grupo de pesquisa Egbé, Projeto Canela Preta, 2021, p. 15.

<sup>25</sup> Verena Alberti. História oral: a experiência do CPDOC. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília. v. 44, n. 1, p. 85, Mar. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71671991000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671991000100018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: julho de 2020.

<sup>26</sup> Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna. História Oral como fonte: problemas e métodos. *Historia*, FURG, v. 2, n. 1, 2011, p. 97. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>>. Acesso em: out. 2020.

e o entrevistador e os fatores que afetam sobremaneira a produção e o caráter das fontes orais.<sup>27</sup>

Ao encontro do exposto, busquei seguir os caminhos propostos pelo método da história oral tendo em vista a importância da oralidade para um trabalho sobre trajetórias no tempo presente. Após entrar em contato e apresentar o projeto, recebido com surpresa e animo por Lucinha Silva e Jesus Moura, agendamos as entrevistas. No primeiro momento das entrevistas, iniciei com comentários sobre a pesquisa e pontuei a questão: como e quando se tornaram negras, ativistas e psicólogas? Num segundo momento, pedi para que falassem sobre as instituições que criaram e aquelas com as quais contribuíram, e como entendem suas ações políticas e profissionais, ao final, perguntei sobre suas perspectivas futuras. Enquanto elas narravam suas experiências, fiz pequenas intervenções no sentido de entender temporalmente do momento que falavam e quem eram as pessoas às quais se referiam, de forma a alinhar com outras perspectivas sobre o mesmo evento.

Com Lucinha Silva realizei, no dia 15 de setembro de 2022, uma videochamada gravada por meio do aplicativo *Google Meet* com duração de aproximadamente 60 minutos. Foi uma conversa fluida em que Lucinha foi lembrando e narrando suas experiências. Devido a um compromisso dela encerramos e combinamos caso surgissem dúvidas ou fosse necessária alguma complementação nos comunicaríamos por meio de mensagens via *WhatsApp*. Esses contatos se deram até o momento de conclusão deste trabalho. Também ocorreram trocas sobre o processo de pesquisa durante conversas informais mantidas neste período.

A entrevista com Jesus Moura foi realizada no dia 01 de outubro de 2022, com a gravação do áudio por meio do gravador de voz do celular e teve duração de aproximadamente 82 minutos. Tive um pouco de dificuldade para agendá-la devido aos compromissos da entrevistada, mas assim que alinhamos fizemos uma conversa longa em que ela contou com detalhes das experiências vividas. Interrompemos diante do cansaço apontado por ela e combinamos de ficarmos em contato para complementar questões que surgissem. Durante a pesquisa, tivemos algumas conversas por meio do *WhatsApp* e Jesus Moura me enviou áudios que serviram para esclarecer alguns fatos. Além das entrevistas, das conversas textuais e por áudio, as duas entrevistadas me enviaram fotografias de seus acervos pessoais por email.

Portanto, foi através de uma escuta atenta que realizei as entrevistas abertas tendo um pequeno roteiro como norteador e posteriormente analisei-as em diálogo com caminhos

---

<sup>27</sup> Janaina P. Amado Baptista de Figueiredo & Marieta de Moraes Ferreira. *Usos e abusos da história oral*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006. Edição do Kindle, p. 50.

sugeridos nas informações das vivências das entrevistadas presentes documentais textuais, fotografias, registros orais e do referencial teórico escolhido. Assim, analisei fontes históricas em diferentes acervos como livros, revistas, dossiês temáticos, artigos, dissertações, teses, periódicos e vídeos que colaboraram para a compreensão das trajetórias.<sup>28</sup>

Considerando o crescente envolvimento da área da psicologia nas discussões sobre branquitude, racismo e relações raciais no Brasil, como também da psicanálise e psiquiatria, ou seja, dos saberes psicológicos que constituem o campo *psi*, as entrevistas com Lucinha Silva e Jesus Moura explicitam os processos que desencadearam, no Brasil, o reconhecimento do racismo na área e a presença de intelectuais negras(os) na construção do campo científico, profissional e acadêmico, assim como seus impactos no ativismo antirracista.

Para apresentar esses percursos, organizei a dissertação em três capítulos, tendo em vista o que a filosofia africana chama de *sankofa*: a conexão, a observação, o cuidado de referenciar os que vieram antes e trouxeram avanços.<sup>29</sup> No primeiro, *Tornar-se negra e ativista*, evidencio a presença de intelectuais negras(os) no campo *psi* e suas relações com o ativismo social negro para, em seguida, apresentar a trajetória de Lucinha Silva junto ao movimento de mulheres negras e a de Jesus Moura no Movimento Negro de Pernambuco. No segundo capítulo, *Uma Psicologia brasileira antirracista*, procuro compreender os processos que desencadearam a divulgação de uma psicologia antirracista. Para isso, apresento, inicialmente, a importância do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e do Instituto AMMA Psique e Negritude. Em seguida, acompanho o percurso de Lucinha Silva no campo psicanalítico e o de Jesus Moura fazendo incidência política enquanto conselheira nas Comissões de Direitos Humanos no Sistema Conselhos de Psicologia. No capítulo três, *Encontros nas trajetórias*, enfatizo a dimensão compartilhada destas trajetórias, com a criação da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(os) de Relações Raciais e Subjetividades (ANPSINEP), as estratégias que se deram por meio de ações coletivas e seus desdobramentos; e em outras confluências aponto alguns movimentos no campo *psi* através de

---

<sup>28</sup> Foram encontradas entrevistas cedidas por Lucinha Silva para o projeto Psicanalistas que falam Cf. <<https://youtu.be/FXwoTBYE88c>> Entrevista cedida em 20 de junho de 2020. No livro *Pioneirismo negro* entrevista realizada em maio de 2020 e março de 2021, por Clélia Prestes e Deivison Mendes Faustino. *Passos Marcantes de Maria Lúcia da Silva pela psicologia, relações raciais e de gênero*. Cf. Emiliano de Camargo David & Rachel Gouveia Passos & Deivinson Mendes Faustino & Jeane S. Campos Tavares (org). *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: o pioneirismo negro*. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre(RS): Grupo de pesquisa Egbé, Projeto Canela Preta, 2021. E no livro, *Centro de Cultura e Arte Negra* de Joana Maria Ferreira da Silva. São Paulo: Selo Negro, 2012.

<sup>29</sup> Cf. Elisa Larkin Nascimento. *Sankofa: Significado e Intenções*. In: *A Matriz Africana no Mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

discussões conceituais protagonizadas por psicólogas e psicólogos negras(os). Por fim, impactada por suas trajetórias, chego nas considerações finais.

Este percurso desenvolvido ao longo dos capítulos revela as potencialidades do diálogo entre a psicologia e a história social, na medida em que nos permite refletir sobre a presença de profissionais negras(os) antirracistas no campo *psi* - um fazer político e profissional caracterizado por disputas políticas e epistemológicas dentro de um campo científico que precisa ser registrado, documentado e materializado na forma de um legado que possa ser utilizado pelas próximas gerações enquanto parte de uma história coletiva.



## CAPÍTULO 1

### TORNAR-SE NEGRA E ATIVISTA

Entre as teses que inferiorizam negros e indígenas no âmbito das projeções sobre a formação da sociedade brasileira, as teorias raciais transitaram desde uma associação entre mestiçagem e degenerescência humana, até um projeto de embranquecimento para o melhoramento social e intelectual da população. São teorias que encontram suas expressões biopolíticas no eugenismo e no racismo científico através da seleção, ou miscigenação cruel e discriminatória, “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”.<sup>30</sup>

O discurso eugênico no pós-abolição estruturou as instituições de saúde, segurança e educação, através de políticas públicas que reforçavam a marginalização de negros, indígenas e outros negativamente racializados. Uma das grandes influências na construção dessas políticas foi o médico psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues, que defendia a inferioridade racial de indígenas e negros, e a miscigenação das raças como resultado de degenerados intelectuais e potenciais criminosos.<sup>31</sup> Assim, grupos de eugenistas sociais, formados por médicos, historiadores, sociólogos, antropólogos e literatos endossaram o discurso de melhoramento racial da população, a partir do projeto de branqueamento racial, como forma de resolução para os problemas sociais.

Mais tarde, já nos anos 1920, começa a ganhar espaço o argumento de exaltação da mestiçagem, fundamento para a afirmação de uma democracia racial e da suposta harmonia das três raças que vêm a constituir o sentido de *brasilidade*.<sup>32</sup> Diante desses discursos, os estudos promovidos pelo projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), realizados na década de 1950, analisaram perspectivas sobre as relações

---

<sup>30</sup> Acilio da Silva Estanqueiro Rocha. Biopolítica. *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Instituto de Filosofia da Linguagem. 2010. Disponível em :< <http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/bb0169f01e38e1d9e1ce904f185bc8d9.pdf>> Acesso em: nov. de 2022.

<sup>31</sup> Nina Rodrigues (1862–1906) foi um intelectual branco, considerado pai da eugenia por Monteiro Lobato, junto ao médico Renato Khel também precursor da eugenia, chegou a propor a esterilização dos mestiços no Brasil. Cf. Lilia K. Moritz Schwarcz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. In: *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901>>. Acesso em: abril. 2023.

<sup>32</sup> Ynaê Lopes dos Santos. *Racismo Brasileiro: Uma história da formação do país*. Ed. Todavia, São Paulo, 2022.

raciais, evidenciaram a existência de preconceito racial e desconstituíram a narrativa oficial que sustentava a ausência de preconceito racial no país.

Com relação ao não-dito sobre o preconceito racial, desenvolve-se no Brasil o que se convencionou chamar de “racismo cordial”, aquele que se camufla, o racismo de intimidade e recreativo, que está engendrado no sistema político, econômico, social, na cultura, nas relações, atribuindo ao sujeito negro lugares de inferioridade. Sobre isso, a psicóloga Lwdmila Constant Pacheco argumenta:

No lugar do racismo declarado verbalmente desenvolve-se no Brasil uma forma de discriminação contra os não brancos, que se caracteriza por uma polidez superficial que camufla atitudes e comportamentos discriminatórios, expressando-se ao nível das relações interpessoais através de atitudes informais. É o racismo cordial, tipicamente brasileiro, que se manifesta nas relações privadas e se camuflam em suposta tolerância pública.<sup>33</sup>

Em meio ao racismo cordial e às proposições político-sociais racistas, dão-se os enfrentamentos ao racismo por organizações negras brasileiras, destacando-se a atuação da Frente Negra Brasileira (1931-1937), da União dos Homens de Cor em Porto Alegre (1943), do Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944 por Abdias Nascimento, no Rio de Janeiro, entre outras.<sup>34</sup> Nos momentos políticos de opressões e censuras, como no período da ditadura militar no Brasil, grupos e indivíduos negros atuavam em diversos espaços, nas mobilizações por garantias de direitos e cidadania, alinhados às lutas transcontinentais, como a da Revolução Argelina, às lutas por direitos civis nos Estados Unidos e à resistência contra o *apartheid* na África do Sul.

Durante o regime militar, em 1971, ocorreu a criação do Centro Cultural de Arte Negra (CECAN), por Thereza Santos Souza,<sup>35</sup> que, em decorrência da sua atuação junto ao Partido Comunista, foi a exílio para Angola e com isso precisou encerrar as atividades do CECAN em 1974. Foi um período em que ativistas e movimentos sociais sofriam repressão e monitoramento de suas ações, o que não impediu que seguissem nos enfrentamentos, repercutindo na fundação

---

<sup>33</sup> Lwdmila Constant. *Racismo Cordial: Manifestação da Discriminação Racial à Brasileira – o domínio público e o privado*. Textos completos do XVI Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO. UFPE. 2011. p. 01. Disponível em: < [http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=3065](http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3065)> Acesso em: agosto de 2022.

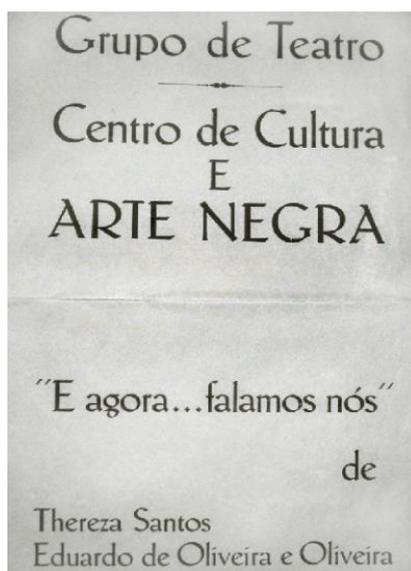
<sup>34</sup> Como também através da imprensa negra com os jornais *o Mundo Novo*, *A Tribuna Negra*, a revista *Senzala*; o jornal *Quilombo*, criado por Abdias do Nascimento, em 1948; o jornal *Nêgo* do MNU (1989-1994), o jornal *Irohin* (1996 e 2010), editado por Edson Carneiro. Associação do Negro Brasileiro (ANB) em 1943 e seu jornal *Alvorada* (1945).

<sup>35</sup> Thereza Santos (1930-2012) mulher negra, ativista e atriz do Teatro Experimental do Negro – TEN, foi quem fundou o CECAN em São Paulo, no ano de 1971.

do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial em 1978, em São Paulo. No livro sobre a trajetória do CECAN, Joana Maria Ferreira da Silva, explica:

As divergências no interior do CECAN levaram a que dois militantes – Milton Barbosa e Rafael Pinto - responsáveis inclusive pela retomada das atividades da entidade em 1976, liderassem com outros a criação do Movimento Negro Unificado (MNU). Este foi lançado publicamente em 7 de julho de 1978, em um ato público de protesto contra duas atrocidades: a morte de um negro por torturas policiais e as posições racistas do Clube Tietê perante quatro jovens atletas negros.<sup>36</sup>

Milton Barbosa, o Miltão, é considerado por Lucinha Silva seu mentor político. Foi ele quem no início da década de 1970, quando ela ainda trabalhava como auxiliar de escritório no metrô de São Paulo (fundado em 1968), a interpelou junto com o ativista Isidoro Telles,<sup>37</sup> com questões acerca do racismo, sobre identidade racial, e a convidaram para fazer parte da reabertura do Centro de Cultura e Arte Negra de São Paulo. Nesse segundo momento de atividades, que se deu entre os anos de 1976 e 1978, Lucinha Silva assumiu a função de tesoureira da entidade.



**Figura 3-** Folheto de divulgação da peça *E agora... falamos nós*, 1971. Fotografia da coleção de Eduardo Oliveira e Oliveira / UEIM – UFSCar | Por Rodrigo Zanin

<sup>36</sup> Joana Maria Ferreira da Silva. *Centro de Cultura e Arte Negra*. São Paulo: Selo Negro, 2012.p. 50.

<sup>37</sup> Isidoro Telles de Souza assumiu como Secretário Geral na reestruturação da Diretoria Geral do CECAN, em 1977. Cf. Ennio Brauns, Genivalda Santos e José de A.Oliveira (org.). *Movimento negro unificado: a resistência nas ruas*. São Paulo: Edições SESC, 2020. Disponível em: [https://issuu.com/edicoessescsp/docs/mnu\\_trechos](https://issuu.com/edicoessescsp/docs/mnu_trechos). Acesso em: maio de 2022.

O CECAN é um exemplo de entidade negra no campo da cultura, com forte influência da cena teatral, que realizou diversas ações engendradas com a lutas antirracistas na cidade de São Paulo. Naquele mesmo período, em Recife/Pernambuco, onde Jesus Moura nasceu e exercia seu ativismo, a luta pela redemocratização e contra o racismo que se desenvolvia no campo da cultura contava com o apoio de grupos de afoxés e maracatu, a exemplo do Ylê de África, Leão Coroado e Elefante. Jesus chegou a fazer parte do grupo Afoxé Alafin Oyó.<sup>38</sup> Conforme ela mesma conta em entrevista para esta pesquisa:

Era um espaço muito mais de lazer, de se juntar, um espaço onde a gente se juntava pra curtir, mas tinham também algumas ações, discussões junto à comunidade de Olinda, que era onde estava a sede do Afoxé Alafin Oyó. A gente passava o ano todo fazendo eventos pra poder fazer as roupas, todo processo de saída do afoxé, tudo na década de 80, até o início de 90, eu sei que eu estava grávida da minha filha mais velha, ela nasceu em 91, e eu ainda grávida participei dos eventos do afoxé.<sup>39</sup>

Segundo o trabalho dos historiadores Isabel Guillen e Ivaldo Lima sobre os movimentos sociais negros em Pernambuco, podemos perceber que:

Nenhum desses movimentos pode ser pensado dissociado da luta contra a discriminação racial, e da desconstrução da tão aclamada “democracia racial”. A desconstrução desta ideologia tomou vulto ao longo dos anos 1970, e foi reforçada nos anos 1980, principalmente com o debate ocorrido durante as comemorações do centenário da abolição.<sup>40</sup>

No Afoxé Alafin Oyó, por exemplo, foi criada umas das principais organizações negras de Pernambuco, a Djumbay - Organização pelo Desenvolvimento da Comunidade Negra, reconhecida por seus posicionamentos principalmente no campo da imprensa negra com a circulação do seu jornal entre os anos de 1980-1990. Em entrevista, uma das fundadoras da Djumbay, a ativista e psicóloga Rosilene Rodrigues, conta:<sup>41</sup>

É quando Gilson, que também começa a participar do ensaio do afoxé – foi quem, em determinado momento, coordenou o Alafin Oyó –, nos convidou a participar da Djumbay. Por que é que a gente não organizava uma entidade que pudesse trabalhar a

---

<sup>38</sup> Sobre a trajetória dos movimentos negros de Pernambuco e suas relações com os primeiros afoxés e o maracatu Leão Coroado, conferir o trabalho de Martha Rosa Figueira Queiroz. *Onde cultura é política : movimento negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979-1995)*. 2010. 288 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/9010>. Acesso em : setembro de 2024.

<sup>39</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

<sup>40</sup> Ivaldo Marciano de França Lima e Isabel Cristina Martins (org). *Movimentos sociais negros em Pernambuco: Memória(s) e História (s)*. [Recurso Eletrônico] – Recife : Ed. UFPE, 2021. p. 19. Disponível em: < <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/663/672/2064?inline=1> >. Acesso em: janeiro de 2023.

<sup>41</sup> Rosilene Rodrigues é psicóloga e ativista do movimento negro em Pernambuco, trabalha com política públicas de promoção da igualdade racial na prefeitura da Cidade do Recife.

questão racial, mas em outra perspectiva, enquanto ONG? Porque, na verdade, se começava a discutir o que era ONG. Você não tinha, por exemplo, dentro do movimento negro, o que a gente chama de ONG. Você tinha o Movimento Negro Unificado, bem como as instituições ligadas a grupos culturais como afoxés, maracatus, mas não havia uma entidade. Aí, ele nos convidou, eu e minhas amigas: Irismar e Ana Maria. Dentro da área que a gente tinha de qualificação. As duas eram assistentes sociais, eu era economista doméstica, ele é professor de História, Geografia. Por que não organizamos uma entidade que pudesse fazer essa ponte com a questão racial, e que pudessemos também começar a trabalhar as entidades culturais num sentido organizativo? Tipo, tirar estatuto. Por que é que elas não tinham estatuto? Por que elas não eram organizadas? Ninguém tinha sede. Mesmo o MNU sendo uma entidade anterior a Djumbay, eu acho, não possuía uma sede, ao contrário de nós, que tínhamos. Eu acho que nós fomos uma das primeiras entidades, senão a primeira a, concretamente, ter uma sede. Fomos para dentro da Casa da Cultura. Fizemos uma discussão com o governo do Estado, na época, Jarbas Vasconcelos, em relação ao jornal. Porque, na verdade, o que iniciou foi o jornal. Nós costumávamos brincar, dizendo que a criatura deu, na verdade, vida ao criador. Porque o jornal é que faz com que nós institucionalizemos a Djumbay.<sup>42</sup>

Foi no início dos anos 2000 que Jesus Moura passou a integrar a ONG Djumbay. Enquanto psicóloga da equipe que executou o projeto SOS Racismo, programa nacional instituído em alguns estados do país como política pública de acolhimento das vítimas de racismo, mais uma das diversas estratégias de denúncia e combate ao racismo presentes na história do movimento negro no Brasil.<sup>43</sup>

Vemos que as formas de luta por cidadania e direitos vão desde práticas recreativas, culturais, à criação de clubes, veículos de comunicação, entidades e organizações políticas, engajadas na luta por melhoria das condições de vida da população negra e contra o racismo.

Diante disso, é possível compreender, a partir das trajetórias de Lucinha Silva e Jesus Moura, aspectos que nos informam sobre a importância do ativismo social negro para pessoas negras. Seus esforços se deram no desenvolvimento de estratégias individuais e coletivas nos processos de afirmação e valorização da identidade racial, nos enfrentamentos ao racismo, nos avanços dos debates sobre igualdade racial, relações raciais, justiça social, saúde da população negra, entre outras agendas políticas. Nesse sentido, traço neste capítulo um caminho de reflexões sobre a presença negra no campo *psi* junto à atuação do movimento negro na sociedade.

---

<sup>42</sup> Ivaldo Marciano de França Lima e Isabel Cristina Martins (org). *Movimentos sociais negros em Pernambuco: Memória(s) e História (s)*. – Recife : Ed. UFPE, 2021. p.115-116. Disponível em: < <https://editora.ufpe.br/bo-oks/catalog/download/663/672/2064?inline=1>>. Acesso em: janeiro de 2023.

<sup>43</sup> Sobre a experiência dos SOS Racismo consultar a tese de Ronaldo Laurentino de Sales Júnior. *Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em:<<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9747>> Acesso em: setembro de 2024.

## 1.1 INTELLECTUAIS NEGRAS(OS) NO CAMPO *PSI* E O ATIVISMO SOCIAL NEGRO

O processo de institucionalização e regulamentação do campo *psi* no Brasil se deu a partir do século XIX, principalmente pela agência de homens brancos de classe média, de uma elite intelectual formada em medicina na Europa. Estes estavam alinhados a um modelo de civilidade europeia que, para eles, era um exemplo de modernidade, à medida em que consideravam a sociedade brasileira atrasada devido à presença de africanos.<sup>44</sup>

É nesse cenário que o médico psiquiatra, Juliano Moreira (1873-1933) realizou enfrentamentos políticos e contestou cientificamente as teses racistas de Nina Rodrigues, que atribuía a degenerescência humana à mestiçagem. Juliano Moreira foi um homem negro, baiano, que trilhou uma trajetória profissional de combate ao racismo no campo científico e político. Ele foi precursor do que hoje chamamos de reforma psiquiátrica, ao apresentar para o governo propostas para a alteração da legislação, de modo a garantir assistência e tratamento humanizado aos alienados. A historiadora Ynaê Lopes, no livro *Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira*, nos informa:

Não por acaso, sua atuação como médico e pesquisador produziu inúmeros avanços nos estudos da sífilis, da neurologia, da hanseníase, da psicologia, da tuberculose e das doenças nervosas das regiões tropicais, isto sem contar a introdução no Brasil dos princípios da psicanálise por meio dos estudos de Freud. Homem de notório saber, ele também estava preocupado com a consolidação da ciência no Brasil. Justamente por isso, fundou e colaborou com importantes periódicos científicos, tais como Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Arquivos Brasileiros de Medicina e Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, além de ter sido membro de diversas associações médicas e psiquiátricas. Todavia, a transformação no tratamento das doenças mentais foi, sem dúvida alguma, sua maior contribuição: aboliu o uso de grades e camisas de força nos manicômios, implementando um novo protocolo de tratamento psiquiátrico na saúde pública brasileira.<sup>45</sup>

As preocupações de Juliano Moreira levaram-no ao embasamento científico e à implementação de princípios higienistas nas instituições de saúde mental, como forma de contestar a relação estabelecida entre doença mental e mestiçagem. Seus estudos apontavam

---

<sup>44</sup> Cf. Fabíola Amaral Tomé de Souza. A presença do negro no pensamento social brasileiro. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/7/a-presence-dila-do-negro-no-pensamento-social-brasileiro>> Acesso em: março de 2023.

<sup>45</sup> Ynaê Lopes dos Santos. *Juliano Moreira : o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira* [livro eletrônico] .Niterói : Eduff, 2020. PDF – (Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 3. pp 16-17.

que os distúrbios mentais e sociais tinham origens nas práticas sociais, como o racismo, o alcoolismo, a pobreza e a falta de higiene.<sup>46</sup>

As ideias higienistas do psiquiatra parecem ter influenciado a trajetória da psicanalista Virgínia Leone Bicudo (1910-2003) que, após defender sua dissertação, intitulada “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo (1945)”, tornou-se uma das primeiras professoras negras a dar aulas no ensino superior, como assistente da disciplina “Higiene Mental e Psicanálise”, ao lado do psiquiatra e psicanalista Durval Marcondes.<sup>47</sup> Virgínia Bicudo foi uma mulher negra, nascida em São Paulo, que se formou em Sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, onde começou a desenvolver seus estudos sobre relações raciais, higiene mental e psicanálise. A discussão que realizou a partir da noção de “atitude racial” teve papel fundamental na construção de metodologias no Projeto Unesco no Brasil, junto a outros estudiosos nos anos 1950.<sup>48</sup>

O Projeto Unesco correspondia ao programa de estudos sobre relações raciais, patrocinado pelo ciclo de pesquisas comparativas organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em diferentes regiões brasileiras, desenvolvido nos anos de 1951 e 1952. Os pesquisadores e pesquisadoras envolvidos no projeto analisaram aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais, culturais e também psicológicos das relações raciais, como aponta o trabalho dos psicólogos Lia Vainer Schucman e Hildeberto Martins:

O projeto da Unesco marcou a ruptura de uma visão idílica sobre as relações raciais no Brasil e colocou em xeque a ideia de democracia racial brasileira. Os estudos iniciados a partir do projeto Unesco são aqui pensados como fatores definidores de uma nova maneira de discutir a questão racial brasileira. Não por acaso, para alguns autores, esses estudos determinaram uma outra forma de entender a questão das relações raciais, permitindo uma outra nomeação para essa problemática, ou seja, já não mais tratar-se-ia de “democracia racial”, mas sim de “racismo à brasileira” (Telles, 2003) ou o “mito da democracia racial” (Guimarães, 2002). A pesquisa financiada pela Unesco, realizada na Bahia, Pernambuco, Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo deslocou a discussão racial brasileira do paradigma cultural freyriano para o paradigma sociológico construído por Florestan Fernandes (Maio, 2000). A etapa realizada em São Paulo foi

---

<sup>46</sup> Cf. Adriano Rodrigues Mansanera e Lúcia Cecília da Silva. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicologia Em Estudo*, 2000. pp.15–137. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/VSY9ddmBqr4ZmNXgDJr6j9g/?lang=pt#> Acesso em: dezembro de 2022.

<sup>47</sup> Cf. Janaina Damaceno Gomes. *Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)*. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Durval Bellegarde Marcondes (1899-1981) foi um psiquiatra e psicanalista branco, conhecido como o fundador do movimento psicanalítico no Brasil.

<sup>48</sup> Cf. Virgínia Leone Bicudo. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010. 192 p. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1945.

coordenada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, tinha o intuito de investigar como se constituíam as relações raciais entre brancos e negros (Bastide, & Fernandes, 1955) e contou com a participação de três profissionais ligados ao campo psicológico: Virgínia Leone Bicudo (1910–2003), Aniela Meyer Ginsberg (1902–1986) e Otto Klineberg (1899–1992).<sup>49</sup>

Outro detalhe que considero relevante na pesquisa da psicanalista Virgínia Bicudo foi a realização de entrevistas com ex-militantes da Frente Negra Brasileira. Com esse material, ela realizou uma análise da organização política da década de 1930, assim como os textos do jornal *Voz da Raça*. Segundo o historiador Petrônio Domingues, essa foi a primeira pesquisa científica que analisou a trajetória da Frente Negra Brasileira e que discutiu as relações raciais entre brancos e negros em São Paulo.<sup>50</sup>

Em sua tese sobre a trajetória de Virgínia Bicudo, a pesquisadora Janaína Damasceno reforça:

Os depoimentos publicados na sua dissertação dão alma ao trabalho. Eles são um dos materiais que narram com maior drama as experiências de homens e mulheres negros que viviam em São Paulo nos anos 1940. Tramas amorosas, familiares e pessoais. Preocupação com a aparência, desilusões com as possibilidades de ascensão social. O auto desprezo, a rejeição ao corpo e a assunção direta de que o branco é melhor, sempre. Tudo está ali. E de uma forma nervosa.<sup>51</sup>

A atuação de Virgínia Bicudo e Juliano Moreira aconteceu no momento do pós-abolição, quando as ideologias racistas explicavam a formação da sociedade brasileira. É diante desse contexto político, social e econômico que fizeram articulações individuais e coletivas provocando reflexões significativas para a área da saúde mental e para os estudos sobre relações raciais com foco na população negra e tornam-se precursores da psicanálise no Brasil.

Nesse mote surge uma das perguntas dessa pesquisa: como a atuação de Lucinha Silva e Jesus Moura, como mulheres negras do seu tempo, ativistas e psicólogas, impactaram no campo *psi*, compreendendo os limites dos processos de formação e de atuação em uma área constituída por referenciais eurocêtricos, e com maioria de profissionais brancas?

---

<sup>49</sup> Lia Vainer Schucman e Hildeberto Vieira Martins. Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2017, v. 37, p. 177. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/?lang=pt>> Acesso em: dezembro de 2022.

<sup>50</sup> A Frente Negra Brasileira foi umas das mais importantes entidades do movimento negro do século XX. Cf. Petrônio Domingues *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. (2007). Tempo, 100–122. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt#>> Acesso em: abril de 2023.

<sup>51</sup> Janaína Damasceno Gomes. *Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)*. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, pp. 102-103. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-14032014-103244>> Acesso em: abril de 2023.

Lucinha Silva (Maria Lúcia da Silva) nasceu em Mirassol, interior de São Paulo, e tem muito em comum com aquele que viria a ser um dos seus mentores políticos - o Miltão<sup>52</sup>. Ambos foram funcionários do Metrô de São Paulo, ele nascido em 1948, ela um ano depois, em 1949. Trabalharam juntos no Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) e fizeram parte da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978.

Para ela, esse foi o momento mais marcante de sua vida e definidor de sua trajetória, no qual se deu conta de como o racismo atravessou suas experiências, marcou sofrimentos e incompreensões:

Ali naquele momento eu me tornei negra. Eu sempre soube que eu era preta. Sempre tive uma família de pretos que gostavam de se encontrar, de falar alto, que gostavam de festa. Eu tinha uma madrinha que fazia muitos bailes. Então, isso eu sabia que eu era, mas não sabia que as experiências que eu havia passado, as buscas de trabalho, as negações de trabalho, que os olhares..., que aquilo era o racismo. Inclusive no metrô, eu era auxiliar de escritório, mas uma auxiliar de escritório que fazia um trabalho de coordenação, substituía minha coordenadora, despachava com o diretor e, no entanto, eu não saía daquele lugar [...] Esse é um momento chave da vida, momento em que eu ressignifico toda a minha história e, ao ressignificar a minha história, eu faço a minha entrada no ativismo.<sup>53</sup>

O encontro com o ativista Miltão possibilitou a Lucinha Silva compreender situações de violência racial que vivenciava em seu contexto social, ao nomear essas experiências como racismo, ela compreendeu as situações de discriminação que sofria por ser uma mulher negra. Assim, deu sentido a sua história pessoal e coletiva que culminou em sua entrada no ativismo social negro.

Em meados de 1976, depois de uma pausa de dois anos, o Centro de Cultura e Arte Negra retomou as atividades com a liderança de Odacir de Mattos.<sup>54</sup> Segundo a pesquisadora Joana Silva, quando foi fundado por Thereza Santos, o CECAN tinha como foco o resgate e a valorização da cultura negra, era referência de centro cultural e político para negros e negras do Brasil.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> Milton Barbosa foi um dos fundadores do MNU, tendo presidido o ato público de lançamento do movimento, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Foi diretor da Associação dos Funcionários do Metropolitano de São Paulo (AEMESP) entre 1978 e 1979. Cf. Verena Alberti & Amílcar Pereira (org.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

<sup>53</sup> Entrevista cedida em 20 de junho de 2020 para o projeto *Psicanalistas que falam* <<https://youtu.be/FXwoTBYE88c>>.

<sup>54</sup> Cf. Joana Maria Ferreira da Silva. *Centro de Cultura e Arte Negra*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

<sup>55</sup> A sede do CECAN ficava na rua Maria José, 450, Bela Vista. Cf. Joana Maria Ferreira da Silva. *Centro de Cultura e Arte Negra*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

Esse fato pode ser considerado um marco da história do CECAN, pois com a sede social a entidade transformou-se em ponto de referência e espaço congregador de uma heterogeneidade de negros – daqueles que já tinham um passado no movimento negro e em outras organizações políticas aos que iniciavam a militância naquele momento. Havia ainda aqueles que estavam desejosos de participar e queriam mais do que as escolas de samba e entidades negras recreativas ofereciam. Enfim todos os negros interessados e sensibilizados pela questão racial acorreram ao CECAN para usufruir das atividades ou participar dos trabalhos. Naquele momento, o CECAN era a única organização negra, com proposta diferenciada das outras, a ter uma sede social.<sup>56</sup>

Nesse segundo momento, de retomada do CECAN, com Lucinha Silva na gestão, a organização passou a ter foco em ações que contemplassem o tema da identidade negra. Do ponto de vista do ativismo, foram realizados trabalhos de grande relevância, como: a criação do Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU), que aconteceu pela primeira vez em 1978, em Araraquara-SP, com o lançamento da primeira edição dos *Cadernos Negros*<sup>57</sup> e a produção do periódico *Jornegro* (1977-1979), que em seu número inaugural traz no editorial os seguintes argumentos:<sup>58</sup>

O jornal surge da necessidade de informar sobre a realidade e discutir os problemas enfrentados pelos afro-brasileiros, visto que a representação do negro nos meios de comunicação africanos e estadunidense, comunicavam a necessidade de se estar atento a forma com que as pessoas negras estavam sendo retratadas nos veículos de comunicação ocidentais.<sup>59</sup>

O CECAN foi a entidade que lançou as bases do Movimento Negro Unificado (MNU). Lucinha conta que, “após uma cisão das propostas internas e diante da conjuntura política da época, é que se forma o MNU”, ela explica o contexto:

Havia duas tendências dentro do CECAN: uma que atuava pelo resgate dos valores culturais e da consciência étnica; outra, que considerava que o movimento negro tinha que trabalhar a questão da denúncia, tanto em nível de violência policial quanto em nível do racismo, além desses aspectos de identidade étnica. [...] Nesse grande embate, o CECAN ficou dividido, e o grupo que representava uma tendência dentro do CECAN lançou as bases do MNU. Desse modo, o CECAN iniciou um processo de declínio real a partir desse momento.<sup>60</sup>

---

<sup>56</sup> *Ibidem*. p.40-41.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> Produzido pela Federação das Entidades Afro-Brasileiras de Estado de São Paulo (FEABESP) que contava com a mesma a Direção, Administração e endereço do CECAN; As publicações digitais do *Jornegro* podem ser encontradas no acervo do Negritos em: <negritos.com.br> e no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro <http://www.cpvsp.org.br/>; Para saber mais sobre a importância do periódico *Jornegro*, consultar a dissertação de mestrado *Jornegro, um projeto de comunicação afro-brasileiro*, São Paulo, 1978, apresentada em 1986 no Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo, IMS/SBC por Ubirajara Damasceno Motta.

<sup>59</sup> *Jornegro*, 1978, p.2. Disponível em: <negritos.com.br> Acesso em: junho de 2022.

<sup>60</sup> Joana Maria Ferreira da Silva. *Centro de Cultura e Arte Negra*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p.50-51.

O CECAN pautava discussões que naquele período sofriam influências do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos da América-EUA, como também das lutas de libertação de Angola e Moçambique. Em 1981, o CECAN encerrou seus trabalhos, momento em que Lucinha Silva já havia tomado a decisão de tornar-se psicóloga. Sobre essa escolha, ela comenta na entrevista:

Eu retrato na introdução do livro da Neusa Santos, naquela introdução onde eu digo como é que eu me tornei negra, isso foi em 1974. Eu tinha 25 anos e eu entrei pra militância nesse momento junto com eles, porque estavam se reorganizando para reabrir o Centro de Cultura e Arte Negra, que tinha sido fundado pela Thereza Santos em 1970. Nesse processo é que eu me dou conta do que é o racismo e como o racismo me atravessa. A partir do impacto que aquela informação produziu em mim e a partir da avaliação do efeito das dores que isso produziu, é que eu fiz uma decisão de ir para psicologia. Então, eu fui para a psicologia muito tarde, a escolha foi fruto de uma experiência de descobrir o efeito do racismo na minha vida, descobrir o impacto, descobrir o sofrimento.<sup>61</sup>

A entrada de Maria Lúcia da Silva no CECAN a conduziu nesse tornar-se negra, ativista e psicóloga e, ainda, a ser conhecida com Lucinha Silva. Essa experiência nos ajuda a entender a importância do conjunto de ações realizadas por sujeitos negros em entidades políticas, culturais, sindicais, associativas, religiosas, dentre outras formas de organizações do movimento negro. Estas iluminaram o caminho de reconhecimento e pertença da identidade racial, e da construção de subjetividades atravessadas por histórias plurais, tendo como referência ações protagonizadas por sujeitos históricos negros.

Em sua trajetória, Jesus Moura também evidencia a importância dos encontros e do ativismo social negro em sua vida. Gostaria de recuperar a pausa que ela fez quando contava sobre o processo de tornar-se negra, ativista e psicóloga durante a entrevista, para recordar uma perspectiva de construção da sua subjetividade a partir da relação com seu cabelo:

Eu acho que tem um fato muito importante. Eu sempre soube que eu era uma menina negra, mas não era uma coisa assim muito discutida, muito falada. Então eu sempre era chamada de moreninha, e alisar cabelo era uma coisa que fazia parte do meu universo, da minha realidade. Eu era a única menina negra do colégio, eu estudava em colégios particulares considerados bons. Então passei por muitas coisas de racismo, que eu não entendia que era racismo, só depois que eu fiz a leitura, mas o alisamento era uma coisa muito forte.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa. Lucinha se refere ao prefácio que escreveu para a 2ª reimpressão do livro da Neusa Santos Souza. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar. 171p. 2021.

<sup>62</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

Maria de Jesus Moura nasceu em Recife, capital de Pernambuco, em 24 de dezembro de 1960. No período em que estava cursando psicologia, na década de 1980, foi alertada por sua cabelereira sobre as quedas dos seus cabelos, que tinha como causa os contínuos alisamentos. Jesus Moura pontua: “o horror de quem alisava o cabelo era ter o cabelo crespo aparecendo. E eu não ia ter alternativa, ou alisava ou ficava crespo”.<sup>63</sup> A cabelereira sugeriu que ela fizesse um corte estilo “joãozinho”. Ela topou. A mudança foi um marco em sua vida e proporcionou uma série de vivências no processo de tornar-se negra.

Eu acho que chegou um momento importante, porque daí pra frente muita coisa muda nessa coisa da identidade negra, eu nunca pensei no meu cabelo crespo. Passei minha vida toda ou prendendo, ou minha mãe [fazendo] coques para manter o fuá preso, ou alisando, que foi minha libertação na época que podia alisar. A sina era eu na cabeleireira, que esticava o cabelo loucamente. Aí a sobrinha dela passou bem bonitinha, uns cinco, seis anos correndo. Eu perguntei: - ó, meu cabelo vai ficar igual ao dela? Ela disse: -vai! Eu: -Poxa, eu sempre achei a sua sobrinha bonitinha, então vamos lá! Fechei os olhos, e ela cortou. As tesouradas doíam dentro do meu corpo, como se tivessem cortando coisas no meu corpo. Eu não tinha elaboração dessas coisas que eu tenho e que eu construí depois. Foi um momento muito difícil, mas eu me agarrei naquela imagem daquela menina e quando chega em casa, tinha uma mãe preta e uma mãe branca que iriam tecer comentários.<sup>64</sup>

Ao sair da cabeleireira, com seu novo visual, ela começa a sentir a tensão ao imaginar os comentários que teria de ouvir em casa e na faculdade. Nesse dia, não conseguiu ir a aula e no outro, como previu, escutou comentários negativos, mas seguiu, e uma mudança de percepção aconteceu: “É aí que eu passo a enxergar pessoas de cabelo crespo. Minha mãe alisava cabelo com pente de ferro, ela esquentava no fogo passava no pé do cabelo, pente quente, e eu, não enxergava essas pessoas (de cabelo crespo) na minha volta, elas não existiam até aquele momento”.<sup>65</sup>

Nessa caminhada, diante das novas percepções, quando seu cabelo começou a crescer, descobriu a possibilidade de fazer tranças afro e foi surpreendida por uma de suas mães:

Quando eu chego em casa toda animada querendo mostrar pra minha mãe: ah fez trança? minha mãe preta diz. Oxente, tu pagou pra fazer isso, eu sei fazer. Eu fiquei arrasada. Eu disse: - mãe, você nunca fez trança afro. E ela disse: - ah por que isso é coisa de nêgo, e aí eu não ia fazer, você vivendo num ambiente só de branco, eu não ia fazer trança de nêgo em você. E aí é quando ela passa a fazer trança de nêgo em mim e eu deixo de pagar.<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> *Ibidem.*

<sup>64</sup> *Ibidem.*

<sup>65</sup> *Ibidem.*

<sup>66</sup> *Ibidem.*

A referência ao alisamento do cabelo crespo por pessoas negras e a decisão feita pela mãe de Jesus Moura, em não fazer tranças na filha em razão de sua circulação em ambientes de maioria branca, faz pensar na pergunta de bell hooks em *Irmãs do Inhamo: Mulheres Negras e Autorrecuperação*: “como é que as meninas negras aprendem (mesmo antes de saber qualquer coisa sobre racismo) que nosso cabelo é um problema”?<sup>67</sup> E explica:

O pensamento negativo sobre o nosso cabelo costuma ser expressado em casa por nossa mãe, nosso pai, outras pessoas que cuidam de nós, por irmãos e irmãs. Um pensamento supremacista branco que pareceu dominar a psique negra no século XX foi a suposição de que o cabelo liso era melhor – que era um cabelo “bom”.<sup>68</sup>

A psicanalista Neusa Santos Souza, na obra *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, evidencia o “preço” que as pessoas negras pagam para ascender socialmente em uma sociedade branca, pontuando que, no confronto da autonegação da identidade negra e das exigências de identificar-se com um modelo branco, é que o negro vivencia a negação da sua própria cultura, cor e corpo físico.<sup>69</sup> Esse é um lugar experienciado no trânsito social e familiar de Jesus Moura, junto às expectativas geradas em torno dela.

Ao falar da mãe preta e da mãe branca, ela se refere respectivamente, à sua mãe biológica, uma mulher negra e à sua mãe adotiva, uma mulher branca. Sua mãe preta, quando estava no período de gestação, encontrou um casal que lhe ofereceu a possibilidade de trabalho doméstico e moradia. Ela aceitou, convencida de que o espaço serviria para criar sua filha. Afinal, a proposta vinha de um casal que não tinha filhos, interessados em ajudá-la na criação da menina. Assim, Jesus Moura foi registrada, adotada por pais brancos e criada por todos juntos na casa. Quando sua mãe biológica casou e foi morar com o marido, elas deixaram de conviver na mesma casa, já que Jesus Moura permaneceu morando com seus pais adotivos. Cresceu em um ambiente permeado por afeto e ambiguidades, sob os cuidados da sua mãe biológica negra, mas com uma condição financeira possibilitada pelos pais adotivos brancos.

Eu não consigo dar detalhes desse acerto, mas chegou um momento em que ela passou a não ficar mais no lugar de empregada doméstica. Era uma condição difícil. Ela não trabalhava. Tinha tudo e não tinha dinheiro. Isso aí é uma crítica que depois eu faço a

---

<sup>67</sup> bell hooks. *Irmãs do Inhamo: Mulheres Negras e Autorrecuperação*. Trad. floresta. Editora WMF Martins Fontes, 265 p. 1 ed. São Paulo, 2023, p.109.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

<sup>69</sup> Cf. Neusa Santos Souza. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar. 171p. 2021.

essa relação que se estabeleceu com minha mãe preta. Mas a ideia era criar a filha, então depois que nasci houve um acordo com minha mãe preta e meus pais brancos de eu ser registrada no nome deles. Daí a minha condição social ser diferenciada nesse sentido.<sup>70</sup>

No contexto de criação, surgiu uma demanda de seus pais brancos para que ela estudasse medicina. Ela não passou no vestibular e passou a sentir culpa, o que vai impactar, assim como a mudança do cabelo, novos caminhos para sua vida. No ano de 1980 ela entrou para o curso de psicologia. Sobre essa escolha, ela explica: “Para compensar, o não passar, o não estar fazendo faculdade, logo em seguida a faculdade particular aqui perto de casa abre psicologia, na época medicina para psicologia, não tinha muita diferença. Então não foi uma escolha pelo desejo, foi pra compensar mesmo”.<sup>71</sup>

Nessa instituição de ensino superior, Jesus Moura continuou a socializar com uma maioria de colegas brancos. Durante o curso, ela foi para um evento de psicologia no estado do Ceará, e reparou em um homem falando super bem. Era um homem preto, barbudo, trajado de roupa africana, bata... Ela descreveu: “E eu olhando pra ele e me apaixono. Ele é quem me leva para o movimento negro, depois que eu o conheço, é ele quem me leva”.<sup>72</sup>

Foi assim que Jesus Moura conheceu o ativista Lepê Correia - psicólogo, comunicador, professor, pesquisador da cultura afro, multiartista e radialista. Ele é uma referência de militância junto ao Movimento Negro de Recife, teve participação ativa na edição do jornal *Djumbay*, periódico da imprensa negra, fundado em 1993, cujo objetivo era dialogar com a comunidade negra pernambucana.<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

<sup>71</sup> *Ibidem*.

<sup>72</sup> *Ibidem*.

<sup>73</sup> Severino Lepê Correia é mestre em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB e especialista em História pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Ver mais em: <http://www.lettas.ufmg.br/literafro/autores/631-lepe-correia>.



**Figura 4** – Jesus Moura e Lepê Corrêa.  
Acervo pessoal de Jesus Moura

No dia em que conheceu Lepê Correia, que mais tarde veio a ser seu marido, estava com suas “tranças de nêgo”, o que foi muito simbólico. Contente, lembra desse fato e das fotos que tem dessa época: “Eu acho que aí minha aproximação foi no cabelo, questão das tranças. Eu vou pra esse encontro, conheço o Lepê, ativista, fundador do Movimento Negro Unificado de Pernambuco-MNU”.<sup>74</sup>

O destaque sobre o cabelo, presente na narrativa de Jesus Moura, me remeteu à filósofa e ativista Angela Davis, que em 1960 se filiou ao Partido Comunista dos Estados Unidos e ao movimento Panteras Negras. Lá, ela passou a ser vista como inspiração também a partir do seu cabelo *black power*.<sup>75</sup> O movimento *black power* nasceu da ênfase do movimento negro dos

---

<sup>74</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

<sup>75</sup> O movimento *black power*, virou um slogan político, criado pela juventude negra organizada, estadunidense, tendo como uns dos objetivos valorizar a negritude e o orgulho racial. O cabelo e o punho cerrado é o símbolo das lutas políticas do movimento.

EUA em valorizar a cultura negra, essa referência veio a influenciar não só politicamente como esteticamente muitas ativistas negras no Brasil, a exemplo da psicóloga negra Edna Roland.<sup>76</sup>

E, nesse processo de atravessar os Estados Unidos, comecei a transformar a minha própria imagem, comecei a deixar o cabelo *black power*, num momento em que a imagem de Angela Davis era muito forte na televisão, essa coisa toda. E quando chego no Brasil, eu já chego com o cabelo *black power*.<sup>77</sup>

Lembrei-me então de quando fiz *dreadlocks* no ano de 2006, ao entrar no curso de psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Após fazer a matrícula e saber que estava tudo certo, fui sozinha ao salão da Negra Jhô, no Pelourinho,<sup>78</sup> e fiz meus dreads. Já são 18 anos de resistência e cultivo. Escutei muitos discursos racistas com relação aos meus cabelos, mas principalmente sobre quem eu viria a ser a partir deles: nada de positivo. A despeito disso, vejo que quando saí do salão, me senti feliz, bonita, com sentimento de liberdade. Hoje, vejo que foi um ritual/presente assertivo, que me conduziu em direção ao fortalecimento da minha negritude e a um processo de autocuidado, como sinaliza bell hooks:

Para que possamos apreciar o cabelo negro, esses pensamentos negativos têm de ser desaprendidos. E, em parte, nós podemos começar a desaprendê-los falando de forma diferente entre nós. Quando nos permitimos experimentar os prazeres sensuais das variadas texturas do cabelo negro (especialmente em seu estado natural), nós desaprendemos algo da socialização negativa com que somos bombardeadas em relação ao nosso cabelo.<sup>79</sup>

---

<sup>76</sup> Edna Maria Santos Roland (Codó, Maranhão, 1951) é psicóloga, gestora pública e uma das fundadoras do Geledés – Instituto da Mulher Negra e da Organização Fala Preta. Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), atuou em organizações clandestinas de esquerda e participa de ações políticas na periferia de São Paulo. Em atividades internacionais, contribuiu como integrante do Grupo de Especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) para o programa de ação da Conferência de Durban (2001), do qual atuou como relatora. Disponível em: < <https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/edna-roland> > Acesso em: setembro de 2023.

<sup>77</sup> Verena Alberti e Amílcar A. Pereira. *História do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Editora Pallas e FGV. Rio de Janeiro. 2007. (p. 94). Pallas Editora. Edição do Kindle.

<sup>78</sup> Negra Jhô (Valdemira Telma de Jesus Sacramento), baiana de São Francisco do Conde, especificamente do Quilombo da Muribeca. Turbancista, trancista, dançarina, atriz e líder religiosa, Jhô é uma referência para mulheres negras em Salvador. Criadora do Instituto Kimundo, organização que trabalha na preservação e valorização da identidade e autoestima de crianças e adolescentes negras de Salvador. Por suas atuações em defesa da cultura afro-brasileira e as tradições ancestrais de matriz africana, a filha de Ogum com Iansã recebeu neste ano o título honoris causa da Ordem dos Capelães do Brasil por propagar a identidade negra da Bahia para o País e o mundo através de suas intervenções. Cf. Cassi Ladi Reis Coutinho. *A estética negra em Salvador (1996 – 2005)*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: < [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simp-sios/pdf/2019-01/1548772004\\_f754dcb9d6f65c22eba5ae859dbc8451.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simp-sios/pdf/2019-01/1548772004_f754dcb9d6f65c22eba5ae859dbc8451.pdf) > Acesso em: março de 2023.

<sup>79</sup> bell hooks. *Irmãs do Inhamé: Mulheres Negras e Autorrecuperação*. Trad. floresta. Editora WMF Martins Fontes, 1 ed. São Paulo, 2023, p.110.

Penso que ter vivido na cidade de Salvador, Bahia, possibilitou-me chegar naquele salão, já que não foi uma decisão consciente dos aspectos simbólicos que eu a partir dali sustentaria.

Voltando para Jesus Moura, foi o ativista Lepê Correia quem contribuiu para sua inserção no ativismo social negro e para apresentá-la aos debates sobre relações raciais na psicologia. Com ele, Jesus conheceu os estudos de Neusa Santos Souza, Franz Fanon, Jurandir Freire Costa, entre outras referências que debatiam a temática racial no campo *psi*.<sup>80</sup> Em suas palavras:

Foi a partir dele, que eu não só conheci muita coisa sobre a negritude, mas encontrei um psicólogo que falava sobre isso dentro da Psicologia. Ele criou um trabalho que a gente fez muito tempo juntos, chamado Corpo negro, Corpo Africano. Ele fazia um trabalho corporal, para as pessoas se olharem e olharem o seu corpo negro, as marcas, as couraças. Muitas vezes, a gente fazia esse trabalho juntos, depois que a gente começou a namorar e tal, formados, fizemos muitos trabalhos juntos.<sup>81</sup>

No movimento negro, Jesus Moura frequentou reuniões e conheceu intelectuais e ativistas. Recordou da relação que teve com a ativista negra, escritora e contadora de história, Inaldete Pinheiro, uma das fundadoras do MNU de Pernambuco.<sup>82</sup> Foi a escritora quem lhe apresentou o trabalho do poeta, precursor da Frente Negra Pernambucana e do Centro de Cultura Afro-brasileiro, Solano Trindade.<sup>83</sup> Com Inaldete Pinheiro, ela participou ainda mais das discussões, aprofundou os estudos sobre o pensamento de Solano Trindade e foi escolhida para representar o Centro de Cultura Afro-brasileiro na Articulação Negra de Pernambuco (ANEPE). Assim, o consultório que tinha com Lepê Correia passou a abrigar as primeiras reuniões dessa articulação, no bairro da Boa Vista. Sobre esse momento, ela comenta:

A gente discutia alguns temas sempre trazendo as questões levantadas por Solano Trindade para a pauta, mas era um primeiro ensaio de um grupo de pessoas fora do MNU a se organizar politicamente. Como representante do Centro Cultural eu fiz parte da primeira Articulação Negra de Pernambuco, inclusive as reuniões da Comissão

---

<sup>80</sup> A psiquiatra e psicanalista negra, Neusa Santos Souza, foi citada alguma vez neste trabalho; Franz Fanon é um psiquiatra negro, martinicano, uma das principais referências nos estudos sobre colonialismo e relações raciais, é autor dos livros *Pele negra, máscaras brancas* e *Os condenados da terra*. Jurandir Freire Costa, é um psiquiatra e psicanalista branco, uma das suas obras de referência é o livro *Violência e Psicanálise*, publicado em 1986.

<sup>81</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

<sup>82</sup> Ver mais em: <https://blogueirasnegras.org/literatura-negra-inaldete-pinheiro/>.

<sup>83</sup> Francisco Solano Trindade (1908-1974) homem negro, poeta, ator, militante do Movimento Negro e do Partido Comunista. O Centro de Cultura Afro-brasileiro foi fundado no Recife, em 24 de março de 1936. Cf. Maria do Carmo Gregório. *Solano Trindade: Raça e Classe, Poesia e Teatro na Trajetória de um Afro-brasileiro (1930-1960)*/ Rio de Janeiro: UFRJ/IFCSPGHIS, 2005. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action&co\\_obra=107478](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=107478). Acesso em: maio de 2022.

aconteceram em vários lugares, mas um deles era no meu consultório aqui próximo. Inclusive eu tenho alguns registros documentais da reunião da articulação. A articulação também não se efetivou, existia na época muita dificuldade de diálogo, tinham muitas pessoas boas e sabidas, e aí essas pessoas queriam sempre tá a frente e esses brilhos não permitiram que a articulação se estabelecesse na realidade. Então a articulação foi essa representação junto com Inaldete Pinheiro.<sup>84</sup>

O desgaste apontado por Jesus Moura, relacionado à conjuntura que impossibilitou a continuidade das atividades da ANEPE, faz parte dos tensionamentos, contradições e discordâncias do campo político e coletivo dos movimentos sociais, o que reafirma a pluralidade de posicionamentos das pessoas negras e das entidades representativas. Assim como ela pontua as divergências na ANEPE, Lucinha Silva aponta a cisão no CECAN, que veio ser a base de fundação do Movimento Negro Unificado em São Paulo, a maior organização negra do Brasil, com ramificações em diversos estados do país.

## 1.2 O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS POR LUCINHA SILVA

Em 1986, já formada em psicologia, Lucinha Silva retomou suas atividades junto às organizações, agora no movimento de mulheres negras. Naquele momento, o grupo se preparava para denunciar ao governo do Estado de São Paulo a inexistência de representações negras no Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF/1983-1988), instituído para garantir a criação de projetos de lei e assim assegurar ações relacionadas aos direitos das mulheres.

A criação do CECF foi uma demanda dos movimentos feministas, dirigida ao governo de André Franco Montoro (1916-1999), que se tornou governador de São Paulo nas primeiras eleições diretas para o cargo após a ditadura. Segundo Lucinha Silva, o compromisso era que, diante da sua vitória, ele criaria esse conselho para a articulação de políticas de gênero.<sup>85</sup>

No artigo “O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988)”, das historiadoras Tauana Olivia Gomes Silva e Cristina

---

<sup>84</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

<sup>85</sup> Nesse mesmo contexto, ativistas negras(os) pressionaram o governo de Montoro, para a criação de um órgão especializados para promover ações de combate ao racismo. Assim foi criado, em 1984 o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN), tendo como primeiro presidente Helio Santos. Cf. Tauana Olivia Gomes Silva e Cristina Scheibe Wolff. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZS44nSyKRvPYX3rP6MJKJKM/?lang=pt#>. Acesso em: abril de 2023.

Scheibe Wolff, podemos ver que não foi um trabalho fácil, pois havia uma recusa do então governador à presença de representações negras no espaço político:

Aliás, no que diz respeito a Montoro e suas práticas políticas, vale ressaltar que apesar de ele ter se manifestado solidário, em certas circunstâncias, às reivindicações formuladas pelas mulheres negras, como no momento da integração delas ao CECF, em outras situações ele foi acusado de assumir posições discriminatórias diante das veementes exigências dos(as) militantes e políticos negros. Elisabete Pinto, autora de uma dissertação sobre a trajetória de Laudelina de Campos Mello - responsável pela criação da primeira Associação de Empregadas Domésticas no Brasil, em 1936 -, enfatiza o receio dos partidos políticos em aceitar negros na cúpula das organizações. Nessa perspectiva, a educadora aponta precisamente a oposição de Montoro à candidatura de Adalberto Camargo. Elisabete Pinto apresenta os argumentos de Montoro que, segundo ela, considerava pouco pertinente apoiar um postulante negro para o cargo de direção do partido, mesmo estando consciente de que Adalberto tinha uma grande experiência política desde o início da ditadura militar (Pinto, 1993). Para Laudelina de Campos Mello, depoente na dissertação de Elisabete Pinto, os grupos políticos, independentemente da ideologia conservadora ou progressista, reproduzem de forma incessante mecanismos discriminatórios em relação aos negros e às mulheres. Nesse sentido, é viável pressupor que Montoro e seu partido não contemplassem integralmente as demandas da população negra. Até mesmo porque o conselho, cujo papel era agir em favor dos direitos das mulheres, não levou em conta, pelo menos nos primeiros anos de sua existência, as especificidades e reivindicações das mulheres negras.<sup>86</sup>

Além da resistência à presença negra na política, o movimento de mulheres, não considerou as diferenças de tratamento dado as mulheres indígenas e negras nos debates sobre as políticas de gênero, devido a sua visão eurocêntrica e universalizante sobre a mulher. Como afirma a intelectual Lélia Gonzales: “o que geralmente se observa na leitura dos textos e na prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial”.<sup>87</sup> Diante desse “esquecimento”, emergiu o movimento de mulheres negras com os contornos que conhecemos hoje.

No artigo “Mulheres em movimento”, a filósofa e ativista Sueli Carneiro explica a importância do protagonismo da mulher negra no movimento feminista:

*Enegrecendo o feminismo* é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar,

---

<sup>86</sup> Tauana Olivia Gomes Silva e Cristina Scheibe Wolff. *O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988)*, *Cadernos Pagu*, 2019, p. 4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZS44nSyKRvPYX3rP6MJKJKM/?lang=pt#> Acesso em: abril de 2023. As historiadoras citam a dissertação *Etnicidade, gênero e educação : a trajetória de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*”, de autoria da professora doutora em Psicologia Social, Elisabete Aparecida Pinto, da Universidade Federal da Bahia.

<sup>87</sup> Tamires Guimarães do Nascimento. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: *Diáspora Africana*, 2018, 472/ p. 309. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/52208/34406>. Acesso em: março de 2023.

com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil.<sup>88</sup>

Nesse sentido, a filósofa e professora estadunidense Angela Davis, em “Mulheres, raça e classe”, avalia que é preciso visibilizar e tirar do silenciamento as experiências de mulheres negras escravizadas enquanto trabalhadoras, para a compreender as lutas por emancipação de todas as mulheres.<sup>89</sup> bell hooks, por sua vez, enfatiza, a partir do contexto estadunidense, a necessidade de que o movimento feminista colabore na transformação da sociedade, de modo a agregar todas as mulheres. As brancas, portanto, precisariam partir da compreensão da política racial na história dos Estados Unidos. Sem essa compreensão, não seria viável que brancas e negras seguissem juntas nessa luta. Até porque, sem a consciência do debate racial e sem a renúncia ao suporte da supremacia branca, elas seguiriam reproduzindo opressões racistas.<sup>90</sup>

Tendo em vista as condições desfavoráveis que afetam as mulheres negras no movimento feminista e no movimento de mulheres, inclusive a resistência à presença negra no ambiente político, os grupos e organizações de mulheres negras passam a se destacar num contexto de adensamento das estratégias de luta. Tauana Olivia Gomes Silva e Cristina Scheibe Wolff destacam alguns dos exemplos:

Nos anos 1980, houve uma importante participação das conselheiras negras dos diversos conselhos da mulher e conselhos do negro que se generalizaram nos estados brasileiros. Assim, além do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, da Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, também foram fundados o Geledés, o Fala Preta, o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, a Casa Dandara de Belo Horizonte, o Grupo Mãe Andresa do Centro de Cultura Negra do Maranhão, o Grupo de Mulheres Negras do CEDENPA - Centro de Defesa do Negro do Pará, os grupos de mulheres do Movimento Negro Unificado, as mulheres das comissões dos negros do PT, mulheres negras dos movimentos de favelas do Rio de Janeiro entre outros. Essas entidades, comissões ou grupos, autônomos ou institucionais, são frutos de atividades políticas na confluência do movimento negro e do movimento feminista. Esses grupos nasceram

---

<sup>88</sup> Sueli Carneiro. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, 117-132pp., dez. 1995/2003, p. 118 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 20 de fev. 2022

<sup>89</sup> Cf. Angela Davis. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. In: *Mulheres, raça e classe*. S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

<sup>90</sup> Cf. bell hooks. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*; tradução Bhuvli Libanio – 1º ed- Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

também de divergências internas e de disputas de espaço político, mas o importante aqui é que consolidaram a interseccionalidade como questão fundamental, tanto para um movimento como para o outro, e criaram um sujeito político: as mulheres negras.<sup>91</sup>

No artigo “Luiza Bairros: uma “bem lembrada” entre nós, 1953-2016”, Ana Flávia Magalhães Pinto e Felipe da Silva Freitas apresentam uma análise das contribuições da intelectual ativista Luiza Bairros sobre o papel da mulher negra frente à possibilidade de um projeto político do negro para a sociedade brasileira, enfrentando a resistência dos espaços de poder dominados por brancas(os). Em trecho de entrevista de Luiza Bairros ao *Jornal do MNU*, reproduzido no texto, ela pontua:

Desde início dos anos 80, comecei dentro do MNU, em diversos estados, a formação de grupos de mulheres. Inicialmente no Rio de Janeiro, onde a Lélia Gonzalez cumpriu um papel muito importante em termos de ter materializado essa discussão no MNU. Ela produziu textos superinteressantes para que nós pudéssemos começar a pensar e formar grupos de mulheres. Assim percebemos que a nossa luta enquanto mulher negra não era algo que estava simplesmente se pondo em função do fato de que o movimento feminista colocava que isso era importante. Não. Aí é que reside a importância da luta antirracista, a capacidade que ela tem de desvendar outros aspectos que não estão aparentemente vinculados ao racismo e a questão da mulher negra provou muito pra gente isso. Porque se estamos numa luta que, em última instância, é contra a exploração e a opressão, todos os mecanismos utilizados para consubstanciar essa exploração acabam aparecendo, emergindo com uma forma muito grande quando tu entras pela questão da raça.<sup>92</sup>

Em sintonia com essas problematizações e diante da tarefa de garantir representações negra no Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), Lucinha Silva se juntou ao grupo de mulheres negras que se articularam politicamente e conseguiram garantir a entrada de duas conselheiras no CECF: Thereza Santos e Vera Lúcia Freitas Saraiva. Nos contínuos enfrentamentos que se seguiram, foi criada a Comissão para Assuntos da Mulher Negra no CECF, liderada pela intelectual ativista Sueli Carneiro.<sup>93</sup> Ela ficou no cargo até assumir a

---

<sup>91</sup> Tauana Olivia Gomes Silva e Cristina Scheibe Wolff. *O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988)*, *Cadernos Pagu*, 2019, pp. 28-29. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZS44nSyKRvPYX3rP6MJKJKM/?lang=pt#> Acesso em: abril de 2023.

<sup>92</sup> Ana Flávia Magalhães Pinto e Felipe da Silva Freitas. Luiza bairros, uma “bem lembrada” entre nós 1953-2016. In: *Afro-Ásia*, núm. 55, 2017, (216-256)/ p.242. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24316>. Acesso em: abril de 2023.

<sup>93</sup> Sueli Carneiro nasceu na cidade de São Paulo em 24 de junho de 1950. Formada no curso de filosofia da Universidade de São Paulo (USP) em 1980, foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, em 1984, e conselheira e secretária geral do Conselho Estadual da Condição Feminina do estado. Coordenou o Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de março de 1988 a julho de 1989, e é uma das sócias fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negra, localizado em São Paulo, onde ocupa os cargos de coordenadora executiva e coordenadora do Programa de Direitos Humanos/SOS Racismo desde 1988. É doutora em filosofia da educação pela USP.

coordenação do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. Lucinha Silva sintetiza esse momento:

... as militantes negras foram frequentemente excluídas e silenciadas no interior dos círculos de mulheres que estruturaram a primeira etapa do CECF e, quando Thereza Santos e Vera Lúcia Freitas Saraiva, duas conselheiras negras, ingressaram no conselho - um órgão composto por 32 feministas, ambas foram regularmente ignoradas, questionadas e desvalorizadas. Eclodiram inúmeras divergências políticas entre as conselheiras negras, as conselheiras precursoras do projeto e os agentes do governo. Conflitos que se iniciaram ainda nos prelúdios da proposição de consolidação do CECF, e intensificaram-se vigorosamente durante toda a década de 1980, principalmente nos momentos designados a discutir e deliberar sobre os temas passíveis de ter uma consequência direta no cotidiano das mulheres negras. Segundo Vera Lúcia Benedito, as posições políticas de Thereza Santos, Edna Roland, Sueli Carneiro e suas reivindicações voltadas particularmente para a população negra incomodavam a grande maioria das feministas, que as viam como um entrave e uma inconveniência no movimento de mulheres.<sup>94</sup>

Ainda sobre o Conselho Estadual da Condição Feminina, em *História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral*, Edna Roland conta sobre os desafios que enfrentou na condição de integrante:

Quando foi em 1988, o ano do centenário da Abolição, Jacqueline Pitanguy, que era então presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, resolveu criar um Programa da Mulher Negra no Brasil e convidou Sueli Carneiro para coordená-lo. Sueli aceitou o convite da Jacqueline e me chamou para assumir a coordenação da Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual. Nesse momento ocorreu a mudança de governo: saiu Montoro, entrou o Quéricia, e a nova presidenta do Conselho Estadual era, então, a vereadora Ida Maria. Assumi a coordenação da Comissão de Mulheres Negras juntamente com a companheira Maria Lúcia da Silva, que hoje faz parte de um grupo de terapeutas, psicólogos, chamado AMMA.<sup>95</sup>

Com novos enfrentamentos, alguns avanços se deram: Edna Roland e Lucinha Silva assumiram a coordenação da Comissão de Assuntos para a Mulher Negra após a saída de Sueli Carneiro para a coordenação de âmbito nacional de políticas para a mulher negra. A Amilcar Pereira e Verena Alberti, Sueli Carneiro fala da importância do trabalho desenvolvido antes da sua saída:

---

<sup>94</sup> Entrevista cedida em 07 agosto de 2015. Tauana Olivia Gomes Silva e Cristina Scheibe Wolff. *O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988)*, *Cadernos Pagu*, 2019, p 6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZS44nSyKRvPYX3rP6MJJKJM/?lang=pt#> .Acesso em: abril de 2023.

<sup>95</sup> Verena Alberti e Amilcar A. Pereira. *História do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Editora Pallas e FGV. Rio de Janeiro. 2007. (pp.348). Pallas Editora. Edição do Kindle.

O trabalho nessa comissão tinha sido um momento de muita riqueza em termos de produção de textos, de seminários e debates em torno da mulher negra. Fizemos o primeiro calendário sobre a mulher negra no Brasil, que é de 1985, eu acho, e do qual tenho um orgulho enorme. Conseguimos trazer 12 biografias de mulheres, uma para cada mês: Auta de Souza, nossas lideranças religiosas — mãe Senhora, mãe Menininha do Gantois, mãe Aninha... De todas as mulheres negras esquecidas. Também produzimos um dossiê sobre as diferentes formas de manifestação do racismo e da discriminação racial contra as mulheres negras, que trouxe uma massa de informações que, na época, teve muito impacto. Isso tudo foi feito no Conselho Estadual. Foi quando a gente começou a introduzir o recorte racial nos diferentes temas que têm a ver com a mulher. Na educação, introduzimos a questão não apenas de uma educação antirracista, mas antissexista. No tema da violência, trouxemos, além das formas consagradas de violência contra a mulher — violência doméstica, sexual —, a violência simbólica, a violência psíquica, que a desvalorização social e estética das mulheres negras produz — as sequelas emocionais que isso traz para a auto-estima. No tema da saúde começamos a introduzir a questão das doenças de prevalência na população negra, o reconhecimento das especificidades que as mulheres negras apresentam em termos de saúde, os índices superiores de mortalidade materna, os fatores de risco que têm a ver com a disposição genética, a questão da alimentação. Ou seja, a gente começou a abrir a agenda feminista para a introdução dessa nova dimensão.<sup>96</sup>

Assim, a década de 1980 foi um marco no sentido dos avanços considerando o quesito racial no movimento social de mulheres e na garantia de representações políticas das mulheres negras em espaços de poder. Na Comissão da Mulher Negra no ano de 1985, Sueli Carneiro e Thereza Santos e Albertina Gordo de Oliveira Costa publicaram os trabalhos *A mulher negra brasileira na década da mulher* e *Mulher Negra: Política governamental da mulher*, ambos editados pelo CECF.<sup>97</sup>

Durante a presidência de Zuleika Alambert foi publicado, em 1986, o documento *Mulher Negra: Dossiê sobre a discriminação racial*, sob a coordenação de Marly de Souza Corrêa, tendo entre as autoras Deise Benedito, Elza Maria da Silva, Ilma Fátima de Jesus, Maria Lúcia da Silva, Solimar Carneiro, Sonia Maria P. Nascimento, Sueli Carneiro e Vera Lúcia Benedito.<sup>98</sup> Além dessas, outras duas ações relevantes ocorreram durante o centenário da abolição da escravidão em 1988: a realização do Tribunal Winnie Mandela e o I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Ambos contaram com a contribuição de Lucinha Silva. Em entrevista, Edna Roland conta sobre o projeto do Tribunal Winnie Mandela:

A Sueli tinha deixado, em São Paulo, muitas propostas em vários campos: saúde, educação, creche, violência, várias coisas. Eu olhei aquilo tudo e achei que era preciso ter uma proposta mais articulada, uma coisa que organizasse vários assuntos, que

---

<sup>96</sup> *Ibidem*, pp. 346-347.

<sup>97</sup> Cf. Sueli Carneiro, Albertina Gordo de Oliveira Costa e Thereza Santos. *Mulher negra: política governamental e a mulher / Década da Mulher*. São Paulo; Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina; Livrotab 1985. 141p.

<sup>98</sup> *Ibidem*.

pretendíamos debater no ano do centenário da Abolição. Então apresentei a proposta de se realizar o Tribunal Winnie Mandela. Era o momento em que Mandela ainda estava preso lá na África do Sul. Periodicamente havia articulações ou manifestações contra o apartheid, em defesa da libertação de Mandela, mas como nós estávamos em um espaço que era um espaço feminino, tínhamos que pegar a face feminina dos Mandela. O Tribunal Winnie Mandela seria um tribunal que teria como objetivo avaliar a Lei Áurea cem anos depois: as consequências da Lei Áurea para as mulheres negras especialmente para a população negra como um todo.<sup>99</sup>

O Tribunal Winnie Mandela teve como proposta a realização de um julgamento simbólico da Lei Áurea, que aconteceria entre os dias 13 de maio – dia da abolição —, e o dia 20 de novembro — dia da consciência negra. A ideia era simular um júri, composto por convidadas, como a ativista sul-africana Winnie Mandela, a ser realizado em parceria com a Comissão da Mulher Advogada/OAB Mulher. Mas foram diversas as resistências e manobras políticas para que o Tribunal não acontecesse. O então Ministro da Justiça, Paulo Brossard, tentou retirar Jacqueline Pitanguy do cargo a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por não concordar com um evento em que se colocaria sob enfoque uma lei editada pelo Estado brasileiro com a finalidade de articular denúncias. Com efeito, boicotaram a permissão de visto para a vinda de Winnie Mandela ao país. O próprio movimento feminista na figura da então presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, Ida Maria, retirou seu apoio ao projeto e desarticulou a estrutura do CECF utilizado para organizar o evento. “O problema da Ida Maria era que nós mulheres negras, nós duas, lá dentro do Conselho, causávamos muito incômodo”, conta Edna Roland.<sup>100</sup>

Com o apoio da OAB e da CNDM, representada por Jacqueline Pitanguy, as ativistas-psicólogas Lucinha Silva e Edna Roland seguiram na construção do projeto em um ambiente desfavorável, no qual foi preciso fazer concessões para que o Ministério da Justiça aceitasse a realização do Tribunal. Realizaram algumas mudanças nas audiências públicas e nos depoimentos orais. As historiadoras Tauana Olivia Gomes Silva e Cristina Scheibe Wolff detalham esse momento:

Após os conflitos relatados anteriormente, bem como redes de solidariedade, o projeto do Tribunal Winnie Mandela com seu júri fictício se tornou realidade, e contou com a participação de Lélia Gonzalez, Benedita da Silva entre outros nomes importantes dos movimentos negros, movimentos feministas e movimentos de mulheres negras. Durante o evento houve conferências, debates, apresentações de estudos demográficos, trabalhos, imagens, etc. Os principais temas discutidos foram: educação, trabalho, saúde e violência. Houve também a publicação de um livro intitulado Tribunal Winnie Mandela: o que representou a Lei Áurea para os descendentes dos africanos no Brasil?

---

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 349.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 351.

editado pelo CECF, em 1988. Por fim, após vários testemunhos, uma juíza concursada condenou a ineficiência da Lei Áurea e a incapacidade do Estado Brasileiro em atribuir direitos efetivos para a população negra. O Tribunal se encerrou com uma peça de teatro interpretada por Ruth de Souza, na qual a protagonista, mulher negra de 117 anos, e sua filha narravam suas histórias de vida.<sup>101</sup>

O depoimento de Edna Roland reforça a sensação de realização com o sucesso do evento:

E em novembro, no final, em uma data próxima ao 20 de novembro, fizemos uma grande encenação, um grande júri, lá no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Conseguimos colocar cerca de 1.200 pessoas lá. E quando digo “nós”, éramos eu e Maria Lúcia da Silva.<sup>102</sup>

Ainda em 1988, centenário da Abolição, aconteceu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em dezembro, na cidade de Valença, no Rio de Janeiro. As duas ativistas-psicólogas em meio à construção do Tribunal Winnie Mandela, enfrentaram as resistências para que o encontro ocorresse. Lucinha Silva conta suas impressões dessa experiência:

A forma como eu escutava, a forma como eu devolvia, o meu ativismo político de alguma forma mais efetiva, foi acontecer na Comissão de Mulheres Negras. A gente viajou pro interior, discuti sobre o perfil das mulheres negras e sobre o racismo. Foi a partir da iminência de um movimento de mulheres negras na contemporaneidade, que eu também faço parte dessa construção, que emerge o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988. A primeira reunião que deu origem ao Encontro foi realizada pela Comissão de Mulheres Negras, em particular, por mim e pela Edna Roland, nós duas inclusive que coordenamos. Esse foi um encontro de três dias, com representantes de vários Estados. Então a política também te dá um estofado, pelo menos a forma como eu vivi a política, me colocando na cena como protagonista.<sup>103</sup>

Durante essa caminhada política, entre enfrentamentos, articulações, conquistas e principalmente consciência da importância de suas ações enquanto protagonistas, estas mulheres começaram a pensar e trabalhar na construção de uma organização. Passaram a refletir o que seria, o nome, o formato, o estatuto e, ainda no ano de 1988, fundaram juntas a ONG

---

<sup>101</sup> Tauana Olivia Gomes Silva e Cristina Scheibe Wolff. *O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988)*, *Cadernos Pagu*, 2019, p. 28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZS44nSyKRvPYX3rP6MJKJKM/?lang=pt#>. Acesso em: abril de 2023. A juíza na qual Lucinha Silva se refere se chama Maria Cristina Olimpio.

<sup>102</sup> Verena Alberti e Amílcar A. Pereira. *História do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Editora Pallas e FGV. Rio de Janeiro. 2007. p. 350 Pallas Editora. Edição do Kindle.

<sup>103</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

Geledés - Instituto da Mulher Negra.<sup>104</sup> A filósofa Sueli Carneiro, diretora do Geledés, falou sobre a constituição dessa organização formada por mulheres negras.

Eu acho que éramos seis mulheres na origem: eu, minha irmã Solimar, Sônia, Edna Roland, Maria Lúcia da Silva e Ana Maria Silva. A Maria Lúcia era uma liderança do Centro de Cultura e Arte Negra, o CECAN. O Geledés é formado por mulheres que vinham de diferentes formas de militância: gente que vinha de movimento estudantil, das lutas contra a ditadura, de movimento negro, do feminismo. Mas o que nos juntou? Nós surgimos de uma constatação: que, a despeito de existir um movimento de mulheres ou movimento feminista importante no Brasil e, de outro lado, um movimento negro também importante, e de nós estarmos presentes tanto em um quanto no outro, essa presença não tinha reconhecimento suficiente para que a nossa problemática específica fosse devidamente contemplada nas agendas desses dois movimentos sociais. As mulheres negras eram sempre um subitem de questões consideradas mais amplas, como a mulher em geral ou a temática racial como um todo. E qual era a consequência disso? De um lado, essa subalternização faz com que as conquistas que são coletivamente alcançadas pelas mulheres acabem por beneficiar prioritariamente as mulheres brancas, por força de como o racismo continua operando sobre as mulheres negras. E o contrário também se dá: a ausência de um trabalho articulado de questões de gênero e raça faz com que o processo coletivo de conquistas que possam ocorrer no movimento negro beneficie prioritariamente os homens negros, por força de o gênero continuar a ser uma variável a achatar, a limitar as possibilidades sociais das mulheres negras. A impossibilidade de sensibilizar esses dois movimentos da maneira como nós considerávamos conveniente fez com que tivéssemos certeza de que precisávamos construir instrumentos próprios de afirmação política que nos tornassem protagonistas efetivos e que nos colocassem em paridade, na negociação das agendas de gênero e de raça, com esses movimentos sociais e com os demais. Falo especialmente desses dois pelo que eles têm a ver mais diretamente com a nossa temática, mas é uma problemática que também, hoje, enquanto movimento de mulheres negras, a gente disputa em todos os espaços da sociedade civil. Então era essa a ideia: construir organizações de mulheres negras que pudessem representar as necessidades, os interesses e os desejos de metade da população feminina, que é não branca e que carrega, de maneira estrutural, formas adicionais de discriminação e desigualdade.<sup>105</sup>

O Geledés - nome de origem iorubá, relacionado às organizações religiosas femininas que existem nas sociedades tradicionais da atual região da Nigéria<sup>106</sup> - se constitui como uma organização da sociedade civil, liderada por mulheres negras com o objetivo de dar-lhes visibilidade, entendendo-as com um grupo que está em desvantagem no acesso às oportunidades em função do racismo e do sexismo presentes na sociedade brasileira.<sup>107</sup>

---

<sup>104</sup> Sobre a história da Geledés, conferir o trabalho de Daniela Santana Feijó. *Empoderamento e ONG: Limites e Possibilidades*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, 2006. Em 2021 a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) recebeu o acervo do Géledes composto por um conjunto de documentos que registra seus 33 anos de trajetória.

<sup>105</sup> Entrevista cedida para Verena Alberti e Amílcar A. Pereira. *História do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Editora Pallas e FGV. Rio de Janeiro. 2007. p. 386 Pallas Editora. Edição do Kindle.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 384.

<sup>107</sup> Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/>.



**Figura 5** – II Encontro Nacional de Mulheres Negras (II ENMN), 1991, Salvador/BA. Acervo pessoal de Lucinha Silva

No Geledés, Lucinha Silva presidiu as duas primeiras gestões e esteve alinhada a projetos de saúde junto com Edna Roland.<sup>108</sup> As duas viajaram para um intercâmbio para Atlanta, Estados Unidos, em 1989, e vivenciaram uma imersão no Projeto Nacional de Saúde das Mulheres Negras, em inglês, *National Black Women's Health Project* (NBWHP). Tratava-se de iniciativa criada em 1984 pela psicóloga e ativista afro-estadunidense Byllye Avery, cuja proposta era discutir e desenvolver ações em torno da pauta da saúde reprodutiva de mulheres negras de baixa renda. Lucinha Silva relata ter sido esta uma das experiências mais intensas da sua vida:

Ela coordenava esse projeto que tinha núcleos nos 22 estados americanos, e eu descobri esse projeto numa publicação que rodou em São Paulo. Fiquei muito entusiasmada para ir. A gente conseguiu um apoio para conhecer o projeto e pra fazer um estágio. Lá [fomos] eu e Edna Roland, passamos 15 dias. Uma semana em Atlanta e uma semana em Nova York junto com o grupo de mulheres que desenvolviam um trabalho calcado na metodologia de grupo de autoajuda. Quando chegamos em Atlanta, nós fomos direto

---

<sup>108</sup> Edna Roland é psicóloga, foi Relatora-geral da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, em 2001, desde maio de 2003, é a coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial da UNESCO para a região de América Latina e Caribe; Cf. Sibelle de Jesus Ferreira. *Mulheres negras em Durban: as lideranças brasileiras na Conferência Mundial contra o Racismo de 2001*. 2020. 267 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)-Universidade de Brasília, Brasília, 2020; Em entrevista cedida ao CPDOC, Edna Roland cita alguns trabalhos realizados em parceria com Maria Lúcia da Silva, a exemplo, da realização do Tribunal Winnie Mandela; Cf. Verena Alberti & Amílcar Pereira (org.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

para um encontro que reuniu mais de 200 mulheres, durante três dias, na cidade de Dahlonaga, cidade montanhosa perto de Atlanta. Aquilo foi algo que me impactou de um jeito, porque eu não falava uma palavra em inglês, a Edna sim. Ela e outras pessoas faziam traduções, teve toda uma sensibilização do encontro feita por minha inspiração na condução de grupos: “nós temos uma companheira que não fala inglês, a gente vai precisar se comunicar com ela”. Então todo mundo no encontro me conheceu porque eu não falava inglês e todo mundo fazia um esforço para que eu não ficasse isolada. Foi um encontro maravilhoso. Eu escutava os depoimentos, eram grupos onde as mulheres contavam sobre suas histórias, tinha uma facilitadora que ajudava na circulação da palavra, [havia] toda uma metodologia para isso.<sup>109</sup>

Atualmente a organização da ativista Byllye Avery se chama *Black Women's Health Imperative*, e é a primeira organização dos EUA especialista em questões de saúde reprodutiva de mulheres negras com foco na autoajuda, na educação, na criação de serviços de saúde, na justiça e liberdade reprodutiva para a melhoria da saúde mental e bem-estar dessas mulheres.<sup>110</sup>

Quando retornaram da vivência, Lucinha Silva propôs a criação de um Grupo de Autoajuda, com intuito de promover a aplicabilidade dessa experiência entre as ativistas que integravam o Geledés. Assim, passaram a se encontrar quinzenalmente para compartilhar suas vivências enquanto mulheres negras, falar sobre racismo seus efeitos sociais e psíquicos.

Além dessa atividade, tendo Lucinha Silva como proponente, coordenadora e psicóloga, o Geledés desenvolveu o projeto “Construindo Nossa Cumplicidade”, durante quatro anos, entre 1989 e 1992. Nas atividades, os processos psíquicos eram vistos como aspectos centrais a serem trabalhados a partir dos relatos das mulheres participantes. O processo de trabalho esteve acompanhado por supervisões clínicas e treinamentos ao lado de uma profissional com formação em Análise Bioenergética.<sup>111</sup>

---

<sup>109</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

<sup>110</sup> Em 1990 junto a um grupo de mais de 15 afro-americanos(as) criou o *African-American Women for Reproductive Freedom*.

<sup>111</sup> A análise bioenergética é um tipo de psicoterapia corporal fundada pelos psicanalistas Wilhelm Reich e Alexander Lowen. A terapia consiste em exercícios corporais com o intuito de reconhecer e liberar tensões, defesas somáticas e resistências corporais para expandir através do corpo energias emocionais, sexuais, entre outras que possam por meios das técnicas corporais alcançar alegria, vitalidade, saúde, autopercepção e formas de expressão saudáveis. Ver mais em: <https://www.analisebioenergetica.com.br/>



**Figura 6** – Equipe do Projeto “Construindo nossa Cumplicidade”. Acervo pessoal de Lucinha Silva.

Nesse percurso com projetos focados na saúde mental da mulher negra, Lucinha Silva compreendeu a união do saber-fazer enquanto ativista psicóloga, e concluiu:

Fazer política deve estar combinado com o fortalecimento de nosso emocional, para que nossa ação tenha resultados mais transformadores. Isto só é possível com a criação de espaços onde essa tensão possa ser falada e compartilhada. Se a reconstrução de nossa história coletiva só tem sido possível graças à ação persistente do Movimento Negro, é necessário que criemos espaços para reconstruirmos nossa história pessoal, individual. Isto também é fazer política. É resgatar o indivíduo dentro do coletivo.<sup>112</sup>

Os projetos desenvolvidos por Lucinha Silva direcionados ao cuidado em saúde mental de mulheres negras no ativismo guarda semelhanças com o grupo de apoio “Imãs do Inhamé”, espaço criado por bell hooks para que mulheres negras pudessem nomear suas dores e construir ferramentas de cura para os sérios problemas de tensão emocional que enfrentavam

---

<sup>112</sup> Maria Lúcia da Silva. A construção da cumplicidade: grupos de auto-ajuda e oficinas de saúde. In. Mulher negra & Saúde. Caderno I. *Cadernos Geledes*. Edição comemorativa 23 anos. 1991. p.22. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: agosto de 2022.

diariamente, principalmente por estruturas de dominação institucionalizadas, a exemplo da universidade. No livro *Irmãs do inhame: mulheres negras e autorrecuperação*, bell hooks conceitua:

A autorrecuperação das mulheres negras, como toda autorrecuperação negra, é uma expressão de uma prática política libertária. Vivendo – como vivemos – em um contexto patriarcal capitalista supremacista branco, que pode melhor nos explorar quando não temos uma base firme no eu e na identidade (a consciência de quem somos e de onde viemos), escolher o “bem-estar” é um ato de resistência política. Antes de manter efetivamente um engajamento na luta organizada pela resistência, no movimento de libertação negra, muitas pessoas entre nós precisam passar por um processo de autorrecuperação que ajude a curar feridas individuais que possam impedir que funcionemos plenamente.<sup>113</sup>

A partir da experiência vivenciada em grupo, com a proposta de ser um livro de autoajuda, a escritora compartilhou estratégias de autorrecuperação e bem-estar psíquico criadas por ela e pelas mulheres negras participantes. O livro *Irmãs do Inhame: Mulheres Negras e Autorrecuperação* foi lançado no ano de 1993 nos Estados Unidos e publicado no Brasil em julho de 2023.

### 1.3 O MOVIMENTO NEGRO DE PERNAMBUCO POR JESUS MOURA

Eu lembro que o movimento negro, na década de 1980, já questionava as consequências do racismo pra autoestima das pessoas negras. Aí eu chegava na faculdade e via meus professores falando de autoestima, e eu não via ninguém falar sobre a questão da autoestima da pessoa negra. E aí, eu lembro que um dia, eu perguntei pra um dos professores sobre isso, e ele simplesmente me ignorou, a minha pergunta ficou no ar até hoje. E eu não enfrentei, nem nada, eu não tinha forças para isso, eu estava ali sozinha falando de uma coisa que ninguém falava.<sup>114</sup>

Como foi dito anteriormente, a entrada de Jesus Moura no curso de psicologia e o encontro com o ativista e psicólogo Lepê Correia foi fundamental para a construção de seu pertencimento enquanto negra, ativista e psicóloga. Entre o final da década de 1990 e início dos

---

<sup>113</sup> bell hooks. *Irmãs do Inhame: Mulheres Negras e Autorrecuperação*. Trad. floresta. Editora WMF Martins Fontes, 265 pp. 1 ed. São Paulo, 2023. p.32.

<sup>114</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

anos 2000, já atuando como psicóloga clínica, Jesus Moura passou a integrar a ONG Djumbay,<sup>115</sup> liderada pelo ativista Gilson Francisco Pereira.<sup>116</sup> Em entrevista, ela narra:

Eu vou pra Djumbay já depois de um tempo que existia, nem o jornal estava sendo mais publicado, um outro momento da Djumbay. As pessoas aqui em Pernambuco reconhecem esse lugar da Djumbay, mas sempre teve essa coisa da diferença de uma militância profissional. Porque a gente fazia sem receber dinheiro, militância pela militância. Quando tinha projeto a gente ganhava dinheiro, quando não tinha era de graça mesmo pela força da vontade. Ele (Lepê Correia) é psicólogo, mas tinha antes uma formação de comunicador, teve espaço pra divulgar muita coisa na TV Universitária. Então, era uma pessoa muito bem relacionada e aí pra ele era um espaço importante de militância. Eu entro na Djumbay no final da década de 1990, entre 1997 e 1998. Entro efetivamente pelo SOS Racismo.<sup>117</sup>

A ONG Djumbay foi uma entidade que nasceu a partir de seu jornal *Djumbay*, produzido entre os anos 1980 e 1990 em Olinda, Pernambuco com a ideia de possibilitar um material informativo de alcance ampliado e que também pudesse funcionar como instrumento didático e paradidático para a comunidade negra.<sup>118</sup>

A entrada da psicóloga Jesus Moura na Djumbay aconteceu no momento de parceria entre o Ministério da Justiça, a Secretaria de Justiça e Cidadania de Pernambuco (SEJUC), e a ONG Djumbay para a realização do Programa SOS Racismo – projeto com o objetivo de dar visibilidade às denúncias de racismo e principalmente oferecer acolhimento psicossocial e atendimento jurídico para as vítimas de violência racial. O programa SOS Racismo é realizado em parceria entre os governos estaduais e ONGs do movimento negro, desde os anos 2000.

A equipe do projeto foi formada por assistente social, advogada, pedagoga e por Jesus Moura como psicóloga responsável pelo acolhimento, acompanhamento e escuta das pessoas vítimas de violência racial. Ela ainda colaborou com as advogadas na construção de argumentos que entrariam nas peças dos processos registrados como crimes de racismo.<sup>119</sup> O lançamento do

---

<sup>115</sup> Ivaldo Marciano de França Lima, Isabel Cristina Martins Guillen (org.) Movimentos sociais negros em Pernambuco [recurso eletrônico] : *me- mória(s) e história(s)* / :- Recife : Ed. UFPE, 2021. Disponível em:< <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/663> >. Acesso em: maio de 2023.

<sup>116</sup> Gilson Francisco Pereira é um ativista negro do estado de Pernambuco, além de liderar a ONG Djumbay, compôs o Conselho Editorial do Jornal *Djumbay*.

<sup>117</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

<sup>118</sup> Ivaldo Marciano de França Lima, Isabel Cristina Martins Guillen (org.) Movimentos sociais negros em Pernambuco [recurso eletrônico] : *me- mória(s) e história(s)* / :- Recife : Ed. UFPE, 2021. Disponível em:< <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/663> >. Acesso em: maio de 2023.

<sup>119</sup> “Embora impliquem possibilidade de incidência da responsabilidade penal, os conceitos jurídicos de injúria racial e racismo são diferentes. O primeiro está contido no Código Penal brasileiro e o segundo, previsto na Lei n. 7.716/1989. Enquanto a injúria racial consiste em ofender a honra de alguém se valendo de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem, o crime de racismo atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda a integralidade de uma raça. Ao contrário da injúria racial, o crime de racismo é inafiançável

programa SOS Racismo pela Djumbay aconteceu no Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2000. Foram três anos de trabalho atendendo casos de racismo encaminhados pelo Estado. Sobre essa experiência, ela ressalta as parcerias que fizeram o projeto acontecer:

... a gente também oferecia esse entendimento das consequências do racismo na vida das pessoas para as advogadas e o advogado poderem fazer os argumentos nas peças. E a gente teve algumas vitórias importantes no sentido de que foi um primeiro momento em Pernambuco, de um ativismo nesse nível. A gente tinha advogado [pra quem] a gente conseguia encaminhar as vítimas do racismo, e que fossem registrados como racismo e não como injúria racial. E nessa época, a gente conseguiu fazer uma parceria com um delegado apelidado de “Caroço de Pinha”. Inclusive eu não lembro o nome dele, mas até pouco tempo eu o encontrei. Era um delegado preto retinto. Por isso ele tinha o apelido de “Caroço de Pinha”. Ele foi a parte com quem a gente conseguia fazer com que as denúncias fossem acolhidas como uma denúncia racial. Ele foi um grande parceiro. Tinha um sociólogo também, o Ronaldo Sales. Ele fazia parte também desse coletivo. E aí foi assim. Para mim como psicóloga foi um grande primeiro momento em que fazia todo sentido a minha formação e o que eu queria fazer com ela, no sentido de fazer aprofundar, estudar e acolher os casos de racismo. É tanto que essa minha estagiária, eu ensinava na FAFIRE,<sup>120</sup> a gente lá tinha o Psicologia em foco, que era um evento em que anualmente se fazia uma discussão sobre alguns temas. E a primeira vez que a FAFIRE falou sobre racismo foi em uma apresentação de caso sobre o SOS Racismo, minha e da minha estagiária, que hoje é psicóloga. E para mim também fez todo sentido levar para dentro da psicologia que não falava sobre isso, que não olhava o tema, que não discutia. Então, eu comecei a agregar estudantes de psicologia na sua maioria estudantes negros e negras para debater.<sup>121</sup>

Quando o programa SOS Racismo encerrou as atividades na Djumbay, Jesus, juntamente com a sua equipe, discutiu possibilidades de dar continuidade e não deixar que aquela estrutura de trabalho se perdesse. E foi assim que surgiu a ideia de realizar um projeto que contemplasse o acesso de pessoas negras às universidades. Segundo Jesus Moura, foi no momento em que o debate sobre as cotas raciais estava no centro das discussões das políticas de ações afirmativas que o grupo criou o pré-vestibular Auta de Souza:

Aí foi quando as coisas começaram a mudar. A gente pensou em fazer um projeto de um pré-vestibular para jovens negros. Como a sede da Djumbay era em Olinda, a gente manteve a população da periferia de Olinda para participar desse projeto. A gente conseguiu o financiamento para o Projeto Auta de Souza. Nós colocamos esse nome de Auta de Souza, sem saber até que ela era uma referência na religião espírita, uma personalidade muito importante para os espíritas. A gente fez uma pesquisa, queria o nome de uma mulher que tivesse relação com a educação, e chegamos ao nome de Auta de Souza. Ela aprendeu a ler muito cedo e a leitura para ela foi libertadora, assim como para muita gente. Ela achava que tinha de usar o conhecimento ou que doar o

---

e imprescritível”. Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/conheca-a-diferenca-entre-racismo-e-injuria-racial/> > Acesso em: abril de 2023.

<sup>120</sup> FAFIRE - Faculdade Frassinetti do Recife

<sup>121</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

conhecimento dela para outras pessoas. Então desde criança ela começou a fazer rodas com as coleguinhas e ensinar a ler e a escrever. Assim a gente viu nessa inspiração um nome para um espaço, onde a gente queria que a educação fosse prioridade para todas as pessoas.<sup>122</sup>

Construíram o pré-vestibular com a proposta de atender jovens negras(os), prioritariamente estudantes de escolas públicas da periferia de Olinda que demonstravam dificuldades, sobretudo em assuntos que tinham pouca aplicabilidade em suas vidas. Então, além do ensino com uma metodologia que pudesse aproximar suas realidades do conhecimento transmitido, foi-lhes ofertada orientação profissional para auxiliá-las(os) na escolha de uma profissão, visando desmistificar o lugar de subalternidade imposto para pessoas negras e/ou de periferia nos ambientes de exercício profissional. Jesus Moura esteve à frente da orientação profissional enquanto coordenadora e falou sobre essa experiência:

Aí fizemos um pré-vestibular, todos os jovens que a gente atendeu estavam regulares. Lógico que a grande maioria eram de escolas públicas. A gente entendia as dificuldades que os jovens negros tinham de gostar e se apropriar dos assuntos das diversas matérias e tal. Fizemos um pré-vestibular com vários elementos. A gente selecionou profissionais de português, matemática, física, química e biologia. No entanto, não era para ensinar a mesma demanda do vestibular, mas para entender na vida prática deles onde a biologia estava presente, a química, a física, porque cálculo era importante... Então partia da vida pessoal dos estudantes, da experiência deles do dia a dia, de quem trabalhava, ganhava dinheiro, como fazia os cálculos e tudo mais com relação ao dinheiro, tratamento dos alimentos. Tudo foi sendo relacionado à vida dessas pessoas. As aulas eram extremamente dinâmicas, com uma seleção de professores que tinham essa pegada, essa bagagem de não serem frios, mas serem quentes em aproximar as questões. Aí eu coordenei a parte de orientação profissional de uma forma que fosse de dentro para fora, [de modo que] eles encontrassem as áreas, as temáticas que tivessem a ver com o desejo deles, desmistificando e trabalhando a autoestima, com atividades contínuas de fortalecimento da autoestima dessas jovens, desses jovens. Enfim, foi muito bom.<sup>123</sup>

Esse tempo de dedicação e contribuições coletivas na ONG Djumbay fez com que a psicóloga e ativista sentisse vontade de ampliar suas ações. Foi entre seu afastamento dos projetos da Djumbay e no ímpeto de realizar o que idealizava, que se juntou a um grupo de mulheres e criou o Observatório Negro de Pernambuco.

E aí depois do Auta de Souza, a gente ficou com vontade de ter um espaço em que pudessemos fazer mais coisas que nesses dois projetos a gente não conseguiu. Foi quando a gente resolve sair. A Djumbay tinha outros elementos, outras ações, outras atividades com que a gente concordava com algumas coisas e outras coisas não concordava. Então a gente pensou em sair e montar um espaço que atendesse as nossas

---

<sup>122</sup> *Ibidem.*

<sup>123</sup> *Ibidem.*

ansiedades, as nossas vontades, os nossos desejos. Foi quando surgiu o Observatório Negro de Pernambuco.<sup>124</sup>

Ao lado de advogadas, assistentes sociais e pedagogas, ela fundou, em 2003, o Observatório Negro, com a proposta de acolher os casos de racismo encaminhados pelo Estado. Nesta nova organização, além de oferecer apoio social, psicológico e jurídico para as vítimas de racismo, elas ampliaram as ações com a realização de capacitação e formação sobre a temática racial.

A gente cria o Observatório Negro do jeito que a gente pensou. Acho que por oito anos tivemos financiamento, alugamos um espaço, montamos com condições adequadas. Fizemos muitas coisas nesse período: cartilhas sobre como denunciar situações de racismo na mídia, formação e capacitação com as trabalhadoras domésticas junto com o sindicato de trabalhadoras domésticas de Pernambuco e João Pessoa na Paraíba. Fizemos muitos trabalhos junto com comunidades quilombolas, com o UNICEF. Trabalhando a questão da saúde mental dos povos quilombolas aqui do estado de Pernambuco, a gente fez várias comunidades de Garanhuns, Conceição das Crioulas de Salgueiro. Foram várias ações. Eu fiz um curso de psicologia como Observatório Negro, promovi um curso de Psicologia e a questão racial para psicólogos e psicólogas financiada pela Fundação de Direitos Humanos. Foi um curso muito bom nessa época, bastante cheio, procurado. Foi muito bom!<sup>125</sup>

O Observatório Negro teve atuação relevante no estado de Pernambuco. Entre os anos 2003 e 2012, em articulação com outras entidades do movimento negro, inclusive de outros estados, publicou notas de repúdio contra o genocídio de jovens negros, artigo sobre caso de racismo no futebol, nota sobre a conjuntura política brasileira, entre outras ações com foco nas mídias sociais e em outros meios de comunicação.<sup>126</sup> Jesus Moura contextualiza:

Paralelamente a isso, eu representava a Djumbay no MNDH. Então a gente foi entrando nas questões de Direitos Humanos a partir dos movimentos sociais. E a gente tinha várias representações, fazia parte de vários movimentos principalmente no MNDH. Após esse encontro eu passei a participar da Comissão, e aí eu entro no Sistema Conselhos, que é onde eu estou até hoje, saindo espero que no final do ano.<sup>127</sup>

Portanto, enquanto estive na Djumbay, na Faculdade Frassinetti do Recife como professora, e no Observatório Negro de Pernambuco, participou de diversos eventos representando estas instituições. Foi aí que surgiu o convite para participar de um evento da

---

<sup>124</sup> *Ibidem*.

<sup>125</sup> *Ibidem*; UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância.

<sup>126</sup> Ver mais em :< <http://observatorionegro2004.blogspot.com/>>.

<sup>127</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa; Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Jesus encerrou sua atuação como Conselheira da Comissão de Direitos Humanos do CFP no final da gestão de 2020-2022.

Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco (CRP-02 ou CRP-PE). Para ela, este é o ponto de partida da sua trajetória no Sistema Conselhos de Psicologia.



## CAPÍTULO 2

### UMA PSICOLOGIA BRASILEIRA ANTIRRACISTA

Em 26 de agosto de 2022, foram comemorados os 60 anos da regulamentação da psicologia no Brasil.<sup>128</sup> O Conselho Federal de Psicologia<sup>129</sup> lançou, naquele contexto, o *CensoPsi*, primeiro levantamento que contempla juntas as categorias de orientação sexual, gênero, raça e deficiência, para investigar “quem faz a psicologia brasileira”.<sup>130</sup>

O mapeamento anterior a este apresentou dados correspondentes ao ano de 2012 sobre “quem é a psicologia Brasileira?”<sup>131</sup> e mostrou que esta era uma profissão com maioria de mulheres, chegando a 89%. Em relação ao acesso ao serviço, a psicologia mostrou-se com o atendimento inacessível à população, marcado pelo interesse das elites em práticas eugenistas, disciplinares e moralistas, com pouca contribuição para a superação das desigualdades sociais do país.<sup>132</sup> Este levantamento demandou que as(os) profissionais se declarassem em termos de cor/raça, conforme o sistema classificatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado foi o seguinte:

67% das entrevistadas afirmaram ser de raça ou cor branca, e 25% se declararam pardas. O percentual das que se declararam “pretas”, “amarelas” ou indígenas foi muito pequeno. Os dados sobre a distribuição entre as três primeiras categorias – branca, parda

---

<sup>128</sup> No ano de 2022 foi comemorado os 60 anos da aprovação da Lei 4.119 em 27 de agosto de 1962, assinada pelo presidente João Goulart. Dois anos antes do início do regime ditatorial no Brasil. Cf. Antonio Rodrigues Soares. *A Psicologia no Brasil. Psicologia: ciência e profissão*, 2010, 30 (núm. esp.), 8-41. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ptsPLZhXfQLTzKmyj7b6pDp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: março de 2022.

<sup>129</sup> O Conselho Federal de Psicologia – CFP é uma autarquia de direito público, com autonomia administrativa e financeira, criada pela Lei no. 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977, órgão central do Sistema Conselhos de Psicologia, com a finalidade essencial de normatizar e fiscalizar o exercício profissional e trabalhar para a melhoria do aperfeiçoamento técnico dos psicólogos. Cf. < <http://site.cfp.org.br/>>.

<sup>130</sup> Ver mais em: <http://site.cfp.org.br>.

<sup>131</sup> O primeiro levantamento realizado em 1988, tinha apenas o recorte de gênero enquanto marcador social e apresentou a situação da profissão do país durante a década de 1980. Os dados de 2013 tinha o recorte de gênero e raça, que foram comparados com os dados dos anos 80. Cf Louise A. Lhullier (org.). *Quem é a psicologia Brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013; Paulo Rosas e Argentina Rosas e Ivonete Batista Xavier. Quanto e quem somos. In: Conselho Federal de Psicologia (org.). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: EDICON, 1988.

<sup>132</sup> Cf. Ana Mercês Bahia Bock. *Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites*. In: Ana Mercês Bahia Bock (org.) *Psicologia e o compromisso social*. 2. ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2009.

e preta – estão muito distantes da realidade da população brasileira, em que os percentuais são, respectivamente, 48,7%, 43,1% e 7,6% (IBGE, Censo Demográfico de 2010). Quanto à amarela e indígena, não foram verificadas diferenças importantes entre as duas populações. Essa diferença não surpreende, pois, a predominância de brancos sobre negros [sic] e pardos no ensino superior é amplamente reconhecida, tendo dado origem, inclusive, a políticas governamentais de acesso às universidades públicas que visam facilitar o acesso de estudantes negros ao ensino universitário. O fato de não nos surpreendermos com a distribuição das psicólogas por raça/cor não significa uma naturalização ou uma aceitação. Ao contrário, entendemos que a baixa representatividade de mulheres negras [sic] e pardas na profissão constitui mais uma evidência da desigualdade de oportunidades e um obstáculo à abertura para a diversidade, um desafio que a Psicologia precisa enfrentar.<sup>133</sup>

Voltando para o mapeamento realizado no ano de 2022, os dados mostram que a psicologia segue sendo uma área majoritariamente feminina, com 79,2% de mulheres e 20,1% de homens. Com a maior parte das(os) profissionais registradas(os) no Sudeste, em segundo na região do Nordeste, em seguida do Sul, Centro-Oeste e poucos profissionais no Norte do país. Com relação à orientação sexual, 83,8% das(os) profissionais se definem heterossexuais, 8% como homossexuais e 7,1% como bissexuais.

Os dados sobre raça apresentam 63,9% de profissionais brancas(os) e 34,6% de negras(os) (sendo 26,1% parda e 8,5% preta) e 0,3% indígena. Podemos ver que, mesmo com a política de cotas nas universidades, o número de psicólogas(os) negras(os) ainda é baixo, quando comparamos com a população negra que vive no país. Segundo o censo do IBGE de 2021, 56% da população se declara negra e 43% branca,<sup>134</sup> Outros números que mostram as desigualdades estão na diferença de renda:

(...) verifica-se que as menores médias salariais são das pessoas com deficiência intelectual (1654,73 reais), seguido pelas pessoas pretas (2.280,44 reais), pessoas pardas (2.309,91 reais), pessoas com deficiência múltipla (2.484,94 reais), indígenas (2.630,33 reais), pessoas com deficiência auditiva (2.890,67 reais), mulheres (3.042,98 reais), reabilitados (3.137,70 reais), pessoas com deficiência visual (3.267,50 reais), pessoas com deficiência física (3.294,76), pessoas brancas (3.368,44 reais), homens (3.484,21) e pessoas amarelas (4.223,30 reais).<sup>135</sup>

Os dados refletem as profundas desigualdades institucionais e estruturais em que vivem os grupos sociais formados por pessoas não brancas, desde a dificuldade de inserção e

---

<sup>133</sup> *Ibidem*, p.23-24

<sup>134</sup> Ver mais em: <https://educa.ibge.gov.br/>.

<sup>135</sup> Maria Nivalda de Carvalho Freitas, Daiane Rose Cunha Bentivi, Hugo Sandall. Diversidade na psicologia - Nosso percurso histórico. pp. 58. In.: Conselho Federal de Psicologia (Brasil). *Quem faz a psicologia brasileira? : um olhar sobre o presente um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho* : volume I : formação e inserção no mundo do trabalho / Conselho Federal de Psicologia. 1. ed. Brasília : CFP , 2022. 268 p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo\\_psicologia\\_Vol1\\_WEB.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf). Acesso em: setembro de 2022.

permanência de negros e indígenas no ensino superior, até a desvalorização das atividades profissionais em exercício. Isso ainda irá resultar em números inexpressivos de negras(os) e indígenas em posições de comando, em ocupações de prestígio e em baixa remuneração. Há uma marca visível na desigualdade socioeconômica, no acesso aos direitos, serviços básicos e nas condições de vida desses grupos.

Raça autodeclarada	Região geográfica					Total
	N	NE	CO	SE	S	
Amarela/Oriental	12	37	27	119	39	234
	0,9%	0,7%	1,5%	1,4%	1,3%	1,2%
Branca	496	2.199	1.057	6.504	2.553	12.809
	37,8%	42,2%	58,2%	74,1%	87,5%	63,9%
Indígena	7	17	6	23	3	56
	0,5%	0,3%	0,3%	0,3%	0,1%	0,3%
Parda	670	2.224	569	1.537	235	5.235
	51,0%	42,7%	31,3%	17,5%	8,1%	26,1%
Preta	128	732	157	594	87	1.698
	9,7%	14,1%	8,6%	6,8%	3,0%	8,5%
<b>Total</b>	<b>1.314</b>	<b>5.210</b>	<b>1.817</b>	<b>8.778</b>	<b>2.918</b>	<b>20.033</b>

**Tabela 1** – Autodescrição de raça segmentada por região geográfica. Censo da Psicologia brasileira, 2022.

O levantamento mostra que quem faz a psicologia brasileira continuam sendo, na maioria, mulheres cisgênero, brancas e heterossexuais. A manutenção de uma estrutura que perdura e aponta na direção do que intelectuais e ativistas negras(os) têm chamado de “pacto narcísico da branquitude”<sup>136</sup> — que diz respeito à manutenção do privilégio branco como forma de deslegitimar e invisibilizar a pluralidade de sujeitos atuantes na sociedade — reverbera na ausência de professoras(es) negras(os) nas universidades, de autoras(es) negras(os) nas ementas dos cursos, de reconhecimento de sujeitos negros em espaços de construção de conhecimento, no silenciamento de epistemologias plurais e de práticas não eurocêntricas de cuidado em saúde.

Diante disso, a partir das trajetórias de Lucinha Silva e Jesus Moura, novamente faço a pergunta: o que a presença de mulheres negras ativistas-psicólogas mobiliza no campo *psi*? Para refletirmos sobre essa questão, irei tomar como referência duas organizações não-governamentais criadas na década de 1990, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e

<sup>136</sup> Cf. Cida Bento. *O pacto da branquitude*. 1º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Desigualdades (CEERT)<sup>137</sup> com a presença da psicóloga e ativista Cida Bento na área da educação e do trabalho e, o Instituto AMMA Psique e Negritude com Lucinha Silva na área da saúde mental.

Incluo o CEERT nesta pesquisa e o tomo como referência, na medida que reconheço sua contribuição na promoção de políticas públicas antirracistas, que até os dias de hoje possibilitam discussões no cenário retratado, assim como nos debates acadêmicos sobre branquitude. Tanto o CEERT (fundado em 1992) quanto o AMMA (fundado em 1995) são reconhecidas como organizações que vêm do movimento negro com propostas de enfrentamento ao racismo, preocupados com a melhoria da condição de vida da população negra. Ambos têm em suas concepções e lideranças a participação de ativistas-psicólogas negras que sustentam a pauta antirracista coletivamente nos espaços de produção de conhecimento e de prática profissional.

Além do mais, as articulações realizadas por Cida Bento, do CEERT, e Lucinha Silva, do AMMA, culminam na responsabilização ética de psicólogas(os) e no reconhecimento da urgência de repensar o discurso psicológico frente à temática das relações étnico-raciais no campo político, profissional e acadêmico da psicologia brasileira. Sendo assim, para uma história da psicologia brasileira desde o século XX, mostra-se necessário lançar luz sobre as ações individuais e coletivas de sujeitos históricos negros nas lutas por cidadania e garantia de direitos.

De tal sorte, neste capítulo, apresento brevemente o CEERT e o Instituto AMMA Psique e Negritude, e em seguida narro sobre as presenças de Lucinha Silva no campo psicanalítico e de Jesus Moura no Sistema Conselhos de Psicologia.

## **2.1 O CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES (CEERT)**

No Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, instituído em 1984, mesmo período da reivindicação e criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no governo de Franco Montoro (citado no capítulo um), se deu o encontro entre Maria Aparecida Silva Bento (Cida Bento), Hédio Silva Júnior e Ivair Augusto Alves dos Santos. Juntos fundam em 1992, o

---

<sup>137</sup> O CEERT foi fundado por dois homens negros e uma mulher negra: pela psicóloga e atual coordenadora executiva Maria Aparecida da Silva Bento, pelo advogado Hédio Silva Júnior e por Ivair Augusto Alves dos Santos, químico de formação e doutor em Sociologia. Fonte: Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os), 2017, p. 68-69.

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), com o propósito de garantir igualdade de direitos na justiça, no trabalho e na educação para a população negra.<sup>138</sup> A prioridade dessa organização não-governamental formada por psicólogas(os), juristas, educadores, sociólogas(os) e assistentes sociais, é implementar programas, políticas e ações de equidade racial e de gênero em sindicatos, escolas, empresas privadas e órgãos públicos.

A ativista e psicóloga negra Cida Bento é reconhecida como a principal representante do CEERT. Sua produção intelectual trata sobre as desigualdades raciais e de gênero no campo da educação e do trabalho. Em 2002, ela defendeu sua tese *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP).<sup>139</sup> Recentemente, ela comentou em entrevista para a revista *Quatro Cinco Um* sobre o pacto narcísico:

Os homens brancos são maioria na direção dessas instituições que não são neutras, funcionam a partir da perspectiva de quem as lidera. Então o Judiciário, o Executivo, o Legislativo, é tudo de gente branca; o sujeito pode ser muito racista, ou nada racista, mas a manutenção dos privilégios para assegurar a sua perspectiva de mundo está colocada. Eu sempre digo, branquitude não é transparência, é posicionamento, é visão de mundo - então nas instituições e na sociedade civil se estabelecem regras a partir de uma perspectiva branca. O pacto narcísico é essa perspectiva que favorece, que fortalece, que protege, que assegura privilégios para o branco à medida que reserva os melhores espaços institucionais para ele, independente da intencionalidade. Se uma pessoa branca que faz uma seleção para cargo de direção ou para estagiário, por exemplo, tiver cinco candidatos ao final de um processo, a tendência dela é confiar mais nas pessoas brancas que estão nessa etapa.

Ele [o pacto] não é uma coisa instintiva, mas fala de uma grande cumplicidade, que faz com que o branco acredite no outro branco, ache que o outro branco é realmente mais bonito, que aquele cabelo é o que funciona bem dentro de instituições, que aquela pessoa branca vai seguir as regras, vai assegurar que tudo funcione direito. Por isso esta confiabilidade no branco e essa tendência a trazer outros iguais para o seu entorno, para lugares onde a competência, segundo o conceito da instituição, precisa estar assegurada.

Então o pacto narcísico é fortalecimento, é proteção, é assegurar lugar de privilégio para os iguais. E nesse conceito de iguais, ele é pacto de morte. Quando você

---

<sup>138</sup> Hélio Silva Junior é doutor e mestre em Direito pela PUC-SP e advogado das Religiões Afro-brasileiras no Supremo Tribunal Federal-STF. Foi Secretário de Justiça do Governo do Estado de São Paulo. Ivair Augusto Alves dos Santos, tem mestrado em Ciências Políticas pela Universidade Estadual de Campinas, é doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e professor do Departamento de Sociologia da UNB.

<sup>139</sup> Maria Aparecida da Silva Bento, nasceu em São Paulo e se tornou doutora pela Universidade de São Paulo em 2002. Em 2000, organizou o livro *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidade*, publicado pela Casa do Psicólogo em parceria com o CEERT e o Conselho Regional de Psicologia-SP. Em 2001 com a mesma parceria, produziu o livro *Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas* (Cida Bento & Marilda Castelar), desta vez voltado mais especificamente para a economia solidária e formas alternativas de respostas às mudanças no mundo do trabalho. Em 2002 se tornou conhecida nacionalmente pela tese “Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”. Atualmente é reconhecida como autoridade nos estudos sobre branquitude e branqueamento, e no combate ao racismo no Brasil. Eleita em 2015 pela revista *The Economist* como uma das cinquenta personalidades mais influentes do mundo no campo da diversidade.

estuda Freud, você tem o narcisismo de morte, porque o que é igual e monolítico não é gerador de vida, de energia criativa, de inventividade, é sempre mais do mesmo.

Esse pacto de morte é tipicamente o que estamos vendo na sociedade: um monte de cabeças masculinas brancas pensando tudo, que leva o país a ser um dos que mais tem mortes pela Covid-19, o país que mais mata negros, o país do genocídio da juventude negra, que tem um grande percentual de morte de mulheres e de indígenas. Então, tudo o que não é masculino e branco fica mais fragilizado, porque não tem voz nenhuma. Nosso país é uma árvore torta na qual só um lado define tudo.<sup>140</sup>

Nesse sentido, o pacto narcísico da branquitude, explica Cida Bento, é uma espécie de solidariedade entre brancos, ou seja, um tipo de corporativismo racial.<sup>141</sup> No livro publicado com a filósofa Iray Carone, *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, chama-se atenção para a importância de desresponsabilizar o negro na busca por identificação com o branco — alvo de inveja enquanto referência simbólica hegemônica — e focar mais na ideia de branquitude. Dessa forma, se perceberia como os brancos tratam do tema da discriminação racial ao não se reconhecerem como o grupo privilegiado pela brancura, mesmo quando se fala de brancos em situação de pobreza.

## 2.2 O INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE

Outra organização de importante relevância para o movimento negro e para a psicologia é o AMMA Psique e Negritude, criado em 1995, por Lucinha Silva, Marilza de Souza, Silvia de Sousa e Ana Maria Silva. Mais tarde, contou com a entrada e colaboração da psicóloga Jussara Dias, quando se tornou um Instituto.

---

<sup>140</sup> Disponível em: < <https://www.quatrocincom.com.br/br/noticias/ciencias-sociais/o-pacto-de-morte-do-racismo>> Acesso em: março de 2023

<sup>141</sup> Iray Carone & Maria Aparecida Bento. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.



**Figura 7** – 1ª Diretoria do Instituto AMMA Psique e Negritude, 02 de fevereiro de 2001 – São Paulo. Acervo pessoal de Lucinha Silva

O AMMA surgiu com a proposta de investigar as dimensões psicológicas do racismo através de uma abordagem psicossocial, com o intuito de compreender a dinâmica dos mecanismos discriminatórios que fazem perpetuar as desigualdades étnico-raciais. Como nos conta Lucinha Silva:

Essa é a primeira instituição do movimento negro pensando psicologia e racismo, a partir de duas grandes tarefas, uma de mostrar que o racismo impacta psiquicamente e outra, junto aos grupos colocar essa pauta para o movimento negro dos efeitos psíquicos do racismo. Porque até então, o movimento falava de autoestima, de baixa autoestima, e eu acho que como uma organização ativista a gente diz sobre o impacto do racismo e começa entender essa dimensão. E não que não tivesse coisas escritas, já existia Fanon, já existia Neusa Santos, já existia aí alguns intelectuais produzindo nesse campo, mas na atuação política articulada ao campo da psicologia, o AMMA foi a primeira instituição.<sup>142</sup>

O Instituto AMMA Psique e Negritude tem formado profissionais negras(os) em todo o Brasil, divulgado os trabalhos realizados por negras(os) em consultórios, no serviço público, nas redes de apoio à saúde mental, e realizado capacitações centradas nos debates sobre os efeitos psicossociais do racismo e a subjetividade do negro no Brasil. O trabalho desenvolvido pelo AMMA reverberou, Lucinha Silva enfatiza:

---

<sup>142</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

Eu fui para o Brasil inteiro falar sobre psicologia e racismo, em vários lugares, em congressos. Então, a gente teve esse papel fundamental que é um papel detonador da discussão. Hoje a discussão está posta, o que nos possibilita inclusive migrar pra outra área porque nossa tarefa foi feita e bem feita, eu diria [...] A gente fez um trabalho, o AMMA fez um trabalho de formação com todas as subdeses do CRP-SP, que são várias no interior. Trabalho de sensibilização, trabalho de planejamento, de articulação, inclusive no tempo da Eliza Zanerato,<sup>143</sup> [uma das pessoas] que também foram formadas do ponto de vista do racismo pela gente. E acho que a gente tem essa grande história, de sustentar um tema, uma discussão, e um debate que não tinha repercussão na sociedade como um todo e a gente sustenta isso desde 1995. Nós começamos a discussão.<sup>144</sup>

Atualmente, o AMMA conta com uma equipe liderada por Lucinha Silva e Jussara Dias, oferecendo cursos de “Psicologia e Relações Raciais”, “Ética, Práticas intersetoriais de Cuidado e Relações Raciais”, e “Promoção de Saúde: nascer, cresce e envelhecer” conduzidos por uma metodologia teórico-vivencial. No âmbito da pesquisa em diálogo com universidades, tem se debruçado nas reflexões sobre a infância de crianças negras, de 0 a 7 anos.<sup>145</sup> Nesse sentido, Lucinha Silva detalha:

Nossas metodologias vão para além do formar. Elas acolhem e ajudam no processo do sujeito se repensar. Há um diálogo intenso, entre a teoria, a prática e a vivência. Então a gente faz essa migração para a formação e hoje nós estamos ampliando o campo de ação do Instituto AMMA, transformando-o em um centro de formação e pesquisa em relações raciais. Com isso a gente entra no campo da pesquisa, ampliando a capacidade de pensar os efeitos e o impacto do racismo na população negra.<sup>146</sup>

Assim, o instituto ampliou e estruturou seu escopo de trabalho por novos caminhos, tornando-se um Centro de Formação e Pesquisa sobre debates que envolvem os efeitos psicossociais do racismo e as relações raciais, articulados com diversas áreas do conhecimento.

### 2.3 LUCINHA SILVA NO CAMPO PSICANALÍTICO

E fazendo um parêntese, voltando lá logo que eu comecei a atender, eu sempre tive supervisão e todas as minhas supervisões foram com pessoas do campo da psicanálise.

---

<sup>143</sup> Eliza Zaneratto Rosa é doutora em Psicologia Social pela PUC-SP já atuou como presidenta do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, é membro do Instituto Silvia Lane - Psicologia e Compromisso Social. Professora pelo departamento de Psicologia Social da PUC-SP e coordenadora do curso de graduação em Psicologia da instituição. Ela possui vasta experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social Sócio-Histórica, atuando principalmente na área da saúde mental.

<sup>144</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

<sup>145</sup> Cf. <https://www.instagram.com/ammapsique/>

<sup>146</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

Eu fiz cursos. Fiz curso na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, e comecei a escrever algumas coisas e tinha supervisão do projeto. E fui engatando uma análise atrás da outra, então eu tenho trinta anos de análise, eu me beneficieei muito das análises, mas nunca tive um espaço efetivo, onde o retorno das analistas em relação ao impacto do racismo na minha vida pudesse me oferecer uma compreensão com maior efetividade. Isso eu fui ganhando no meio do caminho com as leituras, com as loucuras, com tudo que eu fui fazendo.<sup>147</sup>

Lucinha Silva iniciou sua formação em Psicologia na Faculdade Bráz Cubas, instituição privada que fica no município de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo. Morava em Cumbica,<sup>148</sup> bairro do município de Guarulhos, que fica a 41,2 km de Mogi das Cruzes. Nessa época várias famílias se mudaram para Cumbica, devido a um empreendimento que lhes deu a possibilidade de garantir uma casa própria.

Era um trajeto longo e cansativo, casa-trabalho-faculdade-casa. Lucinha trabalhava no centro de Cumbica, depois ia para a faculdade em Mogi e, para voltar, ia até São Paulo pegar um ônibus que a deixava próximo de casa, mas ainda tinha uma caminhada até lá. Esse é um contexto vivenciado por pessoas negras periféricas, que enfrentam as dificuldades com a distância e o tempo gasto com a mobilidade, configurando assim um padrão de segregação.

Remando contra a maré dos dificultadores produzidos pelo Estado, ela considerou a distância e a insegurança do deslocamento, e transferiu seus estudos para a Faculdade Paulistana de Ciências e Letras, localizada na Vila Mariana no mesmo estado. Ali formou-se como psicóloga, em 1984, e começou a atuar na clínica realizando atendimento psicoterapêutico de crianças, com base na Ludoterapia.<sup>149</sup>

Foi nessa instituição de ensino que ela afirma ter encontrado a psicanálise: “apesar da escola ser uma escola particular, tinham professores muito interessantes e de muita qualidade e duas experiências importantes aconteceram na escola também, o que ampliou minha capacidade de intervenção”.<sup>150</sup>

---

<sup>147</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

<sup>148</sup> Ver mais em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/guarulhos/historico>.

<sup>149</sup> “Ludoterapia significa a aplicação de procedimentos de psicoterapia através da ação do brincar, mais especificamente, é o processo psicoterapêutico, que lançando mão do brincar, vai, através, da brincadeira constituir-se na estratégia utilizada pelo psicoterapeuta, a fim de que se possa rumar no sentido da autenticidade, aspecto este que fundamenta a essência da psicoterapia de base fenomenológico-existencial”. Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo. Aspectos teórico-práticos na Ludoterapia. In.: Myriam Moreira Protasio. Ludoterapia. *Fenômeno Psi-Fen*. Ano 1, Nº0, Rio de Janeiro, 1997, p. 4. Disponível em: <https://www.ifen.com.br/site/revistas/revista%20IFEN%2021%20x%2028cm-3colu-3-v6%20LUDOTERAPIA%20PDF.pdf>. Acesso em: março de 2023.

<sup>150</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

A primeira foi o momento em que conheceu a professora Marlene Guirado,<sup>151</sup> as aulas e supervisões, e suas indicações bibliográficas sobre grupos, análise institucional e psicanálise, como: *A criança e a Febem*, de Marlene Guirado, *Simbiose e ambiguidade*, de José Bleger,<sup>152</sup> *Psicanálise dos contos de fadas*, de Bruno Bettelheim, e os estudos de George Lapassade.<sup>153</sup> As leituras ampliaram sua capacidade de realizar intervenções e prepararam-na para viver o que ela chamou de sua “primeira experiência de representação coletiva”, quando durante sua formação, no início da década de 1980, foi eleita por cinquenta estudantes do curso para representá-los nas reivindicações por mais opções de disciplinas na formação em psicologia. Nessa ocasião, participou das reuniões com supervisores clínicos da faculdade para discutir e assegurar a oferta de mais matérias para as(os) estudantes. Na avaliação de Lucinha Silva, essa foi uma experiência que marcou sua trajetória enquanto estudante e potencializou sua caminhada diante dos enfrentamentos que posteriormente realizaria em instituições públicas e privadas.

Ainda na Faculdade Paulistana, logo na sua chegada, Lucinha também fez um caminho fundamental para tornar-se psicanalista: foi em busca de ser analisada.<sup>154</sup> Na faculdade, conheceu um colega de turma articulado com a comunidade psicanalítica de São Paulo, e pediu para ele a indicação de um psicanalista negro. Pegou o contato. Ele não era brasileiro, mas também não lembra muito bem a sua origem. Talvez fosse chileno. Na primeira sessão veio a decepção:

A primeira entrevista que fiz com ele e falei sobre as dores produzidas pelo racismo, ele me disse, olha isso é bobagem, isso não existe. E aí eu não voltei, porque eu pensei, bom se eu vivo isso e se alguém diz pra mim que isso não existe, então a minha dor não tem lugar aqui, e eu não voltei.<sup>155</sup>

---

<sup>151</sup> Marlene Guirado é professora Livre-Docente e Pesquisadora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Psicóloga e Analista Institucional se dedica ao estudo da constituição de subjetividades nas práticas institucionais bem como à fundamentação de um recorte teórico-metodológico específico para tanto. Partindo dos termos instituição, discurso, sujeito e análise, relaciona campos conceituais distintos como a psicanálise, a análise de instituições concretas e do discurso, para configurar uma proposta de análise e intervenção em psicologia.

<sup>152</sup> José Bleger foi um psiquiatra argentino. Em seu trabalho, se concentrou no conceito de simbiose e ambiguidade. Ele também buscou uma aproximação da psicanálise e do marxismo em obras como a *Psicanálise e a dialética materialista*.

<sup>153</sup> Georges Lapassade foi um sociólogo e filósofo francês, um dos fundadores da análise institucional, que surge na França na década de 1960. Ele faz uma contribuição teórica e prática de análise institucional, para compreender e intervir em grupos e organizações, como também entender o que são as relações instituídas bem como a forma de trabalhá-las, ou agir sobre elas enquanto psicólogos.

<sup>154</sup> A análise é uma técnica própria da clínica psicanalítica.

<sup>155</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

Quando Lucinha buscou a indicação de um analista negro, era uma época em que poucas pessoas negras acessavam esse espaço como um lugar a serviço de seus cuidados em saúde mental. Primeiramente, porque fazer terapia e análise não era um serviço ofertado para a população negra. Era um lugar reservado para pessoas de classes média, alta e brancas. Por último, o serviço se apresentava como algo pouco acessível em razão do alto custo cobrado pelas sessões.<sup>156</sup>

bell hooks, em *Irmãs do Inhame*, reflete sobre a existência de um mito sobre o fato de pessoas negras não sofrerem de enfermidades mentais e dilemas psicológicos. Para mulheres negras, uma das facetas do mito se dá na suposição de sua força ou “na suposição de que somos, de alguma forma, como uma deusa-mãe terrena que possui a capacidade de lidar com todo tipo de adversidade sem desabar, física ou mentalmente”.<sup>157</sup> Sobre a construção dessa ideia, a pensadora afirma:

Quando as estruturas de dominação identificam um grupo de pessoas (da mesma forma que a ideologia racista faz com as pessoas negras nesta sociedade) como “mentalmente” inferiores, implicando que elas teriam mais “corpo” que mente, não é de surpreender que haja pouca preocupação social com os cuidados em saúde mental desse grupo.<sup>158</sup>

Além dos estereótipos construídos acerca do corpo negro no campo *psi*, é minoritária a presença de profissionais negras(os) quando comparada à de brancos atuando na clínica, como se nota nos censos citados anteriormente. No período em que Lucinha Silva buscava essa indicação, era ainda mais difícil nos encontrar.

Em 1984, a comissão editorial da revista *Psicologia, Ciência e Profissão*, publicou o artigo “Eu, mulher, psicóloga e negra”, no qual tratou do desafio de encontrar psicólogos negros para entrevistar. Falou-se da dificuldade na busca de psicólogos negros para investigar questões sobre transferência e contratransferência na relação terapeuta negro e pacientes negros. Logo na introdução, registra-se o mal-estar:

No âmbito dos psicólogos, psicanalistas não encontramos psicólogos negros. Com essa limitação, resolvemos ampliar o tema, discutindo as relações do profissional com a

---

<sup>156</sup> Média do valor das sessões de psicoterapia individual, conforme a tabela de honorários do ano de 2022 do CFP é de R\$ 288,93. Ver mais em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/FENAPSI\_TABELA\_ATUALIZADA\_Junho\_2022.pdf>.

<sup>157</sup> bell hooks. *Irmãs do Inhame: Mulheres Negras e Autorrecuperação*. Trad. floresta. Editora WMF Martins Fontes, 265 pp. 1 ed. São Paulo, 2023. p.94.

<sup>158</sup> *Ibidem*.

clientela. Como a profissão é marcadamente feminina, foi menos difícil encontrar psicólogas negras, mesmo sendo pouquíssimas.<sup>159</sup>

A dificuldade encontrada pelo editorial da revista aponta para questões históricas. No Brasil, os serviços de saúde mental disponibilizados para pessoas negras ou aos quais estas eram levadas de forma compulsória, frequentemente sem suporte para sua saída, eram os hospícios ou as colônias, que hoje chamamos de hospitais psiquiátricos. Esses hospitais foram criados para abrigar indivíduos com comportamentos desviantes ou acometidos por doenças mentais. Como citado no primeiro capítulo, esta foi uma política de saúde fundamentada em concepções eugenistas e higienistas.<sup>160</sup>

Dessa forma, as instituições psiquiátricas destinadas ao tratamento da saúde mental foram se tornando locais de constantes denúncias por violações dos direitos humanos em decorrência dos métodos de tratamentos, das condições estruturais insalubres e da forma de institucionalização das pessoas.<sup>161</sup> A aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica, Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, também conhecida como Lei Paulo Delgado, foi uma conquista do Movimento Antimanicomial no Brasil que:

visa a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Com o lema *por uma sociedade sem manicômios*, a luta antimanicomial propõe a reorganização do modelo de atenção em saúde mental no Brasil a partir de serviços abertos, comunitários e territorializados, buscando a garantia da cidadania de usuários e familiares, historicamente discriminados e excluídos da sociedade.<sup>162</sup>

---

<sup>159</sup> Eu, mulher negra e psicóloga. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 4, n.2, p. 10-15, 1984. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Zf4YfWqWwsvNms5LBgsFdSB/>. Acesso em: agosto de 2023. A presidente da comissão editorial, Vera Lúcia Colucci e o secretário Jairo Eduardo Borges Andrade, entrevistaram as psicólogas negras Olga Inácio de Moura, Neli Ferreira Mures, Edna Maria Santos Roland e Gicele Maria de Menezes Alakija. No ano de 1983, um ano antes dessa publicação Neusa Santos Souza havia lançado seu livro *Tornar-se Negro*.

<sup>160</sup> Sobre o Censo Psicossocial dos Moradores em Hospitais Psiquiátricos do Estado de São Paulo, ver mais em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nF4PdVbQJz3thK9sPThVkwP/?lang=pt>.

<sup>161</sup> “ A institucionalização é o complexo de danos derivados de uma longa permanência coagida no hospital psiquiátrico, quando o instituto se baseia sobre princípios de autoritarismo e coerção. Tais princípios, donde surgem as regras sob as quais o doente deve submeter-se incondicionalmente, são expressão e determinam nele uma progressiva perda de interesse que através de um processo de regressão e restrição do EU, o induz a um vazio emocional”. Franco Basaglia, 2005, p. 259 *apud* Paulo Duarte de Carvalho Amarante. Franco Basaglia: novas histórias para a desinstitucionalização. In: *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, p.84. Disponível em : <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41910/3/amarante-9788575413272.pdf>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>162</sup> Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/18-5-dia-nacional-da-luta-antimanicomial-2/#:~:text=O%20Movimento%20da%20Luta%20Antimanicomial.que%20cercam%20a%20doen%C3%A7a%20mental>. Acesso em: abril de 2022.

O Movimento da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial resultam em políticas que mobilizam discussões sobre saúde/saúde mental em espaços estruturalmente racistas. Une estudantes e profissionais negros e não-negros interessados nas lutas pelos direitos das pessoas em sofrimento mental e contra o preconceito acerca das doenças mentais, tanto no Sistema Único de Saúde (SUS) quanto em outros espaços de cuidados em saúde mental.

O entendimento de cuidado em saúde mental para a população negra em um espaço clínico é muito recente. Trata-se de uma transformação que está atrelada às reivindicações do movimento negro sobre os direitos à promoção e prevenção da saúde mental, para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e a implantação das cotas raciais nas universidades brasileiras.

Portanto, a busca de Lucinha Silva foi marcada pela decepção em não encontrar um psicanalista negro que pudesse acolher suas demandas sobre racismo e relações raciais. Acabou parando em uma psicanalista branca, que pareceu entender um pouco do que foi pontuado sobre racismo, apesar de não emitir opiniões sobre o tema. Seguiu por cinco anos, fazendo análise com essa psicanalista, e nos conta o seguinte:

Nesse período eu vivi uma situação, o ano era 1982. Eu fazia [análise] duas vezes por semana no mesmo horário. Morava na Casa Verde, um bairro da Zona Norte. Eu fazia na hora do almoço e nessa época tinha uma situação peculiar em São Paulo, que era um grupo de pessoas que roubavam dentro dos ônibus. E esse era um trajeto de um bairro classe média para um bairro classe média, não era um ônibus que ia para a periferia. Então tinha um grupo de negros que assaltavam dentro do ônibus. Duas vezes por semana, naquele horário eu via aquele grupo assaltando, e via pessoas que denunciavam, e eles brigavam, batiam, era aquele horror. E eu me sentia como se eles estivessem feito de mim uma refém porque eu estava lá, eu era negra, eu via eles roubando, eles viam que eu via e muitas vezes roubavam olhando pra mim e eu tinha muito medo de denunciar, porque eu sabia que eles iam meter um soco em mim, iam fazer alguma coisa. Então esse era um tema que eu levava para a análise, o quanto isso me impactava, como isso me fazia lembrar coisas. E minha analista dizia que isso era bobagem, ela não reconhecia a experiência que eu estava vivendo, como uma experiência que produzia sofrimento.<sup>163</sup>

Diante desse fato, Lucinha passou a dialogar com sua analista na tentativa de mostrar para a profissional a importância da situação narrada em sua vida, posicionando-se e afirmando que algo naquela vivência cotidiana atravessava sua subjetividade e que estava relacionada a sua pertença racial. Inclusive, ela chegou a disponibilizar uma lista de livros para a analista, fazendo então o que hoje chamamos de letramento racial, ou educando pessoas brancas para o reconhecimento do racismo.

---

<sup>163</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

Refletindo sobre esse momento, Lucinha comenta:

Desde essa época, eu precisei fazer um enfrentamento com essa analista de que sim racismo existe, eu vivo isso, não é isso que você está falando, isso que você está falando não tem a ver comigo, o que tem a ver comigo é isso, isso, isso. E dizia explicitamente pra ela, você precisa ler, você precisa entender o que é isso. Demorou um bom tempo nesse embate que a gente vivia, até uma hora que ela disse pra mim: - bom, o que você acha que eu devo ler? Aí ofereci para ela. É interessante, eu tenho a memória visual do papel que eu dei pra ela, com uma série de livros para ela ler. Um dos livros era do Fanon, que eu já tinha lido naquela época. Fanon apareceu no movimento negro na década de 1970. Li, não entendi nada, ficou guardado na gaveta, mas eu sabia que era importante aquilo. E vários livros que eu não lembro agora, só lembro do Fanon, mas eu não tenho o papel que foi datilografado, eu tenho essa memória visual. A partir daí, ela começou a pensar junto comigo. Não era algo muito aprofundado, mas deixou de dizer coisas que normalmente os psicanalistas ainda dizem para situações de racismo e dos efeitos relatados.<sup>164</sup>

Um tempo depois desse período de análise e já formada, Lucinha Silva integrou o Instituto Geledés, entre os anos 1888 e 1992, conforme apresentei no capítulo um. Sua saída do Instituto foi marcada por uma situação delicada, sobre a qual ela pontua:

Esse trabalho foi até 1992, quando eu saí do Geledés numa situação bastante difícil, vivi uma violência institucional, que eu falo no vídeo, foi um processo bastante violento que impactou minha vida durante anos.<sup>165</sup>

O vídeo citado é do canal do Youtube “Psicanalistas que falam”. Na entrevista, ela conta sobre sua trajetória político-profissional e fala dos desdobramentos da sua vida depois da sua saída do instituto: “então, eu comecei a minha virada no campo da psicologia”.<sup>166</sup> Com parte das mulheres que apoiou sua saída do Geledés, criou o grupo Arte Sã, com a proposta de utilizar a arte como estratégia de facilitar a compreensão de processos psíquicos. Trabalharam por um tempo juntas. Nesse momento, Lucinha Silva elaborou o impacto dos processos que estava vivenciando coletivamente:

Esse grupo foi criado por essa dissidência. Havia uma relação natural de liderança e o desejo que eu continuasse exercendo essa liderança. Naquele momento, isso para mim era difícil. Eu achava que ali, naquele momento, todo mundo tinha que poder operar numa forma coletiva e não alguém coordenando o grupo. Então, ele não durou muito, porque eu não tinha disposição, nem condições emocionais de coordenar um grupo, dadas as experiências que eu vivi. E a gente desmanchou. Somos amigas para sempre.

---

<sup>164</sup> *Ibidem.*

<sup>165</sup> *Ibidem.*

<sup>166</sup> *Ibidem.*

É um grupo que se relaciona, embora com mais intimidade, eu me relacione com a Lourdes Araújo.<sup>167</sup>

Enquanto falava, lembrou o momento em que tratava de uma doença autoimune e foi acometida pela síndrome de Stevens-Johnson: grave reação alérgica da pele a medicamentos. Foi uma fase delicada, vivida em 2008, que conseguiu acolher e dar sentido, Lucinha conta a constatação feita por sua analista: “e ela me disse, veja você está doente desde quando viveu aquela experiência, mas ela só se manifestou agora”.<sup>168</sup>

A situação narrada por Lucinha Silva, sobre sua saída do Geledés, revela a urgência de discussão e construção de espaços de cuidado em saúde mental dentro das entidades e coletivos negros, a fim de reconhecer e acolher sofrimento psíquico e comportamentos potencialmente adoecedores oriundos da própria atividade política, decorrentes de disputas e práticas arraigadas nos partidos, movimentos sociais, coletivos, sindicatos, etc. Este é um tema que merece mais atenção por parte das(os) profissionais do campo *psi*, a fim de nos dedicarmos à perspectiva de contribuir com um ativismo que não reproduza lógicas violentas, muitas delas legadas pelo próprio racismo.

Nesse sentido, é indispensável, também nos círculos negros, que afirmemos o reconhecimento mútuo, a valorização da identidade racial e herança ancestral, o pertencimento, o empoderamento e a construção de estratégias de combate ao racismo. É necessário que o cuidado de si e do outro seja inserido numa dimensão política, a fim de, por um lado, resguardar nossas diferenças e construção de processos subjetivos e, por outro, nos ajudar na percepção e na prevenção de fatores de adoecimento e/ou de reprodução de violências.

Tenho escutado na minha clínica cada vez mais relatos de pessoas negras em sofrimento psíquico com sentimentos de autocobrança, sobrecarga, insegurança, sensação de incapacidade, autocritica excessiva, por vivenciar situações de violências nas relações entre colegas negros nos ambientes de trabalho e de ativismo. Isso indica a necessidade da criação de espaços de escuta qualificada para a mediação e promoção de cuidado em saúde mental individual e coletivo, para dar conta dos efeitos psicossociais do racismo em meio a conquistas, pressões, mudanças e o atual cenário de lutas que nós, negros e negras, estamos vivenciando. Ainda que estejamos unidas contra uma violência que nos adocece, precisamos estar atentas para não nos violentarmos em meio as dores da luta.

---

<sup>167</sup> *Ibidem.*

<sup>168</sup> A analista se referiu as repercussões psíquica da saída de Lucinha Silva do Geledés.

O trabalho de Lucinha Silva, no *Construindo Nossa Cumplicidade*, com foco na saúde das ativistas do Instituto Geledés, e sua preocupação em criar um grupo que pudesse refletir sobre os efeitos psicossociais do racismo para a população negra, o AMMA Psique e Negritude, mostram seu pioneirismo nas ações direcionadas às práticas de cuidado e autocuidado em saúde mental voltadas a pessoas negras no Brasil.

Interessante pensar que nesse processo, passados três meses da experiência com o Arte Sã, ela voltou para a análise, dessa vez com uma psicanalista da Abordagem Bioenergética: “Eu tive uma analista maravilhosa que me sustentou, [cujo] trabalho possibilitou a sustentação ao longo dessa crise que aconteceu, e aí eu fui encontrando algumas pessoas”.<sup>169</sup> Foi quando conheceu a psicóloga Marilza de Souza Martins. As duas frequentaram o mesmo espaço de psicologia. Marilza ia para a supervisão enquanto Lucinha ia para sua análise. Foram diversos encontros, regados de muita prosa sobre os assuntos que lhes cercavam, entre estes, o adoecimento psíquico causado pelo racismo e o impacto na qualidade de vida do sujeito negro no Brasil.

Mobilizada por esses encontros e reflexões, amadureceu a ideia que lhe tomava: criar um grupo focado em refletir sobre os efeitos psicossociais do racismo para a população negra. Então, além de Marilza de Souza, convidou a psicóloga Silvia de Sousa (com quem trabalhou no Instituto Geledés) e a psicóloga Ana Maria Silva, sobrinha de Odacir de Matos, seu colega da época do CECAN, e juntas criaram o Grupo AMMA Psique e Negritude.<sup>170</sup>

Durante uma das sessões de análise, Lucinha Silva foi indagada: “Por que você não é uma psicanalista, se você pensa como psicanalista e analisa as coisas a partir da psicanálise?”.<sup>171</sup> Essa pergunta fez com que se desse conta que, mesmo estando em contato com o campo psicanalítico desde 1983, estudando, em análise e trabalhando no consultório sob a supervisão de uma psicanalista, nunca havia se autorizado se afirmar psicanalista. Sobre essa situação ela conclui:

Eu acho que isso é uma reflexão para poder pensar a partir do racismo: como ele é tão impactante na nossa vida, que têm coisas que a gente só pode pensar a partir de um alerta dessa natureza, ou então a partir de um processo analítico que possibilita você inclusive se dar conta que, desde 1983, eu estou em contato com a psicanálise, lendo coisa da psicanálise no meu consultório e nunca tinha me colocado a pergunta: por que

---

<sup>169</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

<sup>170</sup> “Odacir de Matos foi o primeiro jornalista negro que fez uma reportagem pra uma revista que não existe mais que era Manchete, uma experiência na rua como o racismo se materializava, tenho essa revista até hoje, muito bonita eu era muito amiga dele”. *Ibidem*.

<sup>171</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

que eu não sou psicanalista? Ou vou ser uma psicanalista? É algo no campo da autorização. A psicanálise vai explicar isso muito bem. E foi impactante quando ela me fez essa pergunta, ela disse: - por que você nunca pensou nisso? E eu não tive resposta. Nós fomos construindo essa resposta juntas. E eu disse pra ela: - tá, então por onde eu começo? Como se eu não já tivesse começado há muito tempo.<sup>172</sup>

Portanto, mesmo com sua inserção e trajetória no campo psicanalítico e ainda tendo realizado trinta anos de análise, ela teve dificuldade de autorizar-se. A partir da indagação feita por sua analista, decidiu, ainda em 2008, candidatar-se à formação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBP-SP). Na inscrição, conforme critério de seleção, enviou o seu memorial. Já na primeira etapa, veio a decepção por não ter sido aceita.

O meu memorial começa dizendo como um numeral do 110 ao 111 faz muita diferença na vida da gente. 110 foi um cortiço, que desde quando eu cheguei em São Paulo e durante muitos anos, eu vivi com a minha família. Era um cortiço da minha família - primos, primas, tias, não tinha ninguém que não fosse da família. Era um Sobradão e o número do prédio era 110. Nessa época que eu fiz o memorial eu morava no apartamento 111, que fica no bairro do Campos Eliseos, que foi um bairro que morava a nata do modernismo, bairro muito chique. Eu morava em um prédio também construído por um arquiteto famoso, ele é referência na arquitetura e eu morava no 111. Esse prédio era um apartamento por andar, então eu fazia essa ligação no meu memorial entre o que separa esse 1, o que separa o 110 do 111 e conto da minha caminhada. E eu não fui, óbvio, não fui aprovada, não é dito por que você não é aprovada, mas ali eu conto concretamente que eu sou negra vinda do cortiço. Então, isso não é uma história valorizada pela instituição. Meu analista hoje fala: - que bom você não foi, porque talvez você não desse conta de ficar porque já era uma ativista e intervinha, ou ia ficar num lugar a fim de adquirir uma nomeação vivendo violência institucional.<sup>173</sup>

Enquanto contava sobre essa experiência, que nos faz questionar os critérios subjetivos de seleção para a formação em psicanálise nas Sociedades Psicanalíticas, ela constatou que, durante um longo tempo, suas trocas de conhecimento neste meio sempre envolveram pessoas brancas. Ela lembrou que foi somente na década de 1990 que conheceu uma psicanalista negra, a Isildinha Nogueira Baptista:<sup>174</sup> “A gente foi conhecer a Isildinha em 1998, quando ela faz a defesa da tese dela que agora virou livro, e nós com o AMMA, que nasceu em 1995, nós fomos falar com ela, foi a primeira psicanalista negra que a gente conversou e se relaciona até hoje”.<sup>175</sup>

---

<sup>172</sup> *Ibidem.*

<sup>173</sup> *Ibidem.*

<sup>174</sup> Isildinha Nogueira Baptista, é mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Fez sua formação nos *Ateliers de Psychanalyse*, em Paris, com Radmila Zygyourys, uma das fundadoras da instituição. Assim como Lucinha Silva foi entrevistada e contou sobre sua trajetória no projeto do Youtube – *Psicanalistas que falam*; ver mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=bCJgctIJtA>.

<sup>175</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

Isildinha Nogueira defendeu sua tese na Universidade de São Paulo (USP), intitulada “Significações do corpo negro”, orientada pela filósofa Iray Carone. No mestrado, teve a oportunidade de ir para a França e, sob a orientação da psicanalista Suely Rolnik, fez um estágio em *Bonneuil-sur-Marne*, escola experimental para crianças e adolescentes com problemas de ordem psíquica. Ela conta um pouco dessa experiência na publicação da sua tese, lançada duas décadas depois, no ano de 2021, pela editora Perspectiva na coleção *Palavras negras*. Nessa versão, ela pôde colocar o título completo como havia pensado na época, mas que foi retirado por medo da polêmica que causaria no meio psicanalítico — *A cor do inconsciente: Significações do corpo negro*. O livro conta com o prefácio do antropólogo Kabengele Munanga. Ele detalha mais sobre a obra:

O trabalho foi concluído e defendido em 1998, ou seja, 23 anos antes de sua publicação e cerca de três anos antes do início do debate nacional sobre as cotas e políticas de ações afirmativas para o acesso dos não-brancos nas universidades públicas brasileiras. Com a conquista das políticas afirmativas poder-se-ia indagar se as conclusões dos resultados da pesquisa não estariam superadas. Para mim, as conclusões se mantêm como se ela fosse realizada hoje, pois trata de um processo complexo do inconsciente cujo controle não temos. O fato de haver uma certa mobilidade social que ainda não é representativa, o fato de militarmos nos movimentos sociais e de lutarmos por uma educação multicultural que integra a história e a identidade do negro não nos libertou totalmente das imagens e representações negativas do branco sobre o negro, apesar de nossa consciência política. E o mais importante é ter consciência deles e dos desafios que nos apresentam e buscar os caminhos para desconstruí-los e construir novas imagens e novas narrativas positivas. Como? Creio que não pertence à psicanálise oferecer as receitas prontas a partir dos casos clínicos individuais. Mas ela oferece sua contribuição ao apontar as dificuldades e os desafios, estabelecendo diálogos com outras disciplinas humanas para não esfacelar o sujeito negro nas múltiplas facetas que deveriam convergir para sua libertação. Vistos desse ângulo, os resultados da pesquisa de Isildinha Baptista Nogueira não falam do negro de 23 anos atrás, e sim do negro de hoje e de amanhã, apesar de terem levado tempo para chegar ao prelo. Por que demorou tanto a publicação deste livro, resultado de uma pesquisa original, inovadora e enriquecedora? Pergunta delicada cuja resposta possível só viria da própria autora, que sabemos é psicanalista. O mais importante se deu, pois melhor tarde que nunca, e nossa esperança foi contemplada satisfatoriamente. Até onde vai minha informação, não conheço uma pesquisa feita com esse enfoque nas poucas teses e livros publicados na área de psicologia e psicanálise no Brasil.<sup>176</sup>

Isildinha Baptista Nogueira, assim como Lélia Gonzalez, é uma intelectual negra que abordou a partir do referencial laciano as marcas psíquicas do racismo no negro no Brasil.<sup>177</sup>

---

<sup>176</sup> Isildinha Nogueira Baptista. *A cor do inconsciente: Significações do corpo negro*. Perspectiva; 1ª edição, 2021. p. 28-29.

<sup>177</sup> A psicanálise laciana é uma abordagem teórico-prática desenvolvida pelo francês Jacques Lacan. A partir da revisão aos fundamentos de Sigmund Freud, se propõe analisar a realidade psíquica através de conceitos como o simbólico, o real e o imaginário. Lacan evidência em seus trabalhos a importância do desejo e do inconsciente estruturado como linguagem. Ver mais em: Vladimir Sofatle, *Folha Explica Lacan*. São Paulo : Publifolha, 2007.

Ela vai além da ideia de introjeção na identificação com o opressor, e da questão da negritude enquanto fenômeno social do racismo, discutindo como essa realidade histórico-político-social impactaria nas configurações psíquicas no processo do indivíduo negro constituir-se como sujeito. Ainda, busca explicar os aspectos psíquicos que delineiam a subjetividade dos sujeitos negros, através do instrumental psicanalítico.<sup>178</sup>

Foi através desse contato com Isildinha Baptista, que Lucinha Silva conheceu o trabalho da psicanalista Neusa Santos Sousa. Assim como Jesus Moura contou, até então não se sabia de psicólogas(os) negras(os) que estivessem pautando o debate racial. As(os) profissionais não se conheciam, nem conheciam a atuação umas das outras.

Essa história também conto no livro da Neusa, a gente não tinha psicólogos negros, tinha um aqui outro ali e ninguém se conhecia. Quando o AMMA surge é a primeira instituição no campo do movimento negro com a tarefa de pensar os efeitos psíquicos do racismo. O livro da Neusa Santos nasce em 1983. Eu estava entrando na universidade praticamente, e ela era do Rio de Janeiro. Na minha análise é que ficou circunscrito no Rio de Janeiro e algumas pessoas foram lendo, mas ela começou a aparecer mesmo na década de 1990. Eu conheço a Neusa Santos concretamente depois que eu conheci a Isildinha, e com as leituras você vai vendo as referências e você vai buscando. E vou fazendo um caminho juntando uma leitura política sobre os efeitos do racismo no nosso próprio corpo, na nossa vida com a sociedade, questionando.<sup>179</sup>

Seguindo ainda a trajetória de Lucinha Silva enquanto psicanalista, no ano de 2017, ela organiza com as psicanalistas Noemi Moritz Kon e Cristiane Curi Abud, o livro *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. Foi o primeiro livro de uma instituição psicanalítica<sup>180</sup> que se propôs a ser uma ferramenta de compreensão e enfrentamento ao racismo. A organização da obra surgiu de uma situação de racismo — bem constrangedora — que se deu no curso de Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma, no Instituto Sedes Sapientiae. A psicanalista Noemi Kon conta na apresentação do livro sobre a angústia que a acompanhou depois do ocorrido. No momento, atuava como docente que estava manejando a aula no grupo. Após a situação e tentativas didáticas de contornar as implicações denunciadas por Lucinha Silva, ela narra os desdobramentos:

Certo dia, Maria Lúcia propôs organizarmos, pelo Departamento de Psicanálise, um evento sobre o racismo antinegro no Brasil. Aquela altura, eu ocupava a posição de articuladora da Área de Eventos no Conselho de Direção do Departamento de

---

<sup>178</sup> *Ibidem*.

<sup>179</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa. Lucinha se refere ao prefácio que escreveu para a 2ª reimpressão do livro da Neusa Santos Souza. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar. 171p. 2021.

<sup>180</sup> Organizado pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Psicanálise e foi a ele que me dirigi, levando a ideia. Este a recebeu positivamente, reconhecendo a importância inovadora do evento e a pertinência do tema, que apresentava afinidades inequívocas com a vocação e com o posicionamento político do Instituto Sedes Sapientiae e também com a história do próprio Departamento de Psicanálise e se decidiu por sustentar, inclusive financeiramente a sua realização. Custear em grande parte o evento significava, sabíamos, abrir oportunidade para que ele pudesse atrair grupos da sociedade – militantes do movimento negro e de outros movimentos sociais – que não participam, comumente, das atividades do Departamento de Psicanálise, significava abrir o diálogo com uma parcela da população que pouco nos conhecia e que pouco conhecíamos.<sup>181</sup>

A presença de Lucinha Silva possibilitou reflexões a partir de vivências de Sociodrama,<sup>182</sup> de conferências, debates, e o livro foi publicado com o mesmo título do evento. Em um dos capítulos ela destaca:

É preciso a inauguração de uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades. Para tanto, também é preciso romper com o silenciamento.<sup>183</sup>

E citando a coletânea poética “Ogum’s toques negros”, organizada por Mel Adún, Guellwaar Adún e Alex Ratts, ela finaliza:

O Silêncio  
fere  
afasta  
arde  
corta  
esmaga  
oprime  
desgasta  
sangra  
grita...  
grita...  
ai... o silêncio, faz um barulho imenso!<sup>184</sup>

Portanto, vemos que, no campo psicanalítico, assim como na área da psicologia, se perpetua, na maioria das instituições, a omissão e/ou o silenciamento sobre a história do negro

---

<sup>181</sup> Cristiane Curi Abud, Noemi Moritz Kon e Maria Lucia da Silva (org). *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise*. 1ªed.(2017) p.24.

<sup>182</sup> Sociodrama assim como o Psicodrama são técnicas de intervenção pedagógica e terapêutica dirigida à mudança de comportamento nos grupos, é uma peça dramática em que vários indivíduos encenam papéis designados com o propósito de estudar e remediar problemas em relacionamentos grupais ou coletivos. Foi desenvolvida por Jacob Levy Moreno, nos EUA, nos anos 30 do século XX médico humanista que tinha como foco nos seus trabalhos a transformação social.

<sup>183</sup> Cristiane Curi Abud, Noemi Moritz Kon e Maria Lucia da Silva (org). *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise*. 1ªed.(2017) , p.87.

<sup>184</sup> *Ibidem*.

no Brasil e sobre os debates acerca da branquitude e do racismo. Vê-se a importância da presença de ativistas e profissionais negras(os) que não compactuaram com o silêncio, que pautaram e chamaram atenção para a dificuldade e/ou desinteresse que estes espaços de maioria branca têm em mobilizar o assunto, este posicionamento acaba por contribuir para a manutenção do privilégio branco e para práticas racistas.

#### **2.4 JESUS MOURA NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA**

No ano de 2002, houve mais uma reunião da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH-CFP) para definir qual seria o tema da campanha do triênio. Estas têm como objetivo “mobilizar os conselhos regionais a partir de um tema que possibilite discussões e intervenções na defesa dos direitos humanos”.<sup>185</sup> Em reunião com profissionais do Conselho de Psicologia de Pernambuco, Jesus Moura foi escolhida para representar a Comissão de Direitos Humanos da Região e defender como tema norteador o debate sobre raça e racismo.<sup>186</sup>

A reunião foi realizada em Brasília, na sede do Conselho Federal de Psicologia. Estavam compondo a Comissão Nacional de Direitos Humanos, na época, as(os) psicólogas(os) Marcus Vinícius de Oliveira Silva (como conselheiro presidente), Paulo Roberto Martins Maldos (CFP), Genaro Ieno Neto (PB), Heliana de Barros Conde Rodrigues (RJ), Leôncio Camino (PB), Pedrinho Guareschi (RS) e a Deputada Maria do Carmo Lara (PT/MG).

Vale ressaltar que as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais de Psicologia (CDH-CRP's) foram criadas em 1998, ano subsequente à criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Seu principal idealizador foi o ativista e psicólogo Marcus Vinícius Oliveira da Silva,<sup>187</sup> conhecido como Marcus Matraga. A CDH-CFP tem como objetivos a participação ativa na luta pela garantia dos direitos humanos na sociedade brasileira; a mobilização da categoria na defesa dos direitos humanos

---

<sup>185</sup> Disponível em:< <https://site.cfp.org.br>>. Acesso em: maio de 2023.

<sup>186</sup> Também se nomeia os conselhos regionais pelo número da região, o Distrito Federal é o CRP-01 de 1ª região, Pernambuco é o CRP-02.

<sup>187</sup> Marcus Matraga é um dos pioneiros na luta pela reforma antimanicomial e criação dos Centros de Atenção Psicossocial, os CAPS na Bahia. Fez parte da gestão do Conselho Regional de Minas Gerais (1986), do Conselho Federal de Psicologia (1988, 1992-1995, 1997-2001, 2004-2007), onde foi responsável pela criação da Comissão de Direitos Humanos-CFP (1997) e do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2006). Ver mais em:< <https://site.cfp.org.br/4-2-marcus-vinicius-matraga-um-legado-que-projeta-o-presente-e-o-futuro/>>; Memorial Matraga.< <https://www.memorialmatraga.com.br/>>.

como um desafio permanente na prática; o ensino e a pesquisa das(os) profissionais de psicologia; o apoio e a solidariedade aos movimentos nacionais e internacionais de direitos humanos, entre outros.<sup>188</sup> Uma das metodologias utilizadas para o alcance das metas é a promoção de campanhas trienais.<sup>189</sup>

No ano de 2023, sete anos se completaram desde que Marcus Matruga fora assassinado. O crime ocorreu no momento em que atuava em defesa de territórios indígenas, em Pirajuiá – distrito do município de Jaguaripe-BA. Matruga foi professor adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), defensor dos Direitos Humanos, cumprindo um papel importantíssimo para a psicologia brasileira.

Na reunião da CDH-CFP, após as apresentações e defesa por parte de cada representante dos conselhos regionais e da análise geral sobre a relevância das propostas para o contexto nacional no enfrentamento às violações de direitos e implicações nos processos de produção de sofrimento psíquico, se deu a escolha do tema. Jesus Moura narra:

E aí quando termina essa reunião a gente vai para o almoço e Marcus chega junto de mim e diz: - olhe foi muito boa, aproveite e faz o *lobby* agora na hora do almoço. E aí, eu não sabia o que era fazer o *lobby*, que era falar com essas pessoas, explicar que era importante e tal. Eu sempre fui tímida apesar de não parecer, mas aí eu fui, a gente foi almoçar em um shopping ao lado de onde era o Conselho na época e enquanto a gente conversava eu retomei o assunto. Aí na volta da tarde, foi feita uma rodada para fechar e ficou entre a questão racial e a questão do sistema prisional. Na época estava começando a ferver a questão sobre o sistema prisional, mas, no fim, fechou a questão racial. É aí onde eu entro no Sistema em termos de Federal, porque depois que acabou essa reunião o representante da Gestão do 01, uma pessoa que conhecia bem o Sistema, falou: - por que você não faz uma resolução? Eu: - o que é uma resolução? Ele me explicou, eu falei: - então ótimo, vamos fazer! Se é para orientar a categoria, sim vamos fazer! Aí eu sentei com ele, a gente botou algumas ideias no papel e tal. Aí eu disse: - olhe como tem que ser uma linguagem em base jurídica. Lá em Recife eu tenho o SOS Racismo, e tenho as advogadas lá do SOS Racismo. Eu posso pedir pra elas revisarem isso e botar em uma linguagem correta. A gente falou com a Comissão Nacional, eu vim para o Recife, trouxe essa minuta, essas linhas que a gente tinha traçado. Aqui a gente montou uma minuta junto com as advogadas Rebeca Duarte e Ana Paula Malafaia. E aí o jurídico do Federal também deu uma mexida, porque eles viviam fazendo resolução para o CFP. Então foi a Resolução 018/2002 que saiu no final do ano e que surgiu desse encontro e nesse encontro de comissões surgiu a campanha. Se não me falhe a memória foi Leôncio Caminho quem primeiro elaborou como seria o mote da campanha

---

<sup>188</sup> Cf.: <https://site.cfp.org.br/cfp/comissao-de-direitos-humanos/> .

<sup>189</sup> As campanhas anteriores ao ano de 2002, foram: em 2000 - Medidas de Segurança não pode ser Prisão Perpétua: contra a existência de manicômios judiciários, e em 2001 - Para nossas crianças, nem cadeia nem caixão: pela aplicação integral do Estatuto da criança e adolescente. Ver mais em:< <https://site.cfp.org.br/cfp/comissao-de-direitos-humanos/>>.

*Preconceito racial humilha, humilhação social faz sofrer.* Então foi esse o mote que ficou como tema da campanha.<sup>190</sup>

A campanha *Preconceito racial humilha, humilhação social faz sofrer* foi construída no momento em que Marcus Matraga coordenava a Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP. A proposta apresentada por Jesus Moura foi a primeira que contemplou o debate sobre o racismo no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia. Depois da escolha do mote da campanha nacional, as(os) representantes e os respectivos Conselhos Regionais ficaram responsáveis por mobilizar o tema com a categoria profissional de seus estados. Mas, infelizmente, não foi assim que aconteceu com a mobilização deste tema. O cenário foi de desconhecimento e quase nenhuma iniciativa dos representantes (em sua maioria brancos) em torno do assunto.

Completava-se quarenta anos da regulamentação da profissão e o conselheiro do principal órgão de representação da categoria, Marcus Matraga, fez o seguinte questionamento:<sup>191</sup>

Por que a psicologia brasileira nunca ouviu essa demanda explicitamente formulada pelos movimentos negros, quase como um pedido de socorro, no sentido de colocar o seu saber e a sua prática a serviço da elucidação dos liames que nos aprisionam, como sociedade, nesse covarde e cruel sistema racista dissimulado? Por que a Psicologia nunca se interessou em elucidar os intensos processos de sofrimento mental impostos aos afrodescendentes, em sua experiência de ter que se identificar com uma condição predefinida como negativa ou inferior?<sup>192</sup>

Diante dessa omissão, foi necessária a realização de encontros formativos. Um destes foi o IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, promovido em 23 de agosto de 2002. Na ocasião, as ativistas-psicólogas Lucinha Silva e Cida Bento compuseram os seminários centrados nos debates sobre direitos humanos e subjetividade, a convite da CDH-CFP. Elas abordaram temas como racismo, humilhação social,

---

<sup>190</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa. Segundo a tese “Clínica Psicológica Antirracista: uma nova episteme para a psicologia decolonial”, da psicóloga Maria da Conceição Costa, foi o psicólogo do CRP-DF, Edmar Carrusca quem colaborou com Jesus Moura para a idealização da Resolução nº018/2002. Cf. Maria da Conceição Costa. *Clínica Psicológica Antirracista: uma nova episteme para a psicologia decolonial*. Tese de doutorado. UNICAP, 2022.

<sup>191</sup> O Conselho Federal de Psicologia – CFP é uma autarquia de direito público, com autonomia administrativa e financeira, criada pela Lei no. 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977, órgão central do Sistema Conselhos de Psicologia, com a finalidade essencial de normatizar e fiscalizar o exercício profissional e trabalhar para a melhoria do aperfeiçoamento técnico dos psicólogos.

<sup>192</sup> Marcus Vinícius de Oliveira Silva. Psicologia, Subjetividade e relações raciais no Brasil. In: Ana Mercês Bahia Bock (org.) *Psicologia e Compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 99.

a luta pela garantia de direitos, sob a ótica epistemológica, ética e ideológica. Jesus Moura contou sobre a falta de ação dos representantes da categoria profissional:

Eram para os regionais passarem um ano fazendo debates e ninguém fez nada. Quando foi no início de 2003 a gente percebeu que só Pernambuco e São Paulo foram os únicos que fizeram coisas falando da questão racial, ou seja, botaram a campanha na rua. A Comissão Nacional faz um novo encontro, me chama e monta uma mesa. Essa mesa foi montada justamente na reunião que teve no ano seguinte com os representantes das Comissões de Direitos Humanos, para motivá-los a fazer a campanha, porque a justificativa deles era: a gente não sabe nada de racismo, a gente não sabe nada desse tema, a gente não conhece o movimento. Então vamos fazer uma discussão sobre o assunto e também sugeri dicas de como o regional podia dar conta daquela campanha. E teve uma mesa comigo, com Maria Lúcia, Leôncio Caminho e Cida Bento, fomos os quatro. Aí a gente dizia: - procurem o movimento da região, discutam, façam eventos. Discutimos sobre racismo, eram praticamente todos representantes brancos e que tinham que levar pros regionais. Foi assim que eles se motivaram e aí no ano seguinte, uma boa parte dos regionais fez alguma coisa em cima da campanha *Preconceito racial humilha, humilhação faz sofrer*. Naquela reunião com representantes dos regionais, eu era a única pessoa negra. Aí veio Lucinha e Cida Bento.<sup>193</sup>



**Figura 8** - IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, em 2002. Acervo Pessoal de Jesus Moura

Em sua fala no IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos, intitulada “Reflexões sobre a construção psíquica do sujeito negro”, Lucinha Silva ressaltou o momento

---

<sup>193</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

como um marco para a categoria e para os movimentos sociais afro-brasileiros.<sup>194</sup> Ela mostrou a importância do reconhecimento do racismo como produtor de sofrimento psíquico, dos agravos à saúde mental da população negra, e comentou sobre a responsabilidade das(os) profissionais de encontrar caminhos para a erradicação destes efeitos. Sobre a constituição psíquica do negro, ela afirma:

A psicanálise diz que o sujeito se constitui no olhar do outro e que é através do outro que nos reconhecemos como indivíduos. Penso que é importante começarmos a nos perguntar dos diferentes olhares que são dirigidos para o/a negro/a, ou de como ele não é olhado. Vive-se uma contradição: por um lado vivências ameaçadoras dos diferentes olhares a que está sujeito no seu dia-a-dia; por outro, vive também um processo de invisibilidade que faz com que não seja reconhecido naquilo que é, em suas habilidades e potencialidades, naquilo de humano que todos têm.<sup>195</sup>

Durante o mesmo evento, Jesus Moura ressaltou em seu discurso o alcance nacional de um tema que não é de responsabilidade apenas de ativistas, nem somente da população negra, e destacou sua preocupação com as entidades formadoras:

Que profissional está sendo formado? É preciso ampliar esses olhares nos cursos de psicologia. Eu ensino numa faculdade particular e tenho provocado essa discussão com alunos e professores. Mas sou uma em meio a um grupo que não acha relevante pensar sobre essa temática para a formação de psicólogos/as. “Isso é coisa do movimento, isso é coisa de vocês”, disse uma professora. É muito difícil, mas precisamos provocar e ter uma ação positiva para modificar e ampliar essa discussão nos espaços de formação.<sup>196</sup>

Em meio ao desafio de inserir a pauta racial na categoria profissional, as articulações coletivas realizadas levaram ao reconhecimento do racismo na área da psicologia. Depois da escolha do tema da campanha trienal, ainda nas reuniões da Comissão de Direitos Humanos do CFP, foi sugerida também a elaboração de uma norma jurídica a fim de regular a atuação da categoria frente ao preconceito racial. Jesus Moura conduziu a criação da Resolução CFP nº

---

<sup>194</sup> Na IV Reunião Nacional das Comissões de Direitos Humanos foi realizado o IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos Psicologia, em 23 de agosto de 2002, pelo Conselho Federal Psicologia. O livro *Psicologia e Direitos humanos: subjetividade e exclusão* é uma publicação do IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos com as exposições orais e artigos centrado no debate sobre os Direitos Humanos e subjetividade, abordando temas como racismo, humilhação social e a luta pela garantia de direitos, com discussões sob a ótica epistemológica, ética e ideologia. Marcus Vinícius de Oliveira Silva (coord.). *Psicologia e Direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

<sup>195</sup> Maria Lúcia da Silva. IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos Psicologia. *In*: Marcus Vinícius de Oliveira Silva (coord.). *Psicologia e Direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004, p. 221.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 229.

018/2002 do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial:

Considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; o art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988; os artigos VI e VII dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos; o art. 27 do Código de Ética do Psicólogo; considerando que o preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer e a decisão tomada na reunião plenária do dia 19 de dezembro de 2002, este documento resolve que: Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo. Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia. Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo. Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial. Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias. Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial. Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.<sup>197</sup>

Todo o processo denunciou a postura de um campo que se eximia, enquanto ciência e profissão, da responsabilidade ética de refletir sobre as desigualdades raciais e os impactos do racismo na psique da população negra, deixando de reconhecer os processos de subjetivação dos indivíduos em uma sociedade estruturalmente racista e constituída pela experiência da diáspora africana forçada pela escravização. A campanha e a Resolução CFP nº 018/2002, articuladas por Jesus Moura no Sistema Conselhos de Psicologia em diálogo com intelectuais negras(os), como Lucinha Silva, Cida Bento, Isildinha Baptista e Kabengele Munanga, possibilitaram sustentar propostas da luta antirracista entre a categoria profissional. Esse embate mudou o cenário do campo *psi* e, ainda, colocou em destaque a importância da presença de ativistas e profissionais negros para que se reconheça o racismo.

É importante notar que a conjuntura político-social do período caminhava ao lado dos avanços das lutas protagonizadas pelo movimento negro na sociedade. Entre elas, a criação de ações afirmativas para ingresso de pessoas pretas, pardas ou de origem indígena em cursos superiores de universidades públicas e em concursos públicos para órgãos e empresas da administração pública federal. As primeiras instituições de ensino públicas a adotar o sistema

---

<sup>197</sup> Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF). Acesso em: maio de 2023.

de cotas foram a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2002, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2003, e a Universidade de Brasília (UnB), em 2004.<sup>198</sup>

Com a entrada de estudantes negras(os) nas universidades, a partir da política de cotas raciais, o cenário do ensino superior começou a mudar e, por conseguinte, houve um aumento do número de psicólogas(os) e psicanalistas negras(os) ocupando espaços ligados ao campo *psi*, atuando na clínica, no sistema público de saúde, entre outras instituições. Nota-se também o aumento na criação de grupos de trabalhos e coletivos negros em instituições de ensino públicas e privadas, bem como o crescimento de pesquisas científicas e eventos com o tema das relações raciais e racismo; e a criação das Comissões de Relações Étnico-Raciais no Sistema Conselhos.<sup>199</sup> No ano de 2007, foi criado o Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR) em Salvador-Bahia, com o objetivo de ser um ponto de referência para psicólogas(os) na construção de um olhar crítico diante de temas como negritude, branquitude, questões indígenas e miscigenação das etnias. O grupo produziu o *Guia de Referências em Psicologia e Relações Raciais*<sup>200</sup> no ano de 2010, além de realizar atividades em parceria com o movimento social negro da cidade.<sup>201</sup>

Portanto, as ações realizadas por Lucinha Silva e Jesus Moura estiveram alinhadas às agendas do ativismo social negro.<sup>202</sup> Suas incidências políticas enquanto ativistas-psicólogas no campo *psi* provocaram discussões sobre garantia de direitos, promoção e prevenção da saúde mental da população negra. O Sistema Conselhos passou a ser um dos equipamentos utilizados para assegurar a inclusão e discussão dessa agenda política com responsabilidade ético-política,

---

<sup>198</sup> Sobre a lei de cotas ver mais em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/cotas-10-anos-uma-revolucao-nas-universidades-brasileiras/>. E em Iara Andrade de Oliveira, Luciana Maria Maia e Tiago Jessé Souza Lima. (2020). Cotas raciais na universidade: uma revisão integrativa da psicologia brasileira. *Revista Subjetividades*, 20, (1-12) p. 3. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/e9337/pdf>>. Acesso em: julho de 2023

<sup>199</sup> Atualmente é possível encontrar Comissões étnico-raciais nos CRP's de todo o país, assim como coletivos negros formados por estudantes de psicologia nas faculdades e universidades, estes atuam na realização de encontros, eventos e publicações em torno do tema.

<sup>200</sup> Disponível em: <<https://crp03.org.br/midia/guia-de-referencia-psicologia-e-relacoes-raciais/>>. Acesso em: maio de 2023.

<sup>201</sup> A exemplo da Nota de Apoio ao Quilombo Rio dos Macacos, em 2012, e o apoio para a Marcha Internacional contra o Genocídio da Juventude Negra realizada em 29 de agosto de 2016 em Salvador-BA. Cf. Edllamar França, Renan Rocha e Marilda Castelar. Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais do CRP03: Formação Crítica e Engajamento Político. *Revista Brasileira de Psicologia*, 02(núm. esp.), Salvador, Bahia, 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13582478-Grupo-de-trabalho-psicologia-e-relacoes-raciais-do-crp03-formacao-critica-e-engajamento-politico.html>>. Acesso em: maio de 2023.

<sup>202</sup> Nesse contexto, as agendas políticas como: as cotas nas universidades, o Estatuto da Igualdade Racial, a implantação de Secretarias de Promoção da Igualdade Racial, a Lei 10.639 de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira, a Política Nacional de Saúde Integral para a População Negra, são marcos da luta antirracista que apontam para conquistas do ativismo social negro e para os avanços no reconhecimento do racismo e da desigualdade racial no país pelo Estado Brasileiro.

atuando na orientação e fiscalização das práticas profissionais sob o ponto de vista do antirracismo.

Se, nos anos 1970 a 1980, o Sistema Conselhos engajou-se no Movimento de Reforma Sanitária, nos anos de 1980 a 1990, no Movimento da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial e nos anos 1990 instituiu o compromisso social da Psicologia e criou a Comissão de Direitos Humanos no CFP e nos CRPs, foi somente nos anos 2000, com a presença de Jesus Moura, que incorporou a discussão sobre racismo. Desde que a relevância social do tema foi reconhecida, ela tem, em maior ou menor grau, procurado dar-lhe visibilidade.

Nos anos posteriores, Jesus seguiu na Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Pernambuco e representando-a nos eventos nacionais do Sistema Conselhos. Seis anos depois da sua primeira reunião no CFP, em 2008, ela foi convidada para ser uma das Conselheiras integrantes da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, sendo a única psicóloga negra na comissão em diversos períodos.

Antes de Jesus Moura, a mulher negra que ocupou cargo de conselheira no CFP foi Virgínia Leone Bicudo, que integrou a primeira gestão em 1973, como vice-presidente. Depois da entrada de Jesus Moura, a mulher negra que ocupou o cargo de conselheira na CDH-CFP foi Lucinha Silva, na gestão 2011-2013. É possível que outras mulheres negras tenham ocupado cargos de conselheiras em comissões e na plenária do Conselho Federal, porém não se evidenciaram por pautar o debate racial na área.

Percebe-se que a mobilização realizada por profissionais engajados na luta antirracista e na defesa das pautas que dizem respeito a minorias sociais teve impacto na formação da atual gestão 2023-2025. Afinal, é a primeira que apresenta, entre as(os) doze especialistas que compõem o XIX Plenário, profissionais indígenas, pessoas negras, trans e com deficiência. Ou seja, uma composição com representatividade política mais diversa.

Ainda que com avanços — lentos — diante da importância do tema, é possível ver as transformações que estas articulações têm gerado no campo *psi*. No ano de 2017, foi lançada pelo XII Plenário da Gestão 2016-2019 do Conselho Federal de Psicologia, o documento *Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os)*, elaborado no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). O documento contou com a organização e redação final da psicóloga, Eliane Silvia Costa e como colaboradoras(es) Clélia Prestes Zerbini, Elisabete Figueroa dos Santos, Lia Vainer Schucman, Maria Aparecida Silva Bento (Cida Bento), Valter da Mata Filho, Willivane Ferreira de Melo e Maria Lúcia Da Silva (Lucinha Silva). Um dos trechos da referência aponta:

À Psicologia cabe contribuir para o dismantelamento dessa modalidade de dominação. Cabe ao Sistema Conselhos, aos sindicatos da categoria, às universidades de Psicologia e as(os) psicólogas(os) ajudar a pensá-la, a denunciá-la e a colaborar com o desvelamento de mecanismos sociais e subjetivos que a legitimam, o que exige a realização de ações em diferentes âmbitos, todos os possíveis. São práticas a serem realizadas no campo e na cidade, na rua e nos serviços públicos (jurídico, de saúde, de educação, de cultura, de trabalho etc.), no consultório particular, na pesquisa e ao lado do Movimento Negro. Este documento tem como finalidade contribuir para o enfrentamento do racismo, para o delineamento de uma sociedade radicalmente igualitária e, notadamente, dar lastro para que psicólogas(os) em seus diferentes campos de atuação possam reconhecer, pensar e se posicionar diante do racismo.<sup>203</sup>

Após a construção dessa referência técnica, outro momento importante, foi a realização no triênio de 2020-2022, de mais uma campanha, agora com um tema que questiona: *Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?*

A campanha prevê uma série de ações realizadas até dezembro de 2022. Entre elas, vídeos, podcasts, publicações e webinários temáticos. A ideia é contribuir para o aprimoramento do exercício profissional da categoria em seus mais diversos campos, considerando os temas do racismo contra a população negra e indígena, da branquitude e da interseccionalidade de raça, etnia, classe, gênero e deficiência. Além disso, a campanha pretende incitar o debate sobre práticas psicológicas antirracistas, assim como promover reflexões sobre as relações étnico-raciais junto à sociedade, visando contribuir para a superação do racismo em diversos contextos sociais.#VamosConversarSobreRacismo#VamosConversarSobreBranquitude.<sup>204</sup>

Nos marcos da campanha *Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?*, elaborada duas décadas depois da primeira, Jesus Moura atuava na função de conselheira da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP e na Plenária enquanto conselheira suplente, representando a região Nordeste. Durante a pandemia de COVID-19, como atividade da campanha, foi promovido ao longo do ano de 2021, o I Seminário Nacional de Psicologia e Enfrentamento ao Racismo. Este contou com onze aulas de acesso público, cujas gravações foram armazenadas no canal do CFP no *YouTube*. A série foi realizada por convidadas(os) que abordaram a interface da Psicologia nos temas como raça, classe e gênero, colorismo, pertença étnica, branquitude, luta e práticas psicológicas antirracistas. O principal objetivo da atividade

---

<sup>203</sup> Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnbpcjpeglclefindmkaj/https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes\_raciais\_baixa.pdf>; p.17-18. Acesso em: maio de 2023.

<sup>204</sup> Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp/comissao-de-direitos-humanos/campanha/> Acesso em: junho de 2023

“foi contribuir para o exercício dos princípios éticos da profissão no enfrentamento ao racismo, preconceito e à discriminação racial”.<sup>205</sup>

O encerramento das contribuições de Jesus Moura no Sistema Conselhos de Psicologia é assinalado pelo vídeo de chamada para campanha, no ano de 2022. Na ocasião, ela evidencia:

Nesses quase 20 anos, o Sistema Conselhos de Psicologia vem mantendo na sua pauta o tema racial, que envolve o racismo, suas implicações e consequências nos mais diversos passos e área da prática profissional, porém muito se tem ainda a se fazer, a grande parte da categoria desconhece a Resolução 018, grande parte não compreende o que a psicologia tem a ver com isso. A atual comissão de direitos humanos tomou pra si a responsabilidade que foi sugerida pela APAF de criar uma grande campanha nacional: *O racismo está na minha cabeça, ou na sua?* esse é o tema da nossa campanha e assim queremos dialogar com você psicólogas e psicólogos de todo o Brasil, porque precisamos pensar numa prática profissional antirracista ou melhor uma prática profissional verdadeiramente ética.<sup>206</sup>

Comparada com a primeira, essa campanha teve mais alcance entre a categoria profissional e de alguma forma, diante da conjuntura política, econômica e social, ampliou o diálogo com a sociedade no que diz respeito à compreensão do que vem a ser o debate sobre racismo no campo *psi*. A incidência política antirracista realizada na psicologia brasileira provocou mudanças históricas nos espaços ocupados por profissionais negras(os), trouxe reflexões e inovação na práxis e epistemes frente aos debates sobre saúde/saúde mental da população negra e dos impactos psicossociais do racismo na sociedade. Atualmente é possível encontrar, com mais agilidade, profissionais da psicologia e psicanalistas negras(os), assim como há um aumento na busca por estes profissionais com letramento racial.

---

<sup>205</sup> *Ibidem*.

<sup>206</sup> Disponível em :<https://www.youtube.com/watch?v=a7QByZy-sR4> Acesso em: junho de 2023; APAF-Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças; Jesus Moura esteve como conselheira da CDH-CFP nas gestões 2008-2010, 2017-2019, 2020-2022.



## CAPÍTULO 3

### Encontros nas trajetórias: Lucinha Silva e Jesus Moura

Entre as duas psicólogas aconteceram alguns encontros, ocasiões fundamentais para que compreendessem que, não estavam sozinhas nas discussões do tema psicologia e racismo, e que suas ações não estavam restritas a seus territórios, apesar da distância geográfica. Jesus recorda: “Até então era eu e ele, ninguém em Pernambuco, nenhum psicólogo preto, só eu e ele. Até que final dos anos 90 por ali, Lepê me fala que conheceu Maria Lúcia. Não lembro exatamente aonde, mas eles se conheceram, ele me fala dela e fala do AMMA Psique e Negritude”.<sup>207</sup>

O primeiro encontro entre elas foi na ONG Djumbay em Recife. Lucinha complementa: “Ela tá certa eu fui pra Recife pra Djumbay, que é uma organização que existia lá e que eu fui pra fazer uma fala na Djumbay e eu conheço a Jesus. Eu entro em Recife pela Djumbay”.<sup>208</sup>

O segundo encontro foi durante as mobilizações para o lançamento da campanha nacional da Comissão de Direitos Humanos do CFP, em 2002. Lucinha rememora: “Eu lembro da campanha com a Jesus, porque nós duas participamos de um seminário que a gente fez para os conselheiros da Comissão de Direitos Humanos, antes de lançar a campanha”.<sup>209</sup>

---

<sup>207</sup> Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

<sup>208</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

<sup>209</sup> *Ibidem*.



**Figura 9** – Lucinha Silva e Jesus Moura.  
Acervo Pessoal de Jesus Moura

Vemos nestes encontros as confluências<sup>210</sup> em espaços de atuação política que proporcionaram mais explicitamente os ensejos de realização, no ano de 2010, do I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil- I PSINEP. Sobre essa proposta, Lucinha nos conta em entrevista:

Eu acho que têm duas dimensões. Uma dimensão é pessoal, tem a ver comigo especificamente. Em 2005 eu participei de todo o processo da Ashoka Empreendedorismo Social para me candidatar como *fellow* da Ashoka. Nesse processo todo, eu tive que fazer todo um planejamento para os próximos cinco anos. Nesse planejamento uma das minhas proposições era realizar um encontro nacional de psicólogas e psicólogos negros. Isso cinco anos antes. Eu já vislumbrei a necessidade de a gente pensar esse encontro e aí num determinado momento que eu não vou saber como vem, surge um email assinado por Marcus Vinícius e mais algumas pessoas discutindo: - ah a gente precisa fazer um Encontro Nacional! Aí a gente entra e dá *input* ao encontro. Daí faz uma discussão efetiva e começa e dar os passos para o encontro

---

<sup>210</sup> Quando usei a palavra confluência, lembrei-me do pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), ao tratar da contra-colonização trabalha com a noção de confluência, em que na experiência do saber orgânico e política do povo quilombola, existe a convivência entre elementos diferentes entre si e que, ainda assim, se aproximam em suas cosmovisões. Ver mais em: Antônio Bispo dos Santos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

acontecer. Uma das pessoas explicitamente que estava nesse email era o Marcus Vinícius e aí como na época era um homem branco de uma instituição branca, a gente não deixou barato, mesmo porque a gente tinha um plano que era realizar o primeiro encontro que fazia parte do meu projeto como *fellow* da Ashoka para o instituto AMMA, como uma construção coletiva, uma construção interna.<sup>211</sup>

Então, esse e-mail foi o disparador da construção do I PSINEP, que na primeira reunião não contou com a participação ativa de Lucinha Silva, diante da sua condição de saúde fragilizada. Então, quem passou a liderar esse processo junto a ela foi a psicóloga clínica e atual coordenadora do Núcleo de Formação do Instituto AMMA Psique e Negritude, Jussara Dias.<sup>212</sup> Acerca disso, Lucinha relembra:

Eu estava doente na época que surgiu esse email. Quando surgiu o email a gente já começou. Nos posicionamos e chamamos a primeira reunião para realização do I Encontro, quem fez toda a organização dessa primeira reunião foi a Jussara. Foi nessa época que tive uma doença autoimune, havia sido hospitalizada, mas eu já estava em casa, eu estava com a imunidade muito baixa, não podia ter muitos contatos. Então a Jussara foi quem organizou, fez toda articulação, organizou e fez a reunião para a construção do primeiro encontro que aconteceu onde é nosso consultório hoje, que antes era a sede do AMMA.<sup>213</sup>

Na segunda reunião, como ela já se encontrava melhor de saúde, esteve presente. A partir daí foi constituída a comissão organizadora formada por representantes de instituições de movimentos sociais e do Sistema Conselhos. Em meio às lembranças desse momento, ela recorda com carinho da presença e importância da contribuição feita pela ativista e psicóloga Oraida Abreu, para que o I PSINEP acontecesse.

Foi em 2008 a primeira reunião. A Jussara tem todos os documentos. Aí teve a primeira reunião, e eu fui participar só na segunda, que foi o começo da organização do PSINEP. Captação de recursos, montar comissão organizadora, porque esse email foi definidor da comissão organizadora. Começaram as articulações e a gente começou a articular os CRPs pra buscar apoio. Começaram os contatos mais estreitos com o CFP em Brasília. A gente compôs a comissão e fez uma reunião. Formamos a secretaria executiva sob a responsabilidade do AMMA. E aí, a gente começou a trabalhar, CRP SP, CRP BA, CFP, de 2008 a 2010. Foi um trampo, consultório, a instituição. Esse era um pedaço, concretamente [em que] eu fiquei *full time* mesmo. A Clélia foi contratada para ficar na secretaria executiva. Fazia um trabalho de contato e encaminhamento. E aí a gente tinha a Oraida também. Ela foi uma pessoa muito importante, a Oraida era da SEPPIR, fazia parte da Comissão organizadora. Aliás, se não fosse Oraida, a gente não teria feito o

---

<sup>211</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

<sup>212</sup> Jussara Dias, graduou-se em Psicologia pela Universidade São Marcos (1984). Coursou Psicodrama no *Centre International de Psychothérapie Expressive* - CIPE, em Yamachche, Québec (1996). Possui experiência em projetos sociais e dedica-se ao estudo das relações raciais e suas manifestações psicossociais. Atualmente coordena o Núcleo de Formação do Instituto AMMA Psique e Negritude.

<sup>213</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

Encontro, porque todas as reuniões as passagens foram financiadas pela SEPPIR. Ela conseguiu – Oraida, já falecida – fez parte da Comissão.<sup>214</sup>

Oraida Maria Machado de Abreu, mulher negra, atuante no movimento social e na psicologia, tinha mestrado em Ciências Ambientais e de Saúde. Sua dissertação tem o título “A Comunidade Quilombola Mesquita: Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial – Em busca da Equidade”,<sup>215</sup> em seu estudo, ela observou que “embora a comunidade Mesquita fique próxima de grandes centros urbanos, como Brasília e Goiânia, enfrentava os mesmos problemas que outras remanescentes de quilombos: dificuldade de acesso a políticas públicas”. Oraida integrou o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra da Fundação Cultura Palmares (FCP), no Ministério da Cultura (MinC) e atuou na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), como secretária executiva do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Faleceu em 2014 por complicações de um câncer, deixando um legado de ensinamentos sobre a luta por direitos da população negra.<sup>216</sup>

A psicóloga Jesus Moura, no cargo de conselheira da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, se movimentou para assegurar o apoio do Sistema Conselhos para a realização do encontro. Como ela nos conta:

Eu lembro inclusive de quando a gente pensou o I PSINEP e eu levei para a Comissão de Direitos Humanos. A proposta foi muito mal-recebida. As pessoas falavam assim: - mas como um encontro só de pessoas pretas que brancos não podem participar, que horror, como é que pode? E aí, o encontro é para psicólogos negros, para saber quem somos, onde estamos no Brasil todo. A gente quer encontrar todo mundo que está discutindo o tema, que é negro, a gente quer saber o que está se fazendo. Mas como o título é primeiro encontro de psicólogos negros e pesquisadores das relações raciais e subjetividades, significa que psicólogos não-negros, mas que são pesquisadores das relações raciais vão poder participar também. Mesmo assim ficou um negócio chato e tal.<sup>217</sup>

A construção do encontro se deu a partir de representações institucionais. Na comissão organizadora estava o Instituto Silvia Lane, na figura de Marcus Vinícius; o Conselho Federal de Psicologia, representado por Jesus Moura; o CEERT, por Cida Bento; a SEPPIR, por Oraida;

---

<sup>214</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa. SEPPIR-Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial.

<sup>215</sup> Cf. Oraida Maria Machado de Abreu. *Comunidade quilombola mesquita: políticas públicas de promoção da igualdade racial - na busca da equidade*. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

<sup>216</sup> Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/luto-movimento-negro-perde-oraida-abreu/>> Acesso em: agosto de 2023.

<sup>217</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

entre outros, como o Instituto Maria Mulher e alguns Conselhos Regionais. À frente de toda a logística, cuidando dos contatos e encaminhamentos das reuniões, estava o Instituto AMMA Psique e Negritude. Lucinha Silva lembra do fato com um certo incômodo:

No campo da psicologia tinha AMMA e Silva Lanne e no movimento negro tinha CEERT, Maria Mulher... Esses nomes estão na fundação. Outra coisa é quem toca o processo. Efetivamente quem toca o processo, que articula, que capta recurso, que fala, foi o AMMA, que esteve na secretaria do I PSINEP, como instituição, inclusive na captação de recurso, toda captação de recurso. As outras pessoas davam sustentação política, mas, no cotidiano, no fazer, a Clélia que nós convidamos para fazer a secretaria. Então quem fez a secretaria cotidiana foi eu, a Clélia e a Jussara. Tinha uma Comissão organizadora que se reunia a cada três-quatro meses, que era um monte de gente, mas que não estava na construção cotidiana.<sup>218</sup>

Naquele momento, Lucinha Silva no Instituto AMMA Psique e Negritude possibilitava cotidianamente com suas parceiras a construção de um encontro nacional entre psicólogas(os) negras(os), almejado anos atrás. Paralelamente, Jesus Moura movia as estruturas do Sistema Conselhos, realizando os enfrentamentos políticos em constante diálogo com a gestão, no intuito de conseguir apoio para o evento. Jesus dimensiona essa confluência:

Eu e Lucinha já estávamos mais próximas porque a gente começou a gestar essa ideia. Foi muito pelas nossas vontades, mas principalmente de Lucinha, e muito do que está no Sudeste as coisas acontecem mais rápido, as coisas são mais eficientes. Em função disso, ela conseguia pelo Sudeste muito do que a gente não iria conseguir por aqui. Então foi assim que ela, que a gente, foi conseguindo fazer contatos, encontrar pessoas. Eu usando literalmente o Sistema Conselhos e ela mais os contatos. Ela sempre foi uma pessoa super bem relacionada. Foi chamando as pessoas, convidando-as e tal. Eu não conhecia essas pessoas. A gente foi se conhecendo por conta da ANPSINEP. Algumas já me conheciam por causa do Conselho. Eu já vinha participando do CFP. Então, as pessoas me conheciam, mas eu não as conhecia com essa proximidade, a não ser quando a gente foi construir o primeiro PSINEP. Foi incrível, foi fantástico gestar aquele evento, porque a gente teve encontros muito bonitos. Nossos *psis* construindo coisas para nós, para a categoria. Por isso que eu acho que a ANPSINEP hoje tem a força que tem, porque a gente buscou esse caminho de encontrar espaço para que a categoria pudesse se ver, se encontrar e isso não existia até então.<sup>219</sup>

---

<sup>218</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa. Clélia Rosane dos Santos Prestes é doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia Social e Especialista em Psicologia Clínica Psicanalítica pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora do NEPAIDS-USP (Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids). Psicóloga do Instituto AMMA Psique e Negritude. Integra a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP). Experiência em Formação e Consultoria (Mátria - Psicologia e Relações Raciais).

<sup>219</sup> ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores de Relações Raciais. Entrevista cedida por Jesus Moura para esta pesquisa.

O entendimento de Jesus Moura nos diz muito sobre reconhecer a grandiosidade do processo gestado por elas e o que foi estarem envolvidas nas mobilizações que proporcionaram, antes do encontro, a realização de seis eventos preparatórios em diferentes cidades: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Salvador, Brasília e São Paulo. Contou-se com um total de 400 participantes e com transmissão ao vivo em plataformas digitais.

Depois dos eventos preparatórios, aconteceu o I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil – I PSINEP, entre os dias 13 e 15 de outubro de 2010, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. O evento foi um marco para a psicologia brasileira, ao dar visibilidade para a presença de profissionais negras(os) no campo *psi* e, sobretudo, possibilitar a aproximação destes com o diálogo sobre a produção de saberes e práxis alinhadas à luta antirracista, ao debate das relações raciais, das iniquidades em saúde e dos efeitos psicossociais do racismo para a população negra.



**Figura 10-** Registro do I PSINEP (da esquerda para a direita) Lucinha Silva, o psicólogo norte-americano Wade W. Nobles e Jesus Moura, 2010. Acervo Pessoal de Jesus Moura.

O encontro nacional se organizou em três eixos de trabalho: 1. As relações históricas da psicologia com o racismo: a produção de conhecimento, a prática e a formação; 2. Racismo e sofrimento psíquico: desafios para a psicologia e os(as) psicólogos(as); e 3. A configuração do mundo profissional e social para o(a) psicólogo(a) negro(a) no Brasil. Contou com a participação de 200 pessoas de 14 estados brasileiros: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão,

Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, e também com participantes de Angola e Estados Unidos.

Fizeram parte profissionais da psicologia negras(os) e não-negras(os), ativistas do movimento negro, doutoras(es), mestras(es), professoras(es), estudantes e pesquisadoras(es) de relações raciais. Ainda no evento construíram uma carta aberta intitulada *Carta de São Paulo*.

Um dos trechos diz:

Dessa forma, a convocação e a realização deste nosso I PSINEP se insere em um processo de luta e de tomada de consciência da necessidade de organização e mobilização das(os) psicólogas(os) negras(os) e pesquisadoras(es) sobre relações interraciais e subjetividade como um importante recurso político. O objetivo é fazer frente à abissal lacuna que existe entre as necessidades sentidas e a raquítica construção efetivamente disponível, diante das possibilidades de contribuição da psicologia para essa causa, que não é só nossa, mas de todas(os) as(os) psicólogas(os), negras(os) e não-negras(os). Toda a psicologia precisa se responsabilizar pela superação da dívida histórica relacionada com as necessidades da população afrodescendente em nosso país, sobretudo no que diz respeito às intensas cargas de sofrimento historicamente impostas pelo racismo. Não achamos que a superação do racismo seja uma luta de interesse exclusivo do povo negro, sobretudo porque ela envolve a tomada de consciência dos brancos sobre a sua condição de perpetradores, conscientes ou inconscientes, das violências sofridas por todas(os). O racismo representa um desperdício de importantes energias sociais de negras(os) e brancas(os), imobilizadas, cristalizadas, através de práticas sociais que precisam ganhar visibilidade. O enfrentamento que leve à sua superação deve, portanto, interessar e envolver todas(os).

Nós, psicólogas(os) negras(os), trazemos em nossa experiência cotidiana, de mulheres e homens negras(os) que somos, um tipo singular de conhecimento de causa acerca dos impactos do racismo na psique humana. Muitos de nós sabemos dos percursos tortuosos através dos quais resgatamos as nossas identidades, reconstruímos as nossas autoestimas, organizamos recursos simbólicos para compreender que aqueles sofrimentos e vicissitudes, tantas vezes atribuídos a uma condição idiossincrática, revelaram, na verdade, as faces encobertas e silenciadas da nossa pertença étnica.<sup>220</sup>

Construída coletivamente e assinada por profissionais negras(os), a carta explicita a negligência da psicologia brasileira diante dos aspectos subjetivos relacionados ao racismo presente nas dinâmicas institucionais que regem o funcionamento da sociedade, e ressalta os desafios em pautar nos espaços de formação e de prática profissional a interseccionalidade com raça/etnia:

A dificuldade para lidar com essas dimensões recalcadas no inconsciente coletivo brasileiro está relacionada com o fato de o racismo ser, entre nós, uma das mais

---

<sup>220</sup> Carta de São Paulo. São Paulo, 15 de outubro de 2010. Participantes do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil - I PSINEP. In: *Anais do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil*. UNFPA Brazil, 2011. Disponível em: < <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/psinep.pdf> >. Acesso em: dezembro de 2021.

importantes fontes sociais de garantia de privilégios. Por isso, nós, psicólogas(os) negras(os), temos a necessidade de construir um espaço-quilombo que nos reúna e fortaleça, para enfrentar as hegemonias que insistem em negar as nossas especificidades e contribuições como integrantes do povo brasileiro. Temos consciência dos desafios teóricos, epistemológicos, metodológicos e técnicos que esta nossa tomada de posição encerra. Não se espere que nos mantenhamos no terreno das queixas, reclamações ou dos proselitismos ideológicos. Nossa reunião e organização mantiveram-se e continuarão abertas a todas(os) as(os) pesquisadoras(es) comprometidas(os) ético-politicamente com estes desafios, independentemente das suas origens étnicas. Dessa forma, as propostas aqui elencadas, resultado dos intensos e apaixonados diálogos travados nesses dias de encontro, apontam decisivamente para um compromisso de todas(os) as(os) presentes com a construção de uma psicologia efetivamente comprometida com a superação do racismo brasileiro, apontando as especificidades da contribuição da psicologia em relação a este tema.<sup>221</sup>

O documento ressalta o compromisso de psicólogas(os) negras(os) de se aquilombar para realizar os enfrentamentos necessários na desconstrução de hegemonias, que insistem em negar as contribuições e especificidades da população negra no Brasil. Na promessa de construção de um espaço-quilombo, foi criada a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores de Relações Raciais, formada nesse primeiro momento por organizações sociais que participaram da construção do primeiro encontro nacional.

Após o primeiro momento, deu-se a continuidade das ações da ANPSINEP, o II PSINEP aconteceu na Faculdade Franssinett do Recife (FAFIRE), em Pernambuco — faculdade em que Jesus Moura se formou e onde passou a lecionar. Nos dias 1º a 3 de maio de 2014, foi realizado o evento, com o tema: *10 anos de uma resolução invisível*. A proposta era discutir os motivos da negação da existência do racismo por parte da categoria profissional e de questionar os porquês de muitos ainda não conhecerem a Resolução nº 018/2002, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial.

No segundo encontro, tive a honra de participar e apresentar, em uma roda de conversa com estudantes e profissionais da psicologia, um pouco das análises das entrevistas que realizei no meu trabalho de conclusão de curso: “Processos de Subjetivação e Saúde Mental de Mulheres Negras: o impacto do racismo”. Como falei na introdução, foi uma experiência singular e inspiradora, na medida em que pude conhecer as práticas e saberes de colegas negras(os). Tive a compreensão de que havia ali pessoas que pavimentaram um caminho para que eu pudesse produzir algo e contribuir com a coletividade negra, além de me situar e me fazer pertencente à profissão que escolhi. Ao conhecer Jesus Moura, Lucinha Silva, entre outras(os) pesquisadoras(es) negras(os), compreendi que poderia escolher um lugar de atuação

---

<sup>221</sup> *Ibidem*.

com o qual eu me identificasse, e nele, enquanto uma psicóloga negra, não estaria sozinha para pensar minha prática profissional.

As trocas mostraram o quanto eu tinha a apreender sobre saúde mental da população negra e a contribuir para a coletividade e para as lutas antirracistas, a partir da minha formação profissional. O evento foi especial. A conferência de abertura contou com o doutor em antropologia Kabengele Munanga, com a psicanalista Isildinha Baptista, com rodas de conversas, palestras, lançamentos de livros e atividades culturais.

Ainda no processo de construção do segundo encontro, foi deliberado em umas das reuniões que a ANPSINEP não seria mais coordenada por organizações, mas sim por psicólogas(os) negras(os). Lucinha Silva detalha:

Fui para Recife a convite do CRP-PE, [do qual] a Ceixa era presidente. Sentamos, fizemos uma reunião. Deve ter sido 2013. Em 2014, a gente reuniu e fez uma definição da ANPSINEP para deixar de ser uma organização composta por organizações do movimento social. Porque a gente avaliou que não havia organização do movimento que fizesse uma ação exclusivamente no campo da psicologia, com exceção do AMMA. Tinha Maria Mulher que trabalhava o tema da mulher, tinha Cida Bento [CEERT] que era educação, tinha o Instituto Silvia Lane que não tinha nada a ver com questão racial. Então, decidimos fazer uma Assembleia no CNP para transformar a ANPSINEP em uma articulação de profissionais de psicologia e não mais de organizações. Ela passa a ser uma articulação do movimento negro, mas composta por profissionais e estudantes de psicologia. Então 2014 é um marco importante: essa passagem de uma articulação de instituições para uma atuação formada pela categoria. E isso foi feito no âmbito do CNP.<sup>222</sup>

Assim, a Articulação foi delineando sua especificidade e se caracterizando como uma entidade que se assume politicamente como movimento negro, no campo *psi* e na sociedade, ressaltando a importância de se discutir garantia de direitos, cidadania para a população negra, entre outras pautas e ações políticas mobilizadas pela categoria profissional de psicólogas(os).

---

<sup>222</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa. CNP- Congresso Nacional da Psicologia, é onde são definidas as diretrizes de atuação para o Sistema Conselhos. O CNP é a instância máxima que discute e delibera políticas prioritárias para o triênio subsequente, ocorre a cada três anos e é fruto de amplo processo democrático garantido por meio das etapas que ocorrem dentro dos Conselhos Regionais, nas Subsedes ou Seções, com os eventos preparatórios, os pré-congressos e os congressos regionais, findando com a etapa nacional do Congresso que ocorre em Brasília. No Congresso, as(os) delegadas(os) eleitas(os), são responsáveis por debater e aprovar as diretrizes construídas ao longo do processo e informar nacionalmente as posições debatidas. Ver mais em: <<https://site.cfp.org.br/cfp/sistema-conselhos/congresso-nacional-da-psicologia/>>.

### 3.1 A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE PSICÓLOGAS(OS) NEGRAS(OS) E PESQUISADORAS(ES)

Ao posicionar-se como uma articulação do movimento negro formada por uma maioria de psicólogas(os) negras(os), a ANPSINEP provocou internamente às estruturas da categoria profissional, proporcionando avanços no que tange à saúde mental da população negra e à luta antirracista. A coordenação geral da ANPSINEP passou a ser liderada por Lucinha Silva, sempre em parceria com ativistas negras(os), pesquisadoras(es) e profissionais de diversos estados. Com a mudança na coordenação nacional, no ano de 2014, a Articulação diminuiu suas atividades externas e passou a trabalhar para expandir-se através da criação de núcleos regionais e estaduais.



**Figura 11-** Atividade da ANPSINEP com a presença de Jesus Moura. Acervo Pessoal de Jesus Moura

A instalação de núcleos estaduais e distrital tem como finalidade concretizar a ideia de um espaço-quilombo de âmbito nacional para garantir ações de inclusão do debate sobre racismo, relações raciais no Brasil e suas implicações na agenda da psicologia brasileira. Um dos núcleos da ANPSINEP foi lançado em 2016 no Distrito Federal, cuja coordenação integrei como membra suplente.

No dia 1º de setembro de 2016, tomaram posse no núcleo DF Igo Gabriel Ribeiro,<sup>223</sup> coordenador da ANPSINEP núcleo DF, Marizete Gouveia Damasceno, vice coordenadora e, como membros suplentes, eu (Fernanda Pinheiro), Sandra Leal Malaquias e Vinicius Dias. A cerimônia de posse ocorreu no Centro de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB), com a realização de um seminário e a nomeação da coordenação da ANPSINEP/DF. O ato foi acompanhado pela coordenadora da ANPSINEP da região Centro-Oeste, a psicóloga Márcia Maria da Silva, pela presidenta do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Mariza Borges, e por professoras(es), pesquisadoras(es) e estudantes da UnB. No total, haviam aproximadamente 200 (duzentas) pessoas presentes no evento. Nomeado coordenador, o psicólogo Igo Ribeiro destacou a importância da criação dos núcleos:

O desafio principal é articular psicólogas(os) negras(os) e comprometê-las(os) na luta antirracista para fortalecer a ANPSINEP em todo o território nacional. O racismo atravessa nosso cotidiano profissional de atuação, além do dia a dia, onde a população negra sofre os efeitos psicossociais e subjetivos do racismo. Temos que investir em formação permanente e qualificar o debate. Estabelecer uma representatividade, saber quem são esses psicólogos(as) negros(as) para indicá-los(as) para a população negra, quando são solicitados. Também precisaremos fazer frente ao desmonte que ocorre no país, por parte do novo governo federal. Precisamos dar uma resposta para superar o racismo e essas iniquidades sociais.<sup>224</sup>

Assim o espaço-quilombo se estabeleceu em todas as regiões do país por meio da nomeação de coordenadoras(es) regionais que assumiam o compromisso de estabelecer núcleos nos estados e no Distrito Federal, visando reunir profissionais negras(os) de todo o país e ampliar sua atuação política. Lucinha Silva reforça a importância da expansão em âmbito nacional da Articulação:

A presença da ANPSINEP em todas as regiões do país hoje é um fato, assim como o reconhecimento, dos movimentos sociais, de seu papel no enfrentamento ao racismo no campo da saúde mental e nos órgãos de representação da categoria, se fazendo presente em diversos fóruns de discussão sobre psicologia e relações raciais. Sua força reside na consolidação dos Núcleos Regionais como instâncias organizativas que facilitam tratar tanto das questões relativas ao exercício profissional quanto das questões de saúde mental que afetam o cotidiano das pessoas que habitam determinado território.<sup>225</sup>

---

<sup>223</sup> O psicólogo Igo Ribeiro atualmente integra a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) - ANPSINEP e o Instituto Amma Psique e Negritude na condição de coordenador executivo.

<sup>224</sup> Entrevista cedida por Igo Ribeiro em setembro de 2016 para o Conselho Federal de Psicologia.. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/psicologas-os-negras-os-fortalecem-luta-nacional-de-combate-ao-racismo/>> Acesso em: agosto de 2023.

<sup>225</sup> Maria Lúcia da Silva e Maria Ondina da Silva Peruzzo. *Revista da ABPN* • v. 12, n. Ed. Especial –Caderno Temático: “III ANPSINEP -Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es” • outubro de 2020, p. 156. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1115> . Acesso em: agosto de 2023.

Após o trabalho coletivo de expandir a ANPSINEP, Lucinha Silva começa a projetar o III Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores sobre Relações Raciais e Subjetividade no Brasil (III PSINEP), a ser realizado no ano de 2020 em Goiânia-GO. Infelizmente, esse foi o momento em que começaram a ser confirmados os primeiros casos de COVID-19 no país, o que impossibilitou a realização do evento.

E aí em 2020 quando a gente se prepara, eu já tinha orçamento, já tinha praticamente o encontro pronto, vem a pandemia e com a pandemia o que a gente fez? A louca aqui de pedra resolve... Perguntei para Jesus: - estava pensando na realização de uma campanha, você acha que é muita loucura da minha parte? Ela fala: - não, vamos lá! E a gente faz a campanha *Saúde Mental da População negra importa!* Essa campanha deu corpo, retoma a vida da ANPSINEP e a gente faz uma campanha que é importante, que foi um esforço feito coletivamente.<sup>226</sup>

Entre agosto e setembro de 2020, em meio à pandemia do coronavírus, com o tema *Saúde Mental da População negra importa*, foram realizados seminários e debates com o propósito de visibilizar a importância de pensar o cuidado em saúde mental dessa população, por meio de plataformas de transmissão ao vivo e de videoconferências. A campanha contou com o apoio de artistas famosos como Gaby Amarantos, Leci Brandão, Lazzo Matumbi, Lia de Itamaracá, entre outros que, por meio de vídeos, reforçaram a importância da proposta da ANPSINEP.

Durante a campanha, foi lançado o *Manifesto em Defesa de uma Psicologia comprometida com a Saúde Mental da População Negra*, documento assinado por mais de 200 instituições, entre elas organizações da sociedade civil, faculdades, associações do campo *psi*, conselhos regionais, sindicatos, coletivos, entre outras que apoiaram e contribuíram para que a campanha tivesse amplo alcance. Um dos trechos ressalta:

Para os profissionais da psicologia, o mês de agosto é marcado pelo Dia da(o) Psicóloga(o), comemorado no dia 27, em referência à data de regulamentação da profissão a partir da Lei nº 4.119/1962. A reorganização do Sistema Conselhos de Psicologia ocorreu nas últimas décadas, visando uma prática ampliada, democrática e ética da psicologia, quando o debate se deslocou da ética para a epistemologia e, conseqüentemente, para técnicas ou manejos mais condizentes com a realidade social brasileira e com as novas demandas, tendo sua síntese máxima no projeto de Compromisso Social da Ciência e Profissão. É nesse bojo que o tema das relações raciais ganhou escopo com vias de descolonizar a psicologia. Ainda assim, não foi necessariamente absorvida pelos agentes e centros hegemônicos de formação.

Neste ano, a profissão, como a maioria das categorias profissionais, deve enfrentar o debate sobre a crise econômica e social, política e democrática, as precárias condições de trabalho e atuação diante da pandemia e suas conseqüências. A crise

---

<sup>226</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

econômica e social atinge prioritariamente a população negra. A psicologia está sendo convocada a fazer uma escolha neste momento histórico e, para tanto, precisa estar atenta às demandas da realidade brasileira que passa mais uma vez por um momento de ataque a democracia e o corrente genocídio da população negra.<sup>227</sup>

O manifesto chama atenção para o momento histórico de retrocessos que estávamos vivenciando com a ascensão de lideranças autoritárias de extrema direita no país. Além de atrasos democráticos com diversas implicações políticas, econômicas e sociais, presenciamos o aumento das condições de vulnerabilidade às quais estava submetida a população negra junto aos avanços da pandemia de COVID-19.

Para a maioria dessa população, não foi possível aderir aos protocolos de isolamento e distanciamento social, como mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2023, com 47,3%, do percentual de brasileiros(as) trabalhadores(as) pretos(as) e pardos(as) em ocupações informais, enquanto entre os trabalhadores(as) brancos(as) é de 34,6%. A soma comprova o desamparo agravado desde março de 2020, com aumento de internações e óbitos por COVID-19 entre faxineiras(os) e auxiliares de limpeza (62%); aposentados(as) (30%); empregadas domésticas (6,5%); diaristas e cozinheiras(os) (6,5%); técnicos e profissionais de saúde de nível médio (0,3%); vendedores (as) (0,3%); caminhoneiros (0,3%); entregadores de mercadorias (0,3%); auxiliares de produção (0,3%); e outros (0,3%).<sup>228</sup>

A chegada da vacina no Brasil se deu apenas em dezembro de 2020, em meio a movimentos de negacionismo sobre a gravidade da doença, contra as medidas de proteção e prevenção, e antivacina. Foram mais de 707.470 mil mortes pela doença no Brasil desde o início da pandemia do novo coronavírus.<sup>229</sup> Diante desta conjuntura, a campanha da Articulação ressaltou a necessidade de mais atenção e responsabilidade dos profissionais de psicologia com relação às condições de um grupo racial que tem, historicamente, sua atenção à saúde mental negligenciada pelo Estado e pela psicologia brasileira, no que diz respeito aos efeitos psicossociais do racismo. Ainda no manifesto é dito:

---

<sup>227</sup> Manifesto em Defesa de uma Psicologia comprometida com a Saúde Mental da População Negra. Disponível em: < <https://www.instagram.com/ansinep/>>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>228</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD/Covid19 [Internet]. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/27946-divulgacao-semanalpnadcovid1.html?=&t=resultados> e > <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/27946-divulgacao-semanalpnadcovid1.html?=&t=resultados>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>229</sup> Sobre os dados de casos e óbitos, ver mais em: <[https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html)>.

É preciso que os saberes psicológicos estejam a serviço do povo brasileiro. Qualquer tentativa de Compromisso Social da Ciência e Profissão Psicológica que não seja antirracista e passe pelo fortalecimento das políticas públicas, é ideológica. Portanto, é fundamental romper com o silêncio, denunciar o racismo tal como tem estruturado a sociedade e a vida do povo brasileiro e, sobretudo, agir. É urgente a ação do Sistema Conselhos de Psicologia e de outras entidades que resguardam o fazer profissional não só na guarida as psicólogas e psicólogos, mas também no amparo aos atendidos de possíveis negligência desses profissionais.

É imperativo que o tema da saúde mental da população negra não ganhe só visibilidade a partir das reivindicações e proposições do Movimento Social Negro, mas também que as diferentes entidades do campo da psicologia e da sociedade civil contribua concretamente para que o lema *Vidas Negras Importam* ganhe materialidade.<sup>230</sup>

O ano de 2020 marcou também a primeira década de existência da ANPSINEP. Como ação comemorativa, publicou-se junto a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), a Edição Especial do Caderno Temático: *III PSINEP - Encontro Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es*, organizado por Lucinha Silva, Cleber Santos Vieira e Nicéa Quintino Amauro. Trata-se de contribuição significativa para os estudos teóricos sobre relações raciais, com foco em epistemes que possibilitam uma psicologia brasileira antirracista.<sup>231</sup>

O Caderno reuniu textos produzidos por intelectuais negras(os), tendo como referência os eixos temáticos do III PSINEP. O artigo escrito por Lucinha Silva e Maria Ondina Peruzzo, “Enfim... por que a Campanha Saúde Mental da População Negra importa?”, enfatiza os fatos e momentos históricos que motivaram a construção da campanha — a morte do adolescente João Pedro Matos Pinto por disparos realizados durante uma operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (Rio de Janeiro), em 18 de maio de 2020, e o assassinato de George Floyd, afro-americano estrangulado por um policial branco em 25 de maio de 2020, na cidade de Minneapolis (USA). O último, em particular, desencadeou protestos e intensificou o movimento político global *black lives matter*, “vidas negras importam”. As autoras perguntam: “e o que tem a saúde mental da população negra brasileira a ver com a morte de

---

<sup>230</sup> Maria Lúcia da Silva e Maria Ondina da Silva Peruzzo . *Revista da ABPN* • v. 12, n. Ed. Especial –Caderno Temático: “III ANPSINEP -Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es” • outubro de 2020, p. 179. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/>>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>231</sup> Maria Lúcia da Silva, Cleber Santos Vieira e Nicéa Quintino Amauro (org.),v. 12 n. Ed. Especial (2020): *Revista da ABPN* | Out 2020 | Edição Especial - Caderno Temático “Articulação Nacional de Psicólogos/as Negras/os e Pesquisadoras/es”. Ver mais em:< <https://abpnrevista.org.br/site/issue/view/42>>.

George Floyd e do adolescente João Pedro?”<sup>232</sup> Entendendo a saúde mental como norteador das ações do coletivo, refletem:

Ela, a população negra, tem sido exposta ao longo da história às piores condições de saúde, trabalho, moradia, desrespeito, falta de dignidade e reconhecimento. Cada um desses fatores, isoladamente, já seria gerador de adoecimento, somados tornam-se insustentáveis. Infelizmente, cenas cotidianas de racismo pouco fazem ruído em nossa sociedade, demonstrando um processo que podemos denominar de comoção seletiva. Em outros termos, a sociedade se comove com as mortes dos corpos significados para gerar comoção, os corpos brancos. Corpos negros foram desumanizados e animalizados ao longo da história, sobretudo durante o período de escravidão, representam o que pode ser descartado e estrangulado sem que isso ocasione qualquer revolução ou uma reestruturação das instituições de Justiça e de Segurança, bem como da própria sociedade.<sup>233</sup>

Queremos lembrar a todas, todos que não há mais espaço para omissão; e que o Movimento Internacionalizado de que Vidas Negras Importam pede compromisso e engajamento de todas as pessoas na construção de uma sociedade antirracista e verdadeiramente democrática, em que a diferença de raça, classe, gênero entre outras, não se transforme em desigualdade de direitos. Seguimos dizendo Saúde Mental da População Negra Importa! e convidamos a todas as pessoas e organizações do campo da psicologia e, em particular, dos gestores e profissionais do SUS, em conjunto com a ANPSINEP, a construir ações com vistas a uma Saúde Mental de qualidade para toda a população brasileira.<sup>234</sup>

Em seguida, no ano de 2021, a ANPSINEP se viu mobilizada pelo contínuo extermínio de jovens negros pobres pelas ações da polícia militar, quadro epidêmico comprovado pelas taxas de mortalidade presentes nos dados do Atlas da violência 2020, com o registro de 628 mil homicídios no país, sendo 91% das vítimas homens em que o perfil são jovens negros, solteiros, com baixa escolaridade, entre os 21 anos de idade. Então, lançou-se a campanha “A Juventude Negra quer Viver e Sonhar”.<sup>235</sup> Na mensagem, falava-se:

O racismo quando nos atravessa, conscientemente ou não, nos gera ansiedades, inseguranças e medo de sonhar. Criando uma bagagem a ser levada durante a vida, mas a juventude negra não se limita a isso. Queremos usar toda potência para realizar, planejar e fazer os sonhos acontecerem! E pra isso a sua saúde mental precisa de cuidados e nós da ANPSINEP estamos nos organizando para juntos vivermos um futuro.<sup>236</sup>

---

<sup>232</sup> Maria Lúcia da Silva e Maria Ondina da Silva Peruzzo . *Revista da ABPN* • v. 12, n. Ed. Especial –Caderno Temático: “III ANPSINEP -Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es” • outubro de 2020, p. 158. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/>>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 168.

<sup>235</sup> Atlas da violência 2020. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>> Acesso em: agostos de 2023.

<sup>236</sup> Campanha A Juventude Negra quer Viver e Sonhar. Disponível em: < <https://www.anpsinep.org.br/juventude.html>> Acesso em: agosto de 2023.

Em novembro de 2022, em meio ao período de graves ameaças democráticas por um governo de extrema direita, com o uso de *fakenews* para propagar desinformações e questionamentos levianos sobre as instituições democráticas e sobre os princípios básicos da democracia brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito pela terceira vez Presidente da República. Após as eleições, a Articulação lançou a campanha “Democracia e Saúde Mental sem Racismo: Queremos Bem Viver!” em conjunto com o “Manifesto em defesa da democracia e da saúde mental sem racismo e pelo bem viver”, no encerramento do 6º Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão. Organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia Brasileira (FENPB), o evento reuniu um número expressivo de profissionais da categoria de todo o país e reforçou o papel fundamental da psicologia no enfrentamento do racismo, da ameaça às instituições, das violências e das iniquidades sociais. O manifesto apresentado pela ANPSINEP enfatiza:

Sabemos que a instabilidade da democracia impacta de maneira diferente homens e mulheres, negros e brancos. Enquanto homens brancos se mantêm seguros no topo das estruturas sociais e políticas, mulheres negras, cis e trans, ocupam a base, são massacradas ao menor sinal de desmonte de serviços públicos e de recessão econômica. A onda crescente de ataques à democracia brasileira tem sido acompanhada dos ataques violentos aos corpos negros, indígenas, mulheres trans e travestis, aos corpos periféricos. Amarildo, Genivaldo, Cláudia, Miguel, Marielle, não são números frios, são nomes com sobrenomes, são pais, mães, filhos, irmãos, tios, amigos, profissionais, vidas assassinadas.

Diante do estado de violências e do impedimento do direito à vida com dignidade, reafirmamos a urgência de superação das desigualdades no exercício da democracia, que tem sido um privilégio de poucos para poucos. Pautamos e reivindicamos o avesso disso: uma democracia plural, diversa, exercida por muitas vozes e corpos que seguem construindo e sustentando esse país. Vozes mulheres negras, periféricas, nordestinas, travestis e transsexuais.

Nosso esperar caminha lado a lado com o direito de existir em muitas dimensões, social e politicamente. Somos mais que um dado ou um recorte de raça. Somos trabalho, assistência social, economia, previdência, meio ambiente. Queremos mais que uma participação política reduzida à raça. Queremos existir e participar das decisões políticas desse país. Queremos respeito e dignidade. Queremos bem viver! A Psicologia por meio do seu ecossistema de entidades e pessoas deve assumir o compromisso efetivo com a defesa do bem viver.

É preciso um compromisso ético e antirracista em atitude, para além do discurso. O país será verdadeiramente democrático quando não houver mais fome e miséria, quando o racismo não for uma constante em nossas vidas, quando jovens negros deixarem de ser assassinados pela violência policial, quando as crianças negras, como o menino Miguel, não forem mortas pelas patroas que não as enxergam dignas de serem cuidadas e protegidas, quando mulheres negras estiverem representadas nas diversas áreas políticas, da economia à saúde. Por isso, defendemos radicalmente o Estado democrático sem racismo, plural, diverso e pelo nosso bem viver.

Convidamos você a se engajar conosco nesta campanha dialogando e aprofundando neste caminho para conquistarmos uma sociedade equânime e que

considere os saberes ancestrais, a história da população negra que ainda é invisibilizada e/ou interrompida, histórias estas que constituem a nossa sociedade.<sup>237</sup>

O conceito de Bem Viver trabalhado na campanha da ANPSINEP abrange uma democracia com pluralidade de sujeitos e com a participação política com diversidade de vozes. Entende a defesa do bem viver e da luta antirracista como imprescindíveis para garantia de direito à vida para diversos grupos sociais que têm seus direitos constantemente violados. No Brasil, a ideia de Bem Viver também ganhou destaque na luta do movimento de mulheres negras. Um momento emblemático de demonstração dessa incorporação se deu em novembro de 2015, quando mais de 50 mil mulheres negras das cinco regiões do país se uniram para a realização da Marcha das Mulheres Negras: Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver. Nessa mobilização política, foi publicada a seguinte carta:

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório. Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua. Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais. A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).<sup>238</sup>

A noção de bem viver, presente na campanha da ANPSINEP, assim como nas mobilizações realizadas pelo movimento de mulheres negras, fundamenta-se na cosmovisão dos povos indígenas andinos, conhecida como *Sumak Kawsay*, expressão do povo Quéchua do Equador ou *Suma Qamaña*, do povo Aymara da Bolívia. Ela traz uma perspectiva de viver em sociedade que incentiva práticas que se contrapõem a ideias capitalistas de individualidade, desenvolvimento e bem-estar, ao propor modos de organização política, econômica e social relacionadas à diversidade, solidariedade, alteridade entre os povos, e às dinâmicas da natureza.

---

<sup>237</sup> Disponível em: < <https://www.anpsinep.org.br/queremos.html> >. Acesso em: setembro de 2023

<sup>238</sup> Carta das Mulheres Negras 2015. Disponível em: < <https://amnb.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/> > Acesso em: setembro de 2023.

Inclusive, o conceito é utilizado na construção de novos projetos político-sociais e presente, por exemplo, nas Constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008).<sup>239</sup> Nesse sentido, Lucinha Silva reflete sobre o momento atual:

A partir das nossas campanhas, lembramos que o racismo persiste no imaginário, nas práticas institucionais e nas relações interpessoais, afetando o funcionamento da sociedade e a construção das subjetividades. Em novembro de 2022, ano de tantos desafios e lutas em defesa das instituições democráticas, escolhemos lançar nossa campanha num momento em que é possível esperar, sem perder de vista a defesa incansável de nossas existências, de nossa ancestralidade e do nosso bem viver.<sup>240</sup>

Diante dos desafios na luta em defesa da democracia, Lucinha Silva entende que o desafio atual da ANPSINEP está em dialogar nacionalmente com grupos de psicólogas e psicólogos e definir estratégias coletivas de intervenção do ponto de vista racial. Para isso tem buscado apoios institucionais e parcerias se constituindo uma organização referência do ponto de vista nacional e latino-americano, que integra a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI) e a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI).

Atualmente Lucinha Silva tem assumido a coordenação de projetos na ANPSINEP, com foco em desenvolver ações nas áreas do trabalho, educação, justiça racial e juventude, e na nucleação dos territórios por meio da comunicação, da incidência política e da produção de conhecimento.

### 3.2 OUTRAS CONFLUÊNCIAS

O Instituto AMMA Psique e Negritude, nesse panorama, figura como um marco para a psicologia brasileira. É a primeira instituição formada por psicólogas negras que disponibiliza atendimento clínico para pessoas negras e, assim, mobiliza a noção sobre saúde mental e sofrimento psíquico a partir de epistemes e práticas afrodiaspóricas. Por conseguinte, seus e suas integrantes problematizam e ressignificam o campo social da psicologia e da clínica.

Jesus Moura nos conta que inspirada pelo trabalho do AMMA e na vontade de juntar profissionais negras(os) em Pernambuco, criou em 2017 um espaço clínico que atendesse a

---

<sup>239</sup> Fabricio Pereira da Silva. Comunalismo nas refundações andinas do século XXI. O *sumak kawsay/suma qamaña*. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wxKb-GBzXkbLLFfcnBxC4HSz/#> > Acesso em: setembro de 2023.

<sup>240</sup> Entrevista cedida por Lucinha Silva para esta pesquisa.

negra e à população LGBTQIA+.<sup>241</sup> Foi assim que surgiu o Espaço de cuidado e apoio psicológico Ilê Psi. Na medida que foi agregando profissionais, inclusive psicólogas(os) não-negras(os), o espaço passou a realizar formações internas com o tema das relações raciais e psicologia, o debate sobre saúde mental, e cursos de letramento racial e de categorias de gênero e sexualidade para atender pacientes LGBTQIA+. Atualmente, realiza também trabalhos com grupos de mulheres negras líderes e periféricas, formações em parceria com faculdades e trabalhos articulados com a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Além do AMMA e do Ilê Psi, temos hoje mais institutos, coletivos negros e espaços clínicos constituídos por profissionais negras(os),<sup>242</sup> espalhados por todo o país, que oferecem formações, consultorias, atendimentos presenciais e online, além de investirem na divulgação de conhecimento através das mídias digitais.

Ao lado das mudanças, crescem os debates de abordagens psicoterápicas que privilegiam as subjetividades de pessoas negras e a ancestralidade africana, a exemplo das de bases conceituais fundamentadas no trabalho dos psicólogos norte-americanos Wade Nobles e Naim Akbar, chamada de *Black Psychology*. No Brasil, apresenta-se como Psicologia Preta/Negra,<sup>243</sup> Psicologia Afrocentrada<sup>244</sup> e Psicologia Africana.<sup>245</sup> O trabalho da psicóloga Roberta Frederico, fundadora do *Sankofa* Instituto de Psicologia, vai nessa direção. Segundo ela:

A psicologia negra, ora nomeada também como psicologia africana, é uma corrente da psicologia cujo arcabouço teórico formou-se na década de 60 e que tem como base o paradigma da afrocentricidade, que propõe um deslocamento filosófico do papel dos povos africanos e afrodescendentes, colocando-os no centro de nossa própria história e construindo suas teorias e práticas a partir de sua cosmovisão (Larkin, 2009). Para eles, a noção de agência é fundamental, uma vez que os sujeitos deixam de ser definidos e manipulados de fora. De acordo com essa linha de raciocínio, toda ideia, conceito ou teoria é produto de uma matriz cultural e o processo de hegemonia europeu teria investido esforços para supremacias e estabelecer como norma para todos os outros povos. Dessa forma, a noção de agência sugere ainda que os povos afrodescendentes se

---

<sup>241</sup> A sigla LGBTQIA+ faz referência a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero. É um movimento político e social que luta por igualdade, respeito à diversidade, por mais representatividade e direitos para essa população.

<sup>242</sup> Como o Espaço Orí, Sankofa Psicologia, Coletivo Ôri, Canto Baobá, Psiafro, Espaço Interdisciplinar Estrela Preta, Coletivo Psicologia Denegrada, grupos de terapia para homens negros como Terapretas, entre outros que dialogam com a sociedade por mídia digital.

<sup>243</sup> Cf. Lucas Motta Veiga. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, p. 244-248, 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/NTf4hsLfg85J6s5kYw93GkF/>. Acesso em: setembro de 2023.

<sup>244</sup> Cf. Simone Gibran Nogueira. *Libertação, descolonização e africanização da psicologia: breve introdução à psicologia africana*. São Paulo: EdUFSCAR, 2019.

<sup>245</sup> Cf. Roberta Maria Frederico. *Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção intelectual brasileira*. Telha, 2021.

ancorem, “de modo consciente e sistemático, em sua própria matriz cultural e histórica”, para dela extraírem os critérios de avaliação da própria experiência. Segundo Nobles (2009), esta seria uma etapa importante para a superação do estado de “encarceramento mental”, que a opressão racial impôs.<sup>246</sup>

São abordagens que discutem aspectos filosóficos, teorias, conceitos, metodologias e práticas clínicas sobre os fenômenos psicológicos, em diálogo com a cosmologia africana. O psicólogo Wade Nobles ressalta a introjeção das políticas de embranquecimento como promotoras de auto ódio para pessoas negras, “fugas psíquicas de uma realidade profundamente antinegra”.<sup>247</sup> Em contrapartida, ele propõe o conceito de “pulsão palmarina”, (referência ao líder negro, Zumbi dos Palmares) para falar sobre o desejo da pessoa negra de ser livre e africana: “livre das engrenagens coloniais que nos mantêm presos a um esquema sociopolítico que nos adoce, nos mata, nos afasta da realidade do que somos, nos afasta do sentido africano do que significa ser humano”.<sup>248</sup>

Alinhada ao desejo de ser africano, o psicólogo Naim Akbar entende a noção de ritmo, presente nas práticas coletivas, como cuidado em saúde mental para o indivíduo negro. A seu ver, é nas manifestações culturais que se dá a reconexão do “eu africano” e complementa:

Considerando que o eu africano é um eu extenso, ou seja, que o eu é a parte individualizada de uma totalidade originariamente divina, o ritmo seria o movimento que leva as pessoas negras a buscar formas de se reconectar com a dimensão coletiva de sua origem divina. O ritmo, de acordo com o psicólogo, é uma característica que os africanos do continente e da diáspora trazem geração após geração de seus ancestrais pela via da memória do corpo e de uma possível transmissão genética. É o ritmo que promove a reunião entre africanos e a criação de práticas coletivas que têm por finalidade expandir o eu individual no contato com os demais e possibilitar a reconexão com o divino que nos constitui e nos transborda, fazendo desaparecer momentaneamente a fragmentação e a separação entre os indivíduos.<sup>249</sup>

Essas propostas contribuem nas práticas de profissionais negras(os) com pacientes negras(os), pois ajudam a pensar psique, identidade, subjetivação, entre outros processos em

---

<sup>246</sup> Roberta Maria Frederico. *Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção intelectual brasileira*. Telha, 2021.p. 36. A primeira conferência de psicólogos negros aconteceu em 1938, no Tukeseege Institute, e a Association of Black Psychologists – associação de psicólogos negros – foi estabelecida formalmente em 1968. O periódico *Journal of Black Psychologists* foi publicado pela primeira vez em 1974, com o intuito de dar visibilidade aos trabalhos em Psicologia Negra. Disponível em: < <https://sankofapsicologia.com/wp-content/uploads/2018/11/dissertacaoroberta.pdf>> Acesso em: setembro de 2023.

<sup>247</sup> Wade Nobles. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. 2009 *apud* Lucas Motta Veiga. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, 2019, p.247.

<sup>248</sup> *Ibidem*.

<sup>249</sup> *Ibidem*.

saúde mental. No contexto que se constitui uma psicologia negra e antirracista,<sup>250</sup> temos discussões que dialogam com as teorias norte-americanas, porém com um olhar mais específico para as subjetividades no contexto das relações raciais e da formação social brasileira.

Exemplo disso é o trabalho da psicanalista Isildinha Baptista, *A cor do inconsciente: Significações do Corpo Negro*, no qual ela faz a seguinte pergunta de investigação: “como se dá para o sujeito negro, a elaboração, no plano psíquico, dos sentidos que o racismo traz consigo?”. Orientada pela literatura psicanalítica francesa, produz uma reflexão sobre os efeitos da realidade sócio-histórico-cultural do racismo na estrutura psíquica do sujeito negro. Utilizando três casos em que atuou como analista na clínica, Isildinha Baptista analisa os sentidos sobre o corpo negro nas estruturas da linguagem presentes no materialismo das palavras e nos mecanismos de elaboração do inconsciente, de modo a compreender as repercussões psíquicas do racismo para os sujeitos e suas configurações psíquicas peculiares.

Para a psicanalista, entender as vivências psíquicas próprias do negro, além de mostrar os efeitos perversos do racismo, contribui para o resgate das suas condições subjetivas, dos seus processos de formação, e eleva a consciência das representações imaginárias e simbólicas do corpo negro.

Antes disso, também do ponto de vista psicanalítico, Lélia Gonzalez afirmava: “para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”.<sup>251</sup> A partir das noções de consciência e memória, ela discutiu sobre a presença de mecanismos conscientes para o esquecimento da nossa história, o que a memória não permite que aconteça. E afirmou:

Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido. Só que isso ta aí... e fala.<sup>252</sup>

---

<sup>250</sup> Psicologia antirracista é o termo utilizado por psicólogos(os), psicanalistas, pesquisadoras(es) de relações raciais no campo *psi* e pelos Sistemas Conselhos de Psicologia ao reconhecer o racismo como estruturante da sociedade brasileira e comprometer-se na luta contra o racismo no saber-fazer nesta ciência e profissão.

<sup>251</sup> Lélia Gonzales. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1987. p. 224). Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod\\_resource/content/1/GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20281%29.pdf)>. Acesso em: setembro de 2023

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 226.

Lélia Gonzalez, ao propor a categoria político-cultural de “amefricanidade”, marca a presença de elementos africanos e ameríndios no território da diáspora e, junto a isso, a negação. Ou como ela destaca, a *denegação* do racismo. Assim, tece críticas ao discurso da democracia racial que, enquanto mito, oculta algo para além daquilo que mostra.<sup>253</sup> Para a intelectual, o mito da democracia racial, aliado à dupla opressão que sofre a mulher negra, na junção de racismo e sexismo, produz tensões entre o desejo e a rejeição do desejo, que no cotidiano brasileiro opera nas figuras da mulata, da doméstica e da mãe-preta, atribuições dadas para um mesmo sujeito.

Mas, no caso da mãe-preta, a “bá”, ou a ama de leite nas famílias brancas, se dá outro desdobramento: é através do lugar de mãe que ela ocupa enquanto babá, que é transmitida a negritude, ou seja, é ela quem transmite o português africanizado chamado por Lélia Gonzalez de “pretuguês”. É pela língua que a herança africana se difunde e constrói a cultura brasileira - batalha discursiva como forma de resistência cultural que foi vencida. Do ponto de vista psicanalítico lacaniano, Lélia Gonzalez reflete:

É interessante constatar como, através da figura da “mãe-preta”, a verdade surge da equivocação (Lacan, 1979). Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente (Gonzalez, 1979c). Ela passa prá gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai.<sup>254</sup>

---

<sup>253</sup> *Idem*. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Cf. Léa Silveira. A mãe preta e o Nome-do-pai: questões com Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dNwvnDzt736H7Qj7jpFSGbM/?lang=pt>. Acesso em: setembro de 2023.

<sup>254</sup> Lélia Gonzales. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1987. p.235-236.

Ainda sobre herança ancestral e suas repercussões psíquicas, a psicóloga Maria da Consolação André, em sua tese intitulada: “O ser negro: um estudo sobre a construção de subjetividades em afrodescendentes”, propõe discutir a experiência negra desde o período escravocrata até o pós-abolição, com o seguinte questionamento:

nos perguntamos se existiriam influências intergeracionais dos processos de adaptação – e de subjetivação - vividos à época e, principalmente - que podem ter ocorrido e, qual a interpretação que eles dão sobre seu passado, presente e perspectivas para o futuro a partir dessa herança.<sup>255</sup>

Com base em pressupostos teóricos-metodológicos do materialismo histórico e dialético de Karl Marx,<sup>256</sup> a psicóloga mostra como a herança do sistema escravista e a ideologia do branqueamento reverbera em marcas psíquicas negativas nos processos de subjetivação de afrobrasileiros. Ela realiza e analisa entrevistas com duas mulheres negras da periferia de Brasília, com um rapaz negro estudante de psicologia, e o estudo comparativo de dois documentos: o registro do processo de *genere* de Simão Sardinha, filho de Chica da Silva, e o caso de uma mulher alforriada que vendeu a si mesma, registro feito no Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife em 1934.<sup>257</sup>

Maria da Consolação André compreende a herança da ancestralidade escravizada propagada por ideologias racistas como propiciadora de sofrimento psíquico, através dos “sentimentos de vergonha, baixa autoestima, culpa, humilhação, inferioridade de seus valores e crenças, dificuldade na aceitação de suas diferenças”,<sup>258</sup> e de experiências hostis nas relações sociais, políticas e afetivas. Assim, o compromisso da psicologia seria de ampliar a lente para os sofrimentos psíquicos e as “vicissitudes dessa população”,<sup>259</sup> que ainda em meio às dores do racismo, continua a lutar em diversos contextos por dignidade e para o reconhecimento de sua humanidade.

---

<sup>255</sup> Maria da Consolação André. *O Ser Negro - Construção de Subjetividades Em Afro-brasileiros*. Ed. 4 estações, 2008, p. 15-16.

<sup>256</sup> *Ibidem*, “Os pressupostos do materialismo histórico de Marx permitem olhar os aspectos materiais e psicológicos por meio do exercício da dialética, o que pode ser traduzido como concepção materialista e dialética da história”, p.22.

<sup>257</sup> *Ibidem*. A história do processo de Simão Pires Sardinha, analisado, foi retirado do livro de Júnia Ferreira Furtado. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. O segundo caso, da mulher alforriada é um registro feito no 1º Congresso Afro-Brasileiro (1º CAB), organizado pelo intelectual Gilberto Freyre, em 1934 no Recife., posteriormente publicados em dois volumes. O primeiro, “Estudos Afro-Brasileiros”, em 1935 pela Editora Ariel. O segundo, “Novos Estudos Afro-Brasileiros”, em 1937 pela Editora Civilização Brasileira.

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 243.

<sup>259</sup> *Ibidem*, p.249.

Ao encontro das discussões sobre sofrimento psíquico e racismo, as ativistas-psicólogas Lucinha Silva e Jussara Dias reafirmam: “o racismo se faz por duas vias: política e psiquicamente. Não são vias equivalentes, são diferentes e complementares - têm coisas que a luta política não faz por nós, e têm coisas que a cura psicológica não nos garante”.<sup>260</sup> E, digo, reafirmam, porque elas retomam a reflexão que Jussara Dias e José Moura Gonçalves Filho propuseram no artigo “O preconceito nos faz operar no engano”, no qual apontam que o racismo e o preconceito racial ditam e propagam ideias não factíveis a respeito dos diferentes grupos populacionais, enganos que produzem realidades e consequências sociais graves. O preconceito racial provoca uma ruptura social quando destitui o sujeito da comunidade humana, desumanização que deixa marcas de desamparo no corpo, na subjetividade e provoca sentimento de inferioridade como a inibição individual.<sup>261</sup>

No mote da reflexão sobre sofrimento psíquico do ponto de vista político, a partir de relatos sobre a experiência com o projeto Universidade, Sofrimento Psíquico e Relações Raciais desenvolvido pelo Instituto AMMA Psique e Negritude no ano de 2015, e diante dos casos de suicídio entre estudantes negras(os) e denúncias de racismo nas universidades de São Paulo, Lucinha Silva e Jussara Dias reiteraram:

A discussão sobre racismo e sofrimento psíquico na universidade, que já vinha acontecendo, intensificou-se nesse momento e tornou-se prioridade para o Instituto AMMA. Em parceria com o GT-Relação Raciais do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, foi desencadeada uma ação conjunta com os movimentos organizados no espaço estudantil, especialmente com os Núcleos Negros, visando enfrentar psíquica e politicamente os efeitos psicossociais do racismo.<sup>262</sup>

Em entrevista, Lucinha Silva chamou atenção para as propostas das políticas nacionais de saúde mental da população negra muito focadas no debate sobre álcool e outras drogas, por vezes deixando às margens as discussões sobre sofrimento psíquico e racismo. No que tange às diretrizes sobre o cuidado em saúde mental, a Política Nacional de Saúde Integral para a População Negra (PNSIPN) tem como perspectiva a prevenção dos agravos oriundos dos

---

<sup>260</sup> Maria Lúcia da Silva, Marcio Farias, Maria Cristina Ocariz, Augusto Stiel Neto (Orgs.). *Violência e sociedade : o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo: Escuta, 2018, p. 210.

<sup>261</sup> Jussara Dias e José Moura Gonçalves Filho. Racismo e preconceito, subjetividade e identidade. *In.*: Milena Mateuzi Carmo, Alessandra Tavares, Márcio Bhering, Mariana Brito (org.). *Sujeitos, frutos e percursos: jovens facilitadores de práticas restaurativas*. São Paulo. *Revista CEDHEP*, 2016. Disponível em: <[https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/cdhep\\_-\\_sujeitos\\_frutos\\_e\\_percursos.pdf](https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/cdhep_-_sujeitos_frutos_e_percursos.pdf)>. Acesso em: setembro de 2023.

<sup>262</sup> Maria Lucia da Silva, Marcio Farias, Maria Cristina Ocariz, Augusto Stiel Neto (Orgs.). *Violência e sociedade : o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo: Escuta, 2018, p. 210.

efeitos da discriminação racial e da exclusão social que impactam no desenvolvimento e na saúde de pessoas negras; e o fortalecimento da saúde mental dos que se encontram em situação de risco como usuários/as de álcool e outras drogas, entre outras vítimas preferenciais (mulheres e homens negros) de violências específicas no contexto em que estão inseridas.<sup>263</sup>

---

<sup>263</sup> A Política Nacional de Saúde Integral para a População Negra (PNSIPN) faz parte das reivindicações históricas de ativistas do movimento social negro e pesquisadores, por melhores condições de saúde e de maior equidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Sua aprovação se deu no ano de 2006, pelo Conselho Nacional de Saúde. Cf. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política nacional de Saúde integral da População negra : uma política para o SUS – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: < [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_integral\\_populacao.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf) >. Acesso em: outubro de 2023.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre trajetórias de pessoas negras têm colaborado na problematização e construção de narrativas com foco nas ações individuais e coletivas de sujeitos históricos na sociedade. Eles expandem formas de compreensão sobre circunstâncias históricas que vão além da vivência no período escravista e no pós-abolição, debruçando-se em historicizar dinâmicas presentes nos espaços sociais, institucionais e políticos da vida cotidiana, entre outros comprometidos com a ideia de cidadania e liberdade para pessoas negras em um mundo racializado.<sup>264</sup>

As entrevistas realizadas com foco na dimensão político-profissional das experiências individuais e coletivas das ativistas-psicólogas Lucinha Silva e Jesus Moura permitiram mobilizar memórias desde suas vidas pessoais e seus processos subjetivos, até o movimento social negro e suas atuações em instituições ligadas à psicologia e à psicanálise. As vivências se desenrolam no contexto da redemocratização do país e das mobilizações antirracistas realizadas por intelectuais e ativistas negras(os) a partir da década de 1970, e evidenciam a agência de mulheres negras e suas contribuições na formação da sociedade brasileira.

No processo de pesquisa, pude notar a ausência de trabalhos sobre psicólogas(os) e psicanalistas negras e negros na história social e na história da saúde, e alguns poucos trabalhos

---

<sup>264</sup> ALBERTI, Verena e Pereira e Amilcar Araújo A. *História do movimento negro do Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. Edição do Kindle. LIMA, Ivaldo Marciano de França e MARTINS, Isabel Cristina (org). *Movimentos sociais negros em Pernambuco: Memória(s) e História (s)*. [Recurso Eletrônico] – Recife : Ed. UFPE, 2021. SILVA, Joana Maria Ferreira da Silva. *Centro de Cultura e Arte Negra*. São Paulo: Selo Negro, 2012. SILVA, Tauana Olivia Gomes e WOLFF, Cristina Scheibe. *O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988)*. BARBOSA, Alessandra Tavares de Souza Pessanha. *A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”: agências e associativismo negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940)*. Tese doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. BRAUNS, Ennio e SANTOS, Genivalda e OLIVEIRA, José de A. (org.) *Movimento negro unificado: a resistência nas ruas*. Edições SESC. São Paulo: 2020. GOMES, Janaina Damasceno. *Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*. Tese de doutorado, FFLCH – USP, São Paulo, 2013. SANTOS, Ynaê Lopes dos. Juliano Moreira : o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira [livro eletrônico] .Niterói : Eduff, 2020. PDF – *Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano*, v. 3. pp 16-17. MATTOS, Hebe e ABREU, Martha. Pós-Abolição no Mundo Atlântico. *Blog conversa de historiadoras*. Setembro, 2014. MATOS, Júlia Silveira. e SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. *História: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, FURG, v. 2, n. 1, 2011.

recentes na história da psicologia.<sup>265</sup> Portanto, identificar as agências negras na sociedade pós-abolição possibilita retirá-las do apagamento imposto pelas diversas formas de racismo e construir uma análise da sociedade brasileira a partir de abordagens que valorizam a história do negro no Brasil.

O uso de recursos teórico-metodológicos da história oral e das referências dos estudos do pós-abolição e emancipações nesta pesquisa possibilitaram a compreensão da luta pelo direito aos cuidados em saúde mental para a população negra e para o reconhecimento do racismo como fator de adoecimento biopsicossocial.<sup>266</sup> Além disso, propiciou a análise dos sentidos da constituição de uma psicologia brasileira negra e antirracista, que evidencia e divulga a produção de conhecimento e o fazer profissional de psicólogos(os) e psicanalistas negras(os).

Olhar para esses movimentos através das trajetórias de Lucinha Silva e Jesus Moura é estar em contato com a presença imanente da ancestralidade na vida cotidiana e nas heranças históricas dos povos africanos nas Américas. Escutá-las é valorizar uma forma ancestral de inscrição do conhecimento. A filósofa Lêda Maria Martins, ao refletir sobre o tempo na filosofia africana e na cosmopercepção Banto, em *Performance do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*, assinala a oralidade (ou a “oralitura”) enquanto prática de aquisição e transmissão de saberes paralela à escrita. Assim como outros modos de fixação de conhecimento, esta é uma forma de romper com o apagamento e a marginalização de epistemes.<sup>267</sup> Em se tratando disso, Lêda Martins explica:

Nesses ambientes de linguagem, a palavra oraliturizada adquire uma ressonância singular, investindo e inscrevendo o sujeito que a manifesta ou a quem se dirige em um ciclo de expressão e de poder. No circuito da tradição, que guarda a palavra ancestral, e no da transmissão, que a reatualiza e movimenta no presente, a palavra é sopro, hálito, dicção, acontecimento e performance, índice de sabedoria. Esse saber torna-se evento não porque se cristalizou nos repertórios da memória, mas, principalmente, por ser reeditado na performance do cantador/narrador e na resposta coletiva. A palavra oral existe no momento de sua expressão, quando articula a sintaxe contígua, através da qual

---

<sup>265</sup> Citados na introdução desse trabalho.

<sup>266</sup> O modelo biopsicossocial é uma abordagem multidisciplinar que compreende as dimensões biológica, psicológica e social de um indivíduo, pressupõe ações integradas e interdisciplinares. "O giro de um conceito biomédico de saúde para um biopsicossocial, implica uma série de reconfigurações (ou re-significações) nos sentidos de saúde-doença-cura, do tratar-cuidar, bem como de noções de saúde coletiva, comunidade, controle social, avaliação, corpo, culturas, saberes populares/especializados, participação, cooperação, etc". Thaís Thomé Seni Oliveira Pereira, Monalisa Nascimento dos Santos Barros, Maria Cecília Nobrega de Almeida Augusto. O Cuidado em Saúde: o Paradigma Biopsicossocial e a Subjetividade em Foco. *Mental* - ano IX - nº 17 - Barbacena-MG - jul./dez. 2011 - 523-536 pp. / p. 532. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v9n17/02.pdf>. Acesso em : outubro de 2023.

<sup>267</sup> Leda Maria Martins. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

se realiza, fertilizando o parentesco entre os presentes, os antepassados e as divindades.<sup>268</sup>

Escutar quem veio antes no contexto da tradição oral segue nos conduzindo a diferentes formas de resistência e recriação de saberes e práticas, experiência da temporalidade que, diferentemente de uma linha do tempo sucessiva onde o passado ficou pra trás, constitui-se de uma reversibilidade que abraça retornos internos. Nosso passado retorna por meio dos ambientes de memória, “ou seja, repertórios orais e corporais, gestos, hábitos, cujas técnicas e cujos procedimentos de transmissão são meios de criação, paisagem, reprodução e de preservação dos saberes”.<sup>269</sup> São memórias do conhecimento que se inscrevem e se expressam na pluralidade de formas de viver as subjetividades e as relações sociais sustentadas pela ancestralidade.<sup>270</sup>

As trajetórias de Lucinha Silva e Jesus Moura dão continuidade a caminhos no tempo presente, em permanente diálogo com o passado e com perspectivas futuras. São trajetórias implicadas em traçar estratégias de combate ao racismo, entre parcerias de amizade, de amor, conquistas, sonhos, mas que também envolvem tensões, conflitos, rompimentos e adoecimentos. Apesar do ônus, fica evidente nas leituras realizadas que abandonar os coletivos antirracistas nunca foi uma opção considerada por estas mulheres.

Nesse sentido, vemos a importância do Instituto AMMA, do CEERT, como também da ANPSINEP (concebida como um espaço-quilombo), enquanto articulações políticas coletivas protagonizadas por pessoas negras(os). Como a intelectual Lélia Gonzalez diz em “Mulher negra, essa quilombola”, elas são “herdeiras dos quilombos”.<sup>271</sup> Afinal, foi diante da presença crescente e por vezes majoritária de mulheres negras enquanto lideranças no movimento negro que se reposicionou a luta por direitos e cidadania, ao propor espaços de ação política relacionados à subjetividade negra afrodiaspórica.

No livro *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias de destruição*, a subjetividade negra na diáspora africana e o quilombo são entendidos do ponto de vista de uma herança histórica da vivência do negro no Brasil. A historiadora Raquel Barreto destaca:

O Quilombo hoje é uma metáfora, um verbo, um imperativo, uma tradição. Uma forma de estar no mundo pautada na junção de saberes do corpo, do intelecto e da alma. O quilombo hoje habita em nós. Não como um território externo a ser alcançado, como no

---

<sup>268</sup> *Ibidem*, pp. 93-94.

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>271</sup> Lélia Gonzales. Mulher negra essa quilombola . *Folhetim.*, 1981. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271089/mod\\_resource/content/1/Mulher%20negra%20essa%20quilombola.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271089/mod_resource/content/1/Mulher%20negra%20essa%20quilombola.pdf). Acesso em: setembro de 2023.

período da escravidão, mas como uma episteme negra, elaborada a partir do acúmulo de experimentações passadas que construíram um repertório de resistência, tradições, valores culturais e políticos.<sup>272</sup>

Inclusive, não podemos perder de vista que o “espírito quilombola”, citado por Lélia Gonzalez,<sup>273</sup> tem sido preservado hoje pelas comunidades quilombolas, que lutam todos os dias pela proteção e direito às suas terras e práticas culturais constantemente ameaçadas pelo agronegócio, pela especulação imobiliária e pela lógica neoliberal. Na tese “Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro”, a historiadora Mariléa Almeida nos ensina, por meio da experiência de mulheres quilombolas enquanto sujeitos de direitos, os significados que o termo quilombo precisou adquirir frente à “governamentabilidade racista”.<sup>274</sup>

Em meio ao fogo cruzado institucional e à necessidade de construção de novos símbolos, novos conceitos e novas práticas sobre os quilombos que as mulheres e práticas culturais atribuídas ao campo do feminino transformam-se em estandartes das novas identidades quilombolas. Nesse sentido, a noção de quilombo feminizou-se, sugerindo que os sentidos atribuídos aos territórios quilombolas passam a ser orientados por outros afetos que não apenas aqueles ligados à concepção tradicional de quilombo, ao campo do masculino, marcado por atributos como força e virilidade, mas também aqueles ligados à memória, à transmissão de experiência e ao cuidado.<sup>275</sup>

A discussão proposta pela historiadora sobre a emergência das novas narrativas e sensibilidades quilombolas oferecidos pelo feminismo<sup>276</sup> remeteu-me aos resultados apresentados na pesquisa realizada pela psicóloga Cláudia Oliveira, em sua tese “Empoderamento de Mulheres Negras e Política Nacional de Assistência Social: Mecanismos e Diretrizes para Intervenções”. Nesse trabalho, ela propõe uma análise sobre as dimensões políticas do empoderamento de mulheres negras, que favorecem condições dignas de vida, garantias de direitos, bem-estar e saúde para mulheres negras nos níveis micro/pessoal, meso/comunitário e macro/social. Ao relacionar os resultados das entrevistas com a discussão proposta por intelectuais do feminismo negro, os mecanismos evidenciados foram:

---

<sup>272</sup> Raque Barret, Introdução. In.: *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias de destruição*. Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018. pp.37.

<sup>273</sup> Lélia Gonzales. Mulher negra essa quilombola . *Folhetim.*, 1981. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271089/mod\\_resource/content/1/Mulher%20negra%20essa%20quilombola.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271089/mod_resource/content/1/Mulher%20negra%20essa%20quilombola.pdf). Acesso em: setembro de 2023.

<sup>274</sup> Mariléa de Almeida. Territórios de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas, 2018.p.

<sup>275</sup> *Ibidem*, pp. 272-273.

<sup>276</sup> *Ibidem*, pp.23.

reconhecimento de si mesma como uma mulher negra, rejeitando representações negativas ou idealizações e expectativas alheias (Collins, 2019; Kilomba, 2019; Carneiro, 2009); fortalecimento da autoestima a partir de autodefinição, autovalorização e do respeito próprio (Collins, 2019); consciência crítica sobre a realidade e expressões de racismo (Berth, 2018; Collins, 2019; Kilomba, 2019); falar por si, criando uma narrativa própria e reconhecendo-se como sujeito ativo (Carneiro, 2009; Berth, 2018; Collins, 2019); identificar-se como cidadã e sujeito de direitos, podendo se ver representada nas propostas da sociedade (hooks, 2017; Berth, 2018); fortalecimento da identidade política, propiciando uma emancipação política e social (Berth, 2018).<sup>277</sup>

Diante dos significados de quilombo hoje, destaco a fala de Jesus Moura em sua despedida das atividades enquanto conselheira no Sistema Conselhos de Psicologia, durante a plenária “Aquilombamento da Psicologia: corpos-territórios de afeto, política, resistência e ancestralidade”, realizada em 28 de julho de 2023. Ela agradeceu a sua mãe Ivonete, sua mãe preta: “ela foi a pessoa que me inspirou a encontrar um motivo importante para travar a minha vida e a minha luta”. E enfatizou:

eu acho que a gente poder se aquilombar, poder enfrentar o racismo, poder ser afetuoso com os nossos irmãos e irmãs que estão na luta é fundamental para que a gente mantenha essa luta viva. Então vamos aproveitar o máximo essa plenária porque eu acho que esse é o momento realmente histórico e que a gente precisa dar conta desse momento fazendo produzir daqui para frente tudo mais que é necessário para uma psicologia antirracista, verdadeiramente antirracista. Eu estou me aposentando dessa frente de luta, não estarei fora dela, me aposentando da frente, mas estou junto, continuo colaborando no que for possível e fazendo essa energia continuar vibrante para que a gente continue essa caminhada, que é longa, mas que a gente vai conseguir passar por ela com toda força que nós temos, porque a nossa vida é uma vida de luta. E eu também não cheguei aqui sozinha, então foram muitas pessoas negras e não negras que de alguma forma contribuíram para que a gente tivesse hoje realizando essa plenária e isso é muito importante. A gente não pode esquecer disso. Então aquilombar-se é resistir, é sentir a força da luta, é não desistir jamais. Obrigada!<sup>278</sup>

Evidenciar a agência de mulheres negras nas pessoas de Lucinha Silva e Jesus Moura e seu papel protagônico na construção dos saberes e práticas *psis* que reposicionam o lugar da população negra frente ao tema da saúde/saúde mental, no confronto com as lógicas de apagamento histórico e invisibilização do conhecimento produzido por pessoas negras, nos ensina sobre as conquistas alcançadas a partir do aquilombamento e ao mesmo tempo aponta desafios e perspectivas futuras para uma nova geração de psicólogas(os) e psicanalistas negras(os).

---

<sup>277</sup> Cláudia de Oliveira Alves, Empoderamento de Mulheres Negras e Política Nacional de Assistência Social: Mecanismos e Diretrizes para Intervenções. Tese de Doutorado (2021), Universidade de Brasília, Brasília.

<sup>278</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=07WvmrDEZPw&t=4714s>> Acesso em: setembro de 2023.

## FONTES

### Jornais Digitalizados

JORNEGRO, órgão de divulgação da Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo, 1978.

### Legislação

BRASIL. Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm)>. Acesso em: junho de 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)>. Acesso em: maio de 2022.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 4119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-norma-pl.html>>. Acesso em: maio de 2022

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº018/2002 do que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Disponível: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF)>. Acesso em: maio de 2023

### Cartas

CARTA das Mulheres Negras 2015. Disponível em: <<https://amnb.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/>> Acesso em: setembro de 2023.

CARTA de São Paulo. São Paulo, 15 de outubro de 2010. Participantes do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil - I PSINEP. In: Anais do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil. UNFPA Brazil, 2011.

Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/psinep.pdf> . Acesso em: dezembro de 2020.

### **Entrevistas**

JESUS MOURA. Entrevista cedida para esta pesquisa em 01 de outubro de 2022.

LUCINHA SILVA. Entrevista cedida para esta pesquisa em 15 de setembro de 2022.

\_\_\_\_\_. Entrevista cedida à Clélia Prestes e Deivison Mendes Faustino em maio de 2020 e março de 2021 para. In: DAVID, Emiliano de Camargo *et alii* (orgs) *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: o pioneirismo negro*. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre(RS): Grupo de pesquisa Egbé, Projeto Canela Preta, 2021.

\_\_\_\_\_. Entrevista cedida à Joana Maria Ferreira da Silva. *Centro de Cultura e Arte Negra* de São Paulo: Selo Negro, 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista cedida à Tauana Olívia Gomes Silva. São Paulo, Brasil, 07/08/2015. In: SILVA, Tauana Olívia Gomes e WOLFF, Cristina Scheibe . O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZS44nSyKRvPYX3rP6MJKJKM/?lang=pt#>>

\_\_\_\_\_. Entrevista ao canal *Psicanalistas que falam* em 20 de junho de 2020. Disponível em: < <https://youtu.be/FXwoTBYE88c>>

### **Site Institucionais**

ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicóloga(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades. Disponível < <https://anpsinep.cfp.org.br/>> Acesso em: jun. de 2020.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP Nº 018/2002 - Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial. Disponível:< [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF)> Acesso em: Julho. de 2020.

OBSERVATÓRIO Negro de Pernambuco. Disponível em: < <http://observatorionegro2004.blogspot.com/>>.

REDE de Historiadoras Negras e Historiadores Negros. Disponível em:< <https://www.youtube.com/@HistoriadorxsNegrxs/featured>>.

\_\_\_\_\_.Disponível em:<  
<https://www.geledes.org.br/artigos-exclusivos/nossas-historias/>>. Acesso em: janeiro de 2020.

### **Estatísticas**

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. Disponível em:  
<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>> Acesso em: agosto de 2023.

COVID-19 NO BRASIL. Casos. Óbito. Disponível em:  
[https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD/Covid19 [Internet]. 2020. Disponível em:  
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/27946-divulgacao-semanalpnadcovid1.html?=&t=resultados> e »

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/27946-divulgacao-semanalpnadcovid1.html?=&t=resultados>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. *Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília.* v. 44, n. 1, p. 85, Mar. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71671991000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671991000100018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: julho de 2020.
- \_\_\_\_\_ e Pereira & Amilcar Araújo A. *História do movimento negro do Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. Edição do Kindle.
- ALMEIDA, Mariléa de. *Territórios de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas, 302f, 2018.
- ALVES, Cláudia de Oliveira. *Empoderamento de mulheres negras e política nacional de assistência social: mecanismos e diretrizes para intervenções*. 2021. 179 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia) — Universidade de Brasília.
- AMARANTE, P.D.C. Franco Basaglia: novas histórias para a desinstitucionalização. In: *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, p.84. Disponível em : <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41910/3/amarante-9788575413272.pdf>. Acesso em: agosto de 2023.
- ANDRÉ, Maria da Consolação. *O Ser Negro - Construção de Subjetividades Em Afro-brasileiros*. Ed. 4 estações, 2008.
- BARBOSA, Alessandra Tavares de Souza Pessanha. *A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”: agências e associativismo negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940)*. Tese doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- BARRET, Raquel. Introdução. In.: *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias de destruição*. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018. pp.37.
- BAPTISTA, Isildinha Nogueira. *A cor do inconsciente: Significações do corpo negro*. Perspectiva; 1ª edição, 2021.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

- BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010. 192 p.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites*. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (org.) *Psicologia e o compromisso social*. 2. ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOURDIE, Pierre. A ilusão biográfica. In: Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira (Org.) *Usos e abusos da história oral* (p. 236). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006. Edição do Kindle.
- BRAUNS, Ennio, SANTOS, Genivalda e OLIVEIRA, José de A.(org.) *Movimento negro unificado: a resistência nas ruas*. Edições SESC. São Paulo: 2020. Disponível em :[https://issuu.com/edicoessescsp/docs/mnu\\_trechos](https://issuu.com/edicoessescsp/docs/mnu_trechos). . Acesso em: maio de 2022
- CARNEIRO, A. S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, 117-132pp., dez. 1995/2003, p. 118 Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>> Acesso em: fevereiro de 2022.
- \_\_\_\_\_. *A Construção do Outro como Não-Ser e como fundamento do Ser*. Tese de doutorado, FEUSP/USP: São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>> Acesso em: Julho de 2020.
- CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CONSTANT, Lwdmila. *Racismo Cordial: Manifestação da Discriminação Racial à Brasileira – o domínio público e o privado*. Textos completos do XVI Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO. UFPE. 2011. Disponível em: < [http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=3065](http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3065)> Acesso em: agosto de 2022.
- COSTA, Maria da Conceição. *Clínica Psicológica Antirracista: uma nova episteme para a psicologia decolonial*. 230 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, Recife 2022.
- COUTINHO, Cassi Ladi Reis. *A estética negra em salvador (1996 – 2005)*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em:< [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004\\_f754dcb9d6f65c22eba5ae859dbc8451.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_f754dcb9d6f65c22eba5ae859dbc8451.pdf)> Acesso em: março de 2023.

DAVID, Emiliano de Camargo *et alii* (orgs) *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: o pioneirismo negro*. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre(RS): Grupo de pesquisa Egbé, Projeto Canela Preta,2021.

DAVIS, Angela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. In: *Mulheres, raça e classe*. S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DIAS, Jussara e FILHO, José Moura Gonçalves. Racismo e preconceito, subjetividade e identidade. In.: CARMO, Milena Mateuzi, *et alii* (orgs.). *Sujeitos, frutos e percursos: jovens facilitadores de práticas restaurativas*. São Paulo. *Revista CEDHEP*, 2016. Disponível em: <[https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/cdhep - sujeitos frutos e percursos.pdf](https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/cdhep_-_sujeitos_frutos_e_percursos.pdf)>.

Acesso em: setembro de 2023.

EU, mulher negra e psicóloga. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 4, n.2, p. 10-15, 1984. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Zf4YfWqWwsvNms5LBgsFdSB/>.

Acesso em: agosto de 2023.

FRANÇA, Edlamar. ROCHA, Renan e CASTELAR, Marilda. Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais do CRP03: Formação Crítica e Engajamento Político. *Revista Brasileira de Psicologia*, 02(núm. esp.), Salvador, Bahia, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13582478-Grupo-de-trabalho-psicologia-e-relacoes- raciais-do-crp03-formacao-critica-e-engajamento-politico.html>. Acesso em: maio de 2023.

FEIJÓ, Daniela Santana. *Empoderamento e ONG: Limites e Possibilidades*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, 2006.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. Aspectos teórico-práticos na Ludoterapia. In: Myriam Moreira Protasio. *Ludoterapia. Fenômeno Psi-Fen*. Ano 1, Nº0, Rio de Janeiro, 1997, p. 4. Disponível em: <https://www.ifen.com.br/site/revistas/revista%20IFEN%2021%20x%2028cm-3colu-3-v6%20LUDOTERAPIA%20PDF.pdf>. Acesso em: março de 2023.

FERREIRA, Ricardo Franklin. A construção da Identidade do afro-descendente: a psicologia Brasileira e a questão racial. In: J. Bacelar; C. Caroso (org). *Brasil, Um país de negros?* 2º ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAQ, p.71-86, 2007.

FERREIRA, Sibelle de Jesus. *Mulheres negras em Durban: as lideranças brasileiras na Conferência Mundial contra o Racismo de 2001*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília,2020.

FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista de e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006. Edição do Kindle.

FRANÇA, Edlamar & ROCHA, Renan & CASTELAR, Marilda. Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais do CRP03: Formação Crítica e Engajamento Político. *Revista Brasileira de Psicologia*, 02(núm. esp.), Salvador, Bahia, 2015. Disponível em: <https://silo.tips/download/grupo-de-trabalho-psicologia-e-relacoes- raciais-do-crp03-formaao-critica-e-engaja> Acesso em: maio de 2022

FREDERICO, Roberta Maria. *Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção intelectual brasileira*. Telha, 2021.

FREITAS, Maria Nivalda de Carvalho. BENTIVI, Daiane RoseCunha. e SANDALL, Hugo. Diversidade na psicologia - Nosso percurso histórico. pp. 58. In.: Conselho Federal de Psicologia (Brasil). *Quem faz a psicologia brasileira? : um olhar sobre o presente um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho : volume I : formação e inserção no mundo do trabalho / Conselho Federal de Psicologia*. 1. ed. Brasília : CFP , 2022. 268 p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo\\_psicologia\\_Voll\\_WEB.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Voll_WEB.pdf). Acesso em: setembro de 2022.

GOMES, Janaina Damasceno. *Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*. Tese de doutorado, FFLCH – USP, São Paulo, 2013. Disponível em <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14032014-103244/publico/2013\\_JanainaDamascenoGomes.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14032014-103244/publico/2013_JanainaDamascenoGomes.pdf)>. Acesso em: 25 de Jun. 2020.

GONZALES, Lélia. Mulher negra essa quilombola . *Folhetim.*, 1981. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271089/mod\\_resource/content/1/Mulher%20negra%20essa%20quilombola.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271089/mod_resource/content/1/Mulher%20negra%20essa%20quilombola.pdf). Acesso em: setembro de 2023.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod\\_resource/content/1/GONZALES%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf)>. Acesso em: setembro de 2023.

\_\_\_\_\_. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. Solano Trindade: *Raça e Classe, Poesia e Teatro na Trajetória de um Afro-brasileiro (1930-1960)*/ Rio de Janeiro: UFRJ/IFCSPPGHIS, 2005. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action&co\\_obra=107478](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=107478). Acesso em: maio de 2022.

GUÉRIOS, Paulo R. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos-Revista de Antropologia*: UFPR 9-29,2011. Disponível em < <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/28562>> Acesso em: abril de 2022.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. tradução Bhuvi Libanio – 1º ed- Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

\_\_\_\_\_. *Irmãs do Inhamé: Mulheres Negras e Autorrecuperação*. Trad. floresta. Editora WMF Martins Fontes, 1 ed. São Paulo, 2023.

KON, Noemi Moritz, SILVA. Maria Lúcia da, e ABUD. Cristiane Curi (Organizadoras). *O racismo e o negro no Brasil - questões para psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LIMA, Ivaldo Marciano de França e MARTINS, Isabel Cristina (org). *Movimentos sociais negros em Pernambuco: Memória(s) e História (s)*. [Recurso Eletrônico] – Recife : Ed. UFPE, 2021. p. 19. Disponível em: < <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/663/672/2064?inline=1>>. Acesso em: janeiro de 2023.

LHULLIER, Louise A. (org.). *Quem é a psicologia Brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

MARTINS, Edna. SANTOS, Alessandro de O. e COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações da Scielo e Lilacs. *Psicologia: Teoria e Prática*. vol. 15, núm. 3, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872013000300009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300009) Acesso em: maio de 2022.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARTINS, Sandra. THEODORO, Gerson. e GOMES, Flávio. Redemocratizando na raça: sobre memórias, intelectuais negros e movimentos sociais contemporâneos (notas de pesquisa). *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 63, n.2, p. 195-210, jul./dez. 2015. Editora UFPR. p. 199. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/historia/issue/view/2156/showToc>> . Acesso em: março de 2023.

MATTOS, Hebe e ABREU, Martha. Pós-Abolição no Mundo Atlântico. *Blog conversa de historiadoras*. Setembro,2014. Disponível em:< <https://conversadehistoriadoras.com/2014/09/15/pos-abolicao-no-mundo-atlantico/>>. Acesso em: junho de 2020.

MATOS, Júlia Silveira. e SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. *História: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, FURG, v. 2,

n. 1, 2011. Disponível em < <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395/1286>> Acesso em: julho de 2020.

MANSANERA, Adriano Rodrigues. e SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicologia Em Estudo*, 2000.115–137. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/VSY9ddmBqr4ZmNXgDJr6j9g/?lang=pt#> Acesso em: dezembro de 2022.

MOURA, Maria de Jesus Moura. IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos Psicologia. In: Marcus Vinícius de Oliveira Silva (coord.). *Psicologia e Direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: Significado e Intenções. In: *A Matriz Africana no Mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do Homem Negro. In: RATTTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 1974a, p. 93-98.

NASCIMENTO, Tamires Guimarães do. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018, 472/ p. 309. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/52208/34406>> Acesso em: março de 2023.

NOGUEIRA, Simone Gibran. *Libertação, descolonização e africanização da psicologia: breve introdução à psicologia africana*. São Paulo: EdUFSCAR, 2019.

PENNA, William Pereira. *Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: apagamentos e lembranças negras nas práticas psis*. Dissertação de mestrado. UFF . 2019. Disponível em <[https://app.uff.br/slab/uploads/2019\\_d\\_WilliamPenna.pdf](https://app.uff.br/slab/uploads/2019_d_WilliamPenna.pdf)> Acesso em: junho de 2020.

OLIVEIRA, Iara de Andrade de. MAIA, Luciana Viana. e LIMA, Tiago Jessé Souza. (2020). Cotas Raciais na Universidade: Uma Revisão Integrativa da Psicologia Brasileira. *Revista Subjetividades*, 20. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/e9337/pdf>. Acesso em: julho de 2023.

PEREIRA, Thais Thomé Seni Oliveira, BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos. AUGUSTO, Maria Cecília Nobrega de Almeida. O Cuidado em Saúde: o Paradigma Biopsicossocial e a Subjetividade em Foco. *Mental* - ano IX - nº 17 - Barbacena-MG - jul./dez. 2011 - pp. 523-536/ p. 532. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v9n17/02.pdf>. Acesso em : outubro de 2023.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil no século XIX*. Selo Negro edições. 2010.

\_\_\_\_\_ e FREITAS, Felipe da Silva. Luiza bairros, uma “bem lembrada” entre nós 1953-2016. In: *Afro-Ásia*, núm. 55, 2017, (p.216-256). p.242. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24316>>. Acesso em: abril de 2023.

PRESTES, Clélia R. S. 2020. “*Não sou eu do campo psi? Vozes de Juliano Moreira e outras figuras negras*”. Revista da ABPN. Outubro de 2020, V. 12, Ed. Especial, p. 52-77. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/nao-sou-eu-do-campo-psi.pdf>. Acesso em: maio de 2022

QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. *Onde cultura é política: movimento negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979-1995)*. 2010. 288 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/9010>. Acesso em : setembro de 2024.

ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro. Biopolítica. In.: *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Instituto de Filosofia da Linguagem. Universidade Nova de Lisboa (2005). Disponível em :< <http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/bb0169f01e38e1d9e1ce904f185bc8d9.pdf>> Acesso em: novembro de 2022.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 191. Disponível em< <https://doi.org/10.1590/2237-101X005008005>> Acesso em: abril de 2020.

ROSAS, Paulo e ROSAS, Argentina & XAVIER, Ivonete Batista. Quantos e Quem somos. In: Conselho Federal de Psicologia (org.). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: EDICON, 1988. Disponível em: [http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo\\_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf](http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf). Acesso em: maio de 2022.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Juliano Moreira : o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira [livro eletrônico] .Niterói : Eduff, 2020. PDF – *Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano*, v. 3. pp 16-17.

\_\_\_\_\_. Racismo Brasileiro: Uma história da formação do país. Ed. Todavia, São Paulo, 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. e MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia ciência e*

*profissão*. Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-) Acesso em: maio de 2022

\_\_\_\_\_, SANTOS, A. O. e MARTINS H. V (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia Ciência e Profissão*, v.32, 166-175. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282024795011>. Acesso em: maio de 2022

SILVA, Fabricio Pereira da. Comunalismo nas refundações andinas do século XXI. O sumak kawsay/suma qamaña. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wxKbGBzXkbLLFfcnBxC4HSz/#>> Acesso em: setembro de 2023.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia. *MÉTIS: história & cultura* – v. 1, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 2002. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile%20/1037/703>> Acesso em: 20 de jul. de 2020.

SILVA, Joana Maria Ferreira da Silva. *Centro de Cultura e Arte Negra*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira. Psicologia, Subjetividade e relações raciais no Brasil. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (org.) *Psicologia e Compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2002. \_\_\_\_\_ (coord.). *Psicologia e Direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

SILVA, Maria Lúcia da. A construção da cumplicidade: grupos de auto-ajuda e oficinas de saúde. In. Mulher negra & Saúde. Caderno I. *Cadernos Geledés*. Edição comemorativa 23 anos. 1991. p.22. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: agosto de 2022

\_\_\_\_\_. IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos Psicologia. In: SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira (coord.). *Psicologia e Direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

\_\_\_\_\_. Racismo e os efeitos na saúde mental. *I Seminário Saúde da População Negra*. 2004. Disponível em <[www.mulheresnegras.org/doc/.../129-132MariaLucia.pdf](http://www.mulheresnegras.org/doc/.../129-132MariaLucia.pdf)> Acesso em: junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Racismo no Brasil: Questões para psicanalistas brasileiros. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise*. 2017, pp. 71-89. São Paulo: Perspectiva.

SILVA, Maria Lúcia da. *et alii* (orgs.). *Violência e sociedade : o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo: Escuta, 2018.

\_\_\_\_\_, Cleber Santos Vieira e Nicéa Quintino Amauro (org.), v. 12 n. Ed. Especi (2020): Revista da ABPN | Out 2020 | Edição Especial - Caderno Temático “Articulação Nacional de Psicólogos/as Negras/os e Pesquisadoras/es”. Ver mais em: <https://abpnrevista.org.br/site/issue/view/42>.

\_\_\_\_\_, e Maria Ondina da Silva Peruzzo. *Revista da ABPN* • v. 12, n. Ed. Especial –Caderno Temático: “III ANPSINEP -Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es” • outubro de 2020, p. 156. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1115> . Acesso em: agosto de 2023.

SILVA, Tauana Olivia Gomes e WOLFF, Cristina Scheibe . O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZS44nSyKRvPYX3rP6MJKJKM/?lang=pt#> Acesso em: abril de 2023.

SILVEIRA, Léa. A mãe preta e o Nome-do-pai: questões com Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dNwvnDzt736H7Qj7jpFSgbM/?lang=pt>. Acesso em: setembro de 2023.

SOARES, Antonio Rodrigues A Psicologia no Brasil. *Psicologia: ciência e profissão*, 2010, 30 (núm. esp.), 8-41. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ptsPLZhXfqLTzKmyj7b6pDp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: março de 2022.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. A presença do negro no pensamento social brasileiro. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/7/a-presenccedila-do-negro-no-pensamento-social-brasileiro>> Acesso em: março de 2023.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 2021.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, p. 244-248, 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/NTf4hsLfg85J6s5kYw93GkF/>. Acesso em: setembro de 2023.

## ANEXO

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** As trajetórias de Maria Lúcia da Silva e Maria de Jesus Moura: do ativismo negro às ciências psicológicas no Brasil

**Pesquisador:** Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira **Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 58611022.8.0000.5540

**Instituição Proponente:** Programa de Pós Graduação em História

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.493.398

##### **Apresentação do Projeto:**

A abordagem do projeto trata da trajetória de duas intelectuais, ativistas e psicólogas negras e suas contribuições políticas, sociais e acadêmicas para o contexto brasileiro. Em especial, a autora busca trazer os efeitos do racismo epistêmico e estrutural para subjetividades e saúde mental da população negra. Para isso, a autora traz uma perspectiva afrocentrada preocupada com o resgate e visibilidade de autoras negras e protagonismo de suas narrativas, tanto para denunciar um silenciamento produzido pela hegemonia branca sobre corpos racializados quanto para reconhecer o legado de intelectuais e ativistas negros, com ênfase nas ciências psicológicas do Brasil. Nesse sentido, a proponente optou privilegiar uma metodologia qualitativa, utilizando entrevistas abertas com as duas intelectuais principais de sua pesquisa em diálogo com o resgate de escritos a partir da sistematização de documentos sobre a temática, sendo eles: artigos, teses, dossiês temáticos, entre outros. O contato com as autoras Maria Lúcia da Silva e Maria de Jesus Moura será estabelecido pela pesquisadora, respeitando a agenda das mesmas.

##### **Objetivo da Pesquisa:**

A autora busca trazer as contribuições de autoras negras para as ciências psicológicas em cenário nacional e explicitar o processo de apagamento de narrativas afrocentradas como uma das ferramentas de manutenção da hegemonia e supremacia branca ocidental e racismo estrutural.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos da pesquisa são apontados como mínimos, por não se tratar de uma pesquisa interventiva. Em vistas disso, a autora considera importante respeitar silêncios e possíveis interrupções da entrevista, a qualquer momento, de acordo com a vontade das participantes. Em termos de benefícios, a autora fala da emergente contribuição para os estudos pós-abolucionistas e a devolutiva da pesquisa para as autoras.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto foi bem redigido e estruturado e mostrou transparência em todas as etapas de elaboração e planejamento da pesquisa. O item de riscos e benefícios se encontra bem elaborado crítica e reflexivamente, demonstrando habilidade e amadurecimento da pesquisadora face à comunicação com as participantes e devolução dos resultados da pesquisas às mesmas. O projeto atende todas às exigências deste comitê.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram devidamente apresentados ao Comitê e estão de acordo com as exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há listas de pendências, todas os documentos foram devidamente apresentadas e respeitam às as exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1912470.pdf	06/05/2022 15:18:44		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	cep_CHS_tcle_modificado.pdf	06/05/2022 15:17:08	Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira	Aceito
Outros	cep_CHS_termo_de_aceite_institucional.pdf	22/03/2022 15:32:56	Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira	Aceito
Outros	cep_CHS_instrumento_de_coleta_de_dados_REVISADO.pdf	22/03/2022 15:32:03	Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Fernanda_Britto_Pinheiro_Cerqueira.pdf	16/03/2022 23:01:38	Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira	Aceito

Continuação do Parecer: 5.493.398

Outros	cep_CHS_carta_de_revisao_etica.pdf	16/03/2022 22:59:43	Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira	Aceito
--------	------------------------------------	------------------------	------------------------------------	--------

Outros	Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Fernanda_Britto_Pinheiro_Cerqueira.pdf	16/03/2022 22:59:06	Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira	Aceito
Outros	cep_carta_de_encaminhamento.pdf	16/03/2022 22:50:05	Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira	Aceito
Cronograma	cep_CHS_cronograma.pdf	16/03/2022 22:49:17	Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinada.pdf	16/03/2022 22:47:51	Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BRASILIA, 27 de Junho de 2022

---

**Assinado por:**  
**MARCIO CAMARGO CUNHA FILHO**  
**(Coordenador(a))**